

**ANGELA MARIA METRI TEJO**

**A QUESTÃO REGIONAL NO CONTEXTO DOS ANOS 60  
E NA DÉCADA ATUAL**

*O Discurso da Integração e da Descentralização*

**Orientador: Prof. Dr. Jurandir Antonio Xavier**



Dissertação apresentada ao Curso  
de Mestrado em Sociologia Rural da  
Universidade Federal da Paraíba -  
Campus II, para obtenção do título  
de Mestre em Sociologia.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

**CAMPUS II**

**Campina Grande - PB**

**1999**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB**

**CENTRO DE HUMANIDADES - CH**

**MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL**



**A QUESTÃO REGIONAL NO CONTEXTO  
DOS ANOS 60 E NA DÉCADA ATUAL**  
*O Discurso da Integração e da Descentralização*

Mestranda: *Angela Maria Metri Tejo*

Orientador: *Jurandir Antônio Xavier*

Área de Concentração: *Sociologia Rural*

**Campina Grande - PB**



T266q

Tejo, Angela Maria Metri.

A questão regional no contexto dos anos 60 e na década atual : o discurso da integração e da descentralização / Angela Maria Metri Tejo. - Campina Grande, 1999.  
178 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) -  
Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades,  
1999.

"Orientação : Prof. Dr. Jurandir Antonio Xavier".  
Referências.

1. Sociologia Rural. 2. Questão Regional - Anos 60. 3. Questão Regional - Integralização e Descentralização. 4. Dissertação - Sociologia Rural. I. Xavier, Jurandir Antonio. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 316.334.55(043)

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Dr. Jurandir Antonio Xavier**

---

**Dra. Norma Montalvo de Soler**

---

**Dra. Margot Barbosa Schulze**

**Campina Grande - PB**

**1999**

## DEDICATÓRIA

*Dedico esse trabalho a minha inesquecível amiga e camarada Dulce Barbosa Cantalice, interlocutora de todas as horas, cuja ausência foi sentida em cada momento da elaboração e assimilação dessa dissertação.*

## SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	i
RESUMO.....	iii
ABSTRACT.....	iv
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I.....	12
AS CONDIÇÕES HISTÓRICO-SOCIAIS QUE DERAM ORIGEM AO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA	
CAPÍTULO II.....	35
A INFLUÊNCIA DE KEYNES NA AMÉRICA LATINA	
CAPÍTULO III.....	59
AS CONDIÇÕES HISTÓRICO-SOCIAIS MONOPOLISTAS QUE POSSIBILITARAM O MODELO DESENVOLVIMENTISTA E A TRANSIÇÃO PARA O LIBERALISMO DE MERCADO	
CAPÍTULO IV.....	77
QUESTÃO REGIONAL	
IV.1 A Questão Regional no Contexto dos Anos 50 e 60.....	78
IV.2 O Discurso dos Anos 70 e 80 Quando Procurou-se “Repensar” o Nordeste.....	95
IV.3 Questão Regional na Década Atual: Momento em que é Revisto o Papel do Estado como Agente Regulador e Mediador da Economia.....	100
3.1 O ÁRIDAS .....	139
CONCLUSÃO.....	166
BIBLIOGRAFIA.....	173

## RESUMO

O objetivo desse trabalho foi traçar a origem e desenvolvimento dos conceitos, idéias e paradigmas, que dominaram as formulações intelectuais sobre a problemática regional na totalidade complexa do capitalismo do pós-guerra – quando se consolidou o ideário estatal-desenvolvimentista, no qual, o Estado é apresentado como promotor do desenvolvimento – e do período atual, marcado pela estagnação econômica e o domínio do “liberalismo de mercado”, infirmando os conceitos e proposições da época anterior. Pretendeu-se responder, porque determinados conceitos ecoam na estrutura significativa do pensamento de cada época, transformando-se numa grande força social coletiva, em uma “visão do mundo”. Recorreu-se à crítica da economia política marxista – valendo-se de vários autores contemporâneos – para mostrar a importância da “racionalidade” das conceituações do discurso teórico, como um potencial legitimador da ordem burguesa monopolista em sua fase “madura e consolidada”. Esta seria a razão da afinidade encontrada entre os elementos constitutivos que compõem a estrutura do conjunto do pensamento sobre a “Questão Regional”, em cada época, e as formas de “contestação burguesa” para a saída das crises que se instalaram nesses períodos. Por conseguinte, as características contraditórias verificadas nesses dois sistemas conceituais foram compreendidas e explicadas como produto de sua base real sócio-historicamente determinada, ou seja, em sua substância ideológica, e não como “inconsistência teórica”, porque nesse caso, a realidade seria transformada em realidade eternizada da ordem estabelecida.

## ABSTRACT

This work attempts to trace the origin and development of the concepts, ideas and paradigms which dominated intellectual formulations about the regional problem in the context of the complex totality of the "free market". In the earlier period, the idea of the state as the promoter of development was consolidated, whereas in the present situation, the concepts and propositions of the previous period have been weakened and invalidated. The intention has been to discover why certain concepts echo in the significant thought structure of each age being transformed into a great collective social force, part of a "world-vision". Marxist politico-economic criticism was examined, in the concepts of theoretic discourse. This potentially legitimizes the middle class monopolist order in its "mature and consolidated" phase. This could be reason for the entirety of thought about the "regional question" in each epoch and also the forms of "middle-class contention" for the solution of the crises of these periods. The contradictory characteristics verified in these two conceptual systems have been comprehended and explained as products of a specific social and historical situation. This is to say that their ideological substance has been dealt with, and has not been considered as a "theoretical inconsistency", as, in this case, reality would be transformed into the eternized reality of the established order.



# INTRODUÇÃO

Existe uma homogeneidade nos conceitos, idéias e paradigmas, que ecoaram na estrutura significativa do pensamento de cada época, transformando-se numa grande força hegemônica no modo de pensar e de agir em todo o mundo. Assim aconteceu no período do pós-guerra com as idéias desenvolvimentistas, em cuja estrutura significativa o termo “integração” – distribuição equilibrada dos impulsos de desenvolvimento em todo o espaço nacional – passa a expressar a idéia de “semelhança”, “homogeneidade” e “igualdade” de oportunidades e a ser assimilado como a adoção do capitalismo industrial, valendo-se da forte e importante ação planificadora do Estado. Do mesmo modo, no período atual, quando a “descentralização” passa a constituir a palavra de ordem, mediante a qual se põem em jogo questões como a capacidade dos espaços locais de gerar novas relações sociais, econômicas e políticas para garantir melhores condições de vida à população, ao mesmo tempo

em que, desenvolve-se uma grande sensibilidade às “diferenças” e “diversidades”, aos traços sociais próprios de cada lugar.

A perspectiva desse trabalho foi encontrar a chave para compreender onde estaria o âmago estruturador desses dois sistemas conceituais, que influenciaram suas épocas e operaram profundas transformações em todas as manifestações da vida social, mudando estruturas e formas de pensar, de agir e de compreender o mundo. Foi nesse marco que se procurou traçar a origem e desenvolvimento dos conceitos, idéias e paradigmas, que dominaram as formulações intelectuais sobre a problemática regional, no seio da totalidade complexa do capitalismo do pós-guerra – momento em que se consolidou o ideário “estatal-desenvolvimentista”, no qual o Estado é apresentado como o principal promotor do desenvolvimento – e do período atual, marcado pela estagnação econômica e o domínio do “liberalismo de mercado”, infirmando os conceitos e proposições do período anterior.

Desse modo – recorrendo-se a contextualização histórico-social em que a sociedade burguesa se constituiu sob o modelo “estatal-desenvolvimentista” e sob o “liberalismo de mercado” – pretendeu-se responder porque determinado pensamento influencia uma época, opera transformações e vem a converter-se em uma “visão do mundo”. Aqui se valeu do conceito de “visão do mundo” de Goldmann, que se refere à interdependência dos elementos constitutivos que compõem a estrutura do conjunto do pensamento de uma época, formando um ponto de vista “coerente” e “unitário” sobre os aspectos essenciais da realidade humana. Essa caracterização serviu para desvendar os elementos importantes que compõem a estrutura esquemática dos escritos sobre a problemática regional

em cada época, não se dando importância às diferenças nas nuances individuais, mas ao conjunto de opiniões que se tornaram coletivas transformando-se numa força social.

Foi possível identificar uma afinidade notável entre as peculiaridades das conceituações intelectuais que dominaram o discurso teórico sobre a "Questão Regional", em cada época – apresentadas em sua racionalidade como um avanço intelectual "autogerador" – e as formas de "contestação burguesa" para a saída das crises, que se instalaram nesses períodos, somadas a um outro elemento central que as caracterizaram: a ascensão e queda do socialismo real.

Isto não significa uma constatação óbvia, no sentido de que as idéias precisam evoluir em conexão com a história real, o que obriga permanentemente a que as interpretações se renovem adaptando-se aos novos contextos históricos. Mas, significa que são aquelas tendências intelectuais, que tem como imperativo assegurar a compatibilidade entre a estrutura categorial e as estratégias ideológicas das classes dominantes, que normalmente são adotadas pelos meios culturais de divulgação como o critério legítimo de avaliação e como exemplo de objetividade científica. Ou seja, é a ideologia dominante que geralmente tem uma capacidade muito maior de estipular aquilo que pode ser considerado como critério legítimo de avaliação do conflito, não apenas porque controla efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade, mas graças à vantagem da "mistificação", como analisa Mézáros.

Nesse sentido, considerou-se a importância da "racionalidade" formal idealizada (fetichizada) das conceituações do discurso teórico como um potencial legitimador da ordem burguesa monopolista na sua fase tardia. Todavia o tipo de

racionalidade que perpassa nesse pensamento com seus indicadores práticos bem fundamentados e estímulos mobilizadores direcionados às ações, vai sendo construído no confronto entre as classes. Para Mészáros representa a “consciência prática” necessária através da qual as principais classes da sociedade se relacionam e se confrontam abertamente articulando sua visão da ordem social como um todo abrangente. E Goldman, por sua vez, elabora a noção de “o máximo de consciência possível” das classes que compõem a sociedade para compreender a natureza das “visões do mundo”, que se torna coerente em seu próprio campo de ação.

Recorreu-se também – para mostrar a importância fundamental que a legitimação dos conceitos teóricos cumpre no plano da luta ideológica – ao papel que adquire a função legitimadora do Estado na era do “capitalismo tardio” – termo utilizado por Mandel para caracterizar a fase madura, experimentada pela economia capitalista internacional depois da II Guerra Mundial – período em que o Estado passa a atuar como um esteio do capital monopolista, tanto do ponto de vista econômico, financiando as condições gerais da produção, quanto do ponto de vista político-social, ampliando sua função integradora e transformando-se em uma enorme máquina de manipulação ideológica para integrar o operário na sociedade capitalista tardia. Aqui, Paulo Netto, por sua vez, vai dar uma grande contribuição ao analisar a enorme importância e, mesmo, necessidade que a legitimação estatal assume no período monopolista tardio para que o monopólio continue desempenhando a sua finalidade econômica, na medida em que passa a existir, nesse período, uma integração orgânica entre os aparatos privados dos monopólios e as instituições estatais, trazendo consigo o paradigma da

indissociabilidade de funções econômica e política. Esse novo modo de ser da ordem monopolista tardia teria levado o Estado a jogar essencialmente com a função de "coesão social", para cujo desempenho a "questão social" vai se apresentar estrategicamente, agora, como um terreno de legitimação política. Netto mostra a grande valia que vai ter para a legitimação da ordem burguesa, o tratamento ambíguo que passa a ser dado a "questão social", quando o Estado adota estratégias "pública" ou "privada" dependendo das conjunturas econômicas ascendentes ou críticas. E essa ambivalência estaria ligada à própria dialética do processo social da organização da sociedade burguesa "madura e consolidada" (tardia), que propiciaria esse laço de complementaridade efetivo entre o "público" e o "privado", como também ofereceria um largo campo de legitimação. Netto está referindo-se à invasão de todos os domínios da vida humana pelo capital monopolista que, transformando-os em serviços, passa a determinar e controlar todas as necessidades e faculdades humanas; aos componentes de legitimação burguesa privilegiando as instâncias psicológicas; e ao patrimônio teórico cultural positivista que oferece subsídios – para a ordem monopólica intervir na "questão social", sob as óticas do "público" e do "privado" – através de argumentos científico-naturais, que permite constantemente legitimar a ordem estabelecida. Essa tradição teórica cultural, ao naturalizar a sociedade, tenderia a situar o social nas suas dimensões ético-morais, exterior às instituições da sociedade burguesa, estando aí o espaço aberto que permitiria psicologizar (ou mistificar) as relações sociais.

Esses conceitos foram importantes para analisar o caráter "público", que foi dado às estratégias de desenvolvimento regional no período estatal-

desenvolvimentista, quando se sustentaram controvérsias sobre a eficácia do planejamento no controle das perturbações causadas pelos desequilíbrios e pelas desigualdades sociais advindas do sistema de mercado; e às estratégias “privadas” de legitimação política, adotadas no momento atual, momento em que se responsabiliza cada indivíduo e cada lugar, pela continuidade de suas seqüelas.

Por conseguinte, o objetivo, muito mais do que discutir a inconsistência teórica desses conceitos – que se estabeleceram e se consolidaram em cada época – foi explicá-los em sua razão, ou seja, em sua substância ideológica, estando, portanto, em perfeito acordo com sua base sócioeconômica.

De acordo com essa vertente, as características contraditórias deste desenvolvimento intelectual-ideológico devem ser compreendidas e explicadas como produto de sua base real sócio-historicamente determinada, e não como “inconsistência teórica, porque, nesse caso, a realidade atual seria transformada em realidade eternizada (naturalizada) da ordem estabelecida”.

Nesse sentido, a raiz principal da ideologia estatal-desenvolvimentista fomentada na América Latina, no pós-guerra, pela CEPAL, e que influenciou o debate sobre a problemática regional nos anos 60, é percebida como parte de uma ideologia mais ampla associada a uma dinâmica do capitalismo do pós-guerra, em nível global, no sentido de criar contratendências e desacelerar as contradições mais prementes do capitalismo, bem como, integrar as classes sociais rebeldes e evitar explosões políticas (movimentos de rebelião propagavam-se por toda a América Latina, principalmente após a Revolução Cubana, e, no Brasil, tornava-se patente o caso das “Ligas Camponesas”). Nesse

período, percebe-se uma inflexão na estratégia de dominação burguesa, ocasionada pelo choque traumático que a Grande Depressão havia deixado – abalando a confiança burguesa nos mecanismos do livre-mercado – e pela consolidação do socialismo, ganhando cada vez mais adeptos no mundo. Por conseguinte, vai ser no cotejo do projeto político de seu adversário que a burguesia vai redefinir estrategicamente um projeto social “alternativo e concorrente” ao do proletariado, conciliando, assim, “conservantismo” e “reformismo”. E este propósito vai alcançar o seu máximo de clareza conceitual na consciência do pensador Keynes. Com Keynes, deixa-se de acreditar na tendência natural do desenvolvimento, e a industrialização através da ação decisiva do Estado transforma-se no novo paradigma. No Brasil esse ideário vai ser abraçado por um conjunto heterogêneo de forças sociais, adquirindo um estatuto na nossa cultura e influenciando fortemente na maneira de visualizar a problemática regional, já que vai ser na existência de certos aspectos que se apresentam com intensidade diversa em distintas partes de um território nacional – ausência de “integração” – que o tema regional vai ter sua origem e fundamento. Essas concepções vão se expressar no primeiro plano de desenvolvimento regional para o Nordeste do Brasil – o GTDN – “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste.”

No período atual – momento em que um conjunto de processos solapou as estratégias keynesianas e o Estado perde gradualmente as suas atividades práticas efetivas – observa-se a instauração de uma nova ordem mundial, que busca realizar-se através do livre desenvolvimento das forças do mercado, privilegiando medidas, que trazem consigo, mudanças no quadro social geral em

que se insere a acumulação capitalista e, conseqüentemente, na maneira de perceber o desenvolvimento. Para explicar essa passagem do período Keynesiano para o momento presente utiliza-se as análises de Mandel sobre as recessões generalizadas de 1974-75 e 1980-82, como também o trabalho de Harvey, que vai considerar todas essas mudanças como reflexo da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo denominado por ele de "acumulação flexível".

Harvey relaciona o "regime de acumulação flexível" à tendência geral de internacionalização do capital, envolvendo cada vez mais no mundo capitalista um movimento chamado "compressão do espaço-tempo", que teria se tornado, em condições recessivas e de competição acirrada, uma questão de sobrevivência para o capital. Esse movimento estaria associado ao ímpeto do capital, na sua corrida aos superlucros, em imprimir velocidade cada vez maior ao seu tempo de giro, tanto na esfera da produção, como na esfera da reprodução (circulação e consumo), influenciando às novas estratégias locacionais das grandes corporações multinacionais, que se sentem agora estimuladas pelo que contém nos espaços do mundo.

Observa-se, assim, um grande paradoxo do capitalismo, na sua fase atual de desenvolvimento, eliminando completamente as barreiras espaciais, criando um espaço global, ao mesmo tempo em que provoca um interesse contrário pela "localização", "diferenciação" e "diversidade".

Assiste-se, então, a uma alteração no reconhecimento da importância do local pelo capitalismo. Não se trata mais de eliminar as formas consideradas atrasadas, tradicionalistas de produção, em várias áreas do país, a fim de vencer



as barreiras que se erguiam em direção oposta à integração nacional – tema que se enquadrava dentro da abordagem desenvolvimentista do pós-guerra e moveu as grandes discussões da época – mas, trata-se de destacar, agora, as “diferenças” dos locais e das regiões. Desenvolve-se uma grande sensibilidade às “diferenças” e tolerância ao “incomensurável” e essas estruturas, que foram explicadas no passado como obstáculos ao progresso humano, não se chocam mais, visto que, agora, *“complementam a tendência do capitalismo em sua fase global, de comprimir e unificar o espaço”*, como observa Harvey.

Por conseguinte, todas essas tendências, que vêm se firmando no contexto da crise global contemporânea, vistas como formas de “contestação burguesa” para a saída da crise, vêm impulsionando mudança em todo o quadro social, em que se insere o modo de produção capitalista – nas relações de forças econômicas, socio-políticas e culturais – e, particularmente, na percepção dos problemas regionais. Surgem, assim, os teóricos dos “Novos Tempos” saudando a “descentralização”, que se converte, agora, em uma exigência do desenvolvimento – substituindo a “integração” – e centrando suas análises e preocupações, não mais no plano da superação das desigualdades inter-regionais ou sociais – como no período estatal-desenvolvimentista – mas, no plano ambiental.

Outro aspecto de debate refere-se ao problema da “mistificação”, por meio da qual, as pessoas são induzidas a endossarem “consensualmente” valores e diretrizes práticas, que são de fato absolutamente contrários a seus interesses vitais. A “mistificação” constitui uma exigência essencial das relações capitalistas, que para se reproduzirem, é preciso estar tudo e todos a elas subordinados.

Desse modo, considera-se que a postura bastante comum por parte dos intelectuais, tanto de esquerda, como dos demais, na última década, naturalizando o mercado e as desigualdades, não ocorre por acaso. Logo, como explicar esses limites, na medida em que, a naturalização do mercado tornou-se o terreno mais crucial da luta ideológica desta época, como analisa Jameson?

Para responder onde estaria a eficácia dessa “mistificação” ideológica, como sistema de idéias, que se estabelece na totalidade da sociedade, contempla-se as observações de Jameson sobre a profunda decepção com a práxis política, após o fracasso da União Soviética, por parte dos intelectuais de esquerda – o que a Revolução Soviética significou para o resto do mundo em termo positivos, o seu fracasso vai ter o mesmo sentido em termos negativo – como também, sobre a influência produzida pelos meios de comunicação em seu sentido global.

Mas, enfatiza-se aqui a interpretação de Netto de que a era monopolista propicia ao capital um longo campo de legitimação, na medida em que, todos os domínios da vida humana, inclusive o universo “simbólico” e “afetivo”, são convertidos em serviços. Nesse processo o capital teria criado um tipo novo de relacionamento entre o indivíduo e as instituições burguesas, que possibilita, em maior intensidade, o controle sobre a consciência, superando assim, os instrumento repressivos. Existiria, então, mecanismos intrínsecos à ordem monopólica, que lhe vai possibilitando, cada vez mais, instrumentos de controle ideológico.

Nessa direção, ou seja, na tendência a supercapitalização da era monopolista, em que o processo social é totalmente impregnado de relações

tipicamente capitalistas, a produção do conhecimento assume, cada vez mais, um caráter comercial, cujo valor, só realizar-se-á se encontrar um comprador.

Desse modo, a tendência desses teóricos atuais é considerar a estrutura e as instituições da sociedade capitalista como dadas. Tornam-se cada vez mais *“prisioneiros de seus próprios e estreitos laços profissionais”*, como analisa Petras.

Katz, de forma semelhante, fala que o processo de privatização e elitização das universidades, as agências estrangeiras e os governos civis privatizadores *“financiaram a transformação do intelectual crítico em apologista de seu novo status social”*.

Todos esses autores mostram a força do potencial legitimador do capital no seu estágio monopolista mais avançado, momento em que, não há nada no mundo, em que o capital não tenha convertido em mercadoria: *“a saúde, o amor, a vida e a morte; no limite, as próprias pessoas se tornam uma forma de mercadoria”*.

# Capítulo I

AS CONDIÇÕES HISTÓRICO-  
SOCIAIS QUE DERAM ORIGEM  
AO ESTADO  
DESENVOLVIMENTISTA

As sementes do Desenvolvimentismo como teoria, brotaram no seio da economia política após a Grande Depressão em 1929, período em que o mundo atravessava uma de suas maiores crises. A fonte de inspiração dessas idéias remonta à chamada "Revolução Keynesiana", assim designada, porque coube a John M. Keynes o empenho de dar consistência a uma teoria do ciclo econômico que auxiliasse a neutralizar a persistente instabilidade da economia capitalista, com o intuito de assegurar-lhe durabilidade e conservação. Keynes argumentava que o sistema capitalista tem um caráter intrinsecamente instável, não produzindo harmonia entre os agentes econômicos (produtores, consumidores e assalariados) e o bem estar geral, como apregoava o liberalismo neoclássico. Considerava que o comportamento individual e racional dos agentes econômicos, em busca de maiores ganhos, poderia gerar crises, apesar do bom funcionamento das forças do livre mercado, visto que, essas crises, segundo ele, estariam relacionadas às flutuações no nível dos investimentos, totalmente dependentes das expectativas de futuros lucros por parte dos empresários: havendo expectativas ótimas de lucro, haveria maiores investimentos, mais emprego, maior nível de renda e produto, e maior nível de consumo e poupança; enquanto que, perspectivas pessimistas de lucro provocariam queda nos investimentos, no emprego, na renda e, portanto, nos níveis de consumo e poupança. Ademais, acrescenta, no sistema capitalista, as bases que poderiam servir de apoio para essas expectativas, tão fundamentais na determinação da escala de investimentos, seriam duvidosas, fundadas em indícios variáveis e incertos, convertendo a decisão de investir em uma operação arriscada quanto ao rendimento esperado. Por esse motivo,

a razão do colapso nos níveis de investimentos produtivos, causador dos grandes desastres sociais, estaria no abandono do fluxo desses empreendimentos às motivações de ganhos mais vantajosos, sem nenhum planejamento ou orientação.<sup>1</sup>

A ênfase, que Keynes confere aos investimentos produtivos, apóia-se na concepção que ele tinha sobre o mal que colocava, periodicamente em risco, a organização do sistema: considerava que para se conseguir uma situação de estabilidade econômica impunha-se que todas as formas de renda da sociedade (salários, remunerações, rendas, juros e lucros) fossem transformadas em bens e serviços. Ou seja, que todas as empresas vendessem tudo o que haviam produzido. Entretanto, como uma grande percentagem dessas rendas não são absorvidas pelo consumo, mas poupadas geralmente nos bancos, tornava-se indispensável contrabalançar essa fuga de renda do fluxo renda/despesa com investimentos empresariais, cujos capitais, poderiam ser financiados através de empréstimos contraídos nos bancos onde estariam depositadas as poupanças. Nesse caso, os investimentos teriam que crescer em ritmo mais acelerado do que as rendas - uma vez que, existiria uma relação direta entre nível de renda e a poupança - para que pudessem absorver continuamente a poupança, adequando os gastos da sociedade ao valor total da produção, promovendo, assim, a prosperidade.<sup>2</sup> Porém, segundo Keynes, a falta de confiança dos investidores no valor que o mercado iria lhes atribuir, torna impossível contrabalançar os níveis crescentes de poupança, gerados nas fases de crescimento econômico, com os investimentos

---

<sup>1</sup> KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda, Inflação e deflação. São Paulo: Nova Cultura, 1985 (os economistas).

<sup>2</sup> HUNT & SHERMAN. História do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

produtivos. Para escapar dessa cilada, armada pelo próprio caráter do sistema capitalista, Keynes propunha a ação planejadora do Estado, como elemento de integração indispensável ao seu bom funcionamento. O Estado era, assim, apresentado como o responsável por uma função de primeira ordem no sistema capitalista: colocar a poupança à disposição da indústria e de toda atividade privada, fazendo investimentos e organizando a produção. Tornava-se, então, necessário dotá-lo de instrumentos de política econômica, que permitissem desencorajar as transações especulativas em proveito dos investimentos produtivos. Com altas taxas de rentabilidade garantidas, os empresários retomariam os investimentos e, graças ao Estado, o sistema corrigiria seus desequilíbrios. Surgia, assim, a convicção de que a salvação do capitalismo estaria no bom uso que o Estado soubesse fazer do seu poder de intervir na vida econômica, sem atingir a autonomia da empresa privada. Com Keynes, legitimava-se a interferência ampla do Estado nos assuntos econômicos, pondo abaixo um dos pilares do liberalismo burguês, que se apóia na livre iniciativa, como princípio básico capaz de harmonizar os interesses individuais e coletivos<sup>3</sup>, norma considerada, por ele, totalmente irrealizável no regime de livre mercado capitalista. Derrubava-se, também, o mito de que a causa da depressão seria a carência de poupança, ao contrário, advogava-se que a origem das crises estava na "poupança excessiva", nos momentos de primazia dos empreendimentos financeiros, especulativos e de

---

<sup>3</sup> Esta visão foi enunciada na maior realização intelectual do liberalismo clássico: a obra de Adam Smith, *A Riqueza das Nações*, publicada em 1776. Nas palavras de Adam Smith, cada produtor "ao dirigir a indústria de modo a que os bens produzidos alcancem o maior valor possível, está preocupado unicamente com o próprio ganho, e nesse caso, como em muitos outros, é levado por uma mão invisível a promover um fim que não figurava em suas intenções. Nem sempre é pior para a sociedade que esse fim não figure em suas intenções. Ao perseguir o seu próprio interesse, frequentemente promove o interesse da sociedade de forma mais eficaz do que quando é realmente sua intenção promovê-lo. Eu nunca soube de grandes ações praticadas por aqueles que se dedicam ao comércio em nome do bem comum. Em verdade, esse é um sentimento raro entre os mercadores, e bastariam poucas palavras para dissuadi-los de abraçar causa tão nobre". Esta teoria repousa no interesse próprio como móvel da ação humana: o homem ao procurar satisfazer os próprios interesses privados determinaria o "bem geral". Ou seja, o puro interesse próprio dos indivíduos encontrar-se-ia em perfeita harmonia com as "condições gerais favoráveis para todos".

declínio dos investimentos produtivos, provocando a ociosidade das máquinas, queda no nível da renda e do emprego.

A modalidade proposta por Keynes para conter a propensão às crises – atributo específico da dinâmica do capitalismo – foi o controle macroeconômico por meio da institucionalização da regulamentação estatal, como mecanismo capaz de expandir as atividades econômicas, assegurar o pleno emprego, criar renda e estimular a demanda global, considerada por ele, uma condição indispensável para a nova retomada dos investimentos, sem os quais, nenhum processo de crescimento seria possível. Na realidade, o que Keynes ressaltava era a importância da demanda global como determinante da produção total da economia. E os mecanismos para incrementá-la estariam nas mãos do Estado, que a manipulando, através de seus gastos, poderia influir no nível da produção. Uma intervenção bem sucedida na produção, por sua vez, significaria um decréscimo no desemprego, nas ameaças de falência e nos riscos dos investimentos. Ele viu na ação planificadora do Estado o único meio de superar as crises periódicas inerentes ao sistema capitalista, diante da insuficiência largamente comprovada dos mecanismos do livre mercado. O “Estado Intervencionista keynesiano” passa, então, a ser concebido como o agente propulsor, que iria “recompôr o capitalismo” instaurando finalmente a segurança econômica e política, superando, assim, todos o problemas sociais da época.

Foram esses os pilares teóricos, que revolucionaram o saber de uma época e deram um novo formato às estratégias de desenvolvimento decisivas para a saída da “Grande Depressão”, em 1930, e para o crescimento sem precedentes do capitalismo industrial do pós-guerra. Com Keynes, surge o



novo modelo de desenvolvimento nomeado com a insígnia de "Estatual Desenvolvimentismo", que se propunha a organizar a anarquia da produção capitalista, oriunda das "cegas forças do mercado", transferindo ao Estado o papel de garantir e dar continuidade a acumulação capitalista, a fim de reforçar sua hegemonia. Proclamando o fim do mercado auto-regulador, esse ideário desenvolvimentista convertia-se, preponderantemente, no pensamento e na práxis econômica dessa época, disseminando-se para além dos círculos intelectuais e tornando-se uma grande força hegemônica no modo de pensar e de agir em todo o mundo. Atílio Boron chama a atenção para o fato de que *"já nos anos 50 e 60 o consenso keynesiano era tão avassalador que o paradigma do economista britânico prevalecia sem adversários. Suas idéias se haviam transformado no 'senso comum' de toda uma época histórica".*<sup>4</sup>

A partir daí a ordem converte-se em investir cada vez mais e a economia passa a se desenvolver sob o comando da atividade industrial. Para isso podia-se contar, agora, com um aparato estatal disposto a intervir de diferentes maneiras na gestão do ciclo econômico. Parecendo uma máquina impessoal o Estado passa a criar e garantir, direta e indiretamente, as condições gerais da produção capitalista. Diretamente: tomando a seu encargo setores de base não rentáveis (nacionalizando certos ramos da indústria que produzem matérias primas fundamentais, energéticos ou bens semielaborados a fim de oferecer aos setores privados, tais mercadorias, a baixos preços de venda facilitando, assim, sua reprodução ampliada); ajudando economicamente empresas capitalistas em dificuldades e reprivatizando-as quando removidos os obstáculos (trata-se de uma nacionalização das perdas e

---

<sup>4</sup> BORON, Atílio A. Estado, capitalismo e democracia na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

reprivatização dos lucros.); entregando aos grandes grupos empresariais, empresas construídas com fundos públicos (concedendo-lhes o direito de opção de compra de complexos que são vendidos por frações de seus custos de construção); além de oferecer subsídios diretos às empresas privadas. Indiretamente: efetuando encomendas (compras que o Estado realiza às empresas privadas, assegurando-lhes possibilidades de valorização); financiando atividades em obras públicas e de infra-estrutura, e na preparação institucional da força de trabalho (facilitando a valorização do capital total); além dos gastos com pesquisa e desenvolvimento (P & D), que passa a fazer parte do custo final dos produtos.<sup>5</sup>

Mas, o Estado keynesiano não foi produto de idéias abstratas nem de um pensamento taumaturgo, mas inspirou-se no contexto histórico de uma época. Estava ligado às contradições imanentes à sociedade capitalista, nada tendo de uma opção arbitrária, ao contrário, foi uma necessidade histórica resultante das próprias condições de luta de classes. O período histórico prestava-se a isso. O impacto da Grande Depressão, que se estendeu por toda a década de 30 até o início da Segunda Guerra Mundial, juntamente à Revolução Russa em 1917, havia criado uma situação nova no mundo, na qual se assistia a sociedade capitalista desabando e a revolução comunista chegando a passos largos. Muitas dessas idéias – com vistas a resolver a instabilidade da economia capitalista por meio de uma intervenção do Estado – foram propostas antes da crise de 29, mas só se tornaram hegemônicas quando uma conjuntura de crise integral, dando início à Grande Depressão, afetava profundamente a civilização burguesa. É bem verdade que as crises

econômicas, por si só, não geram acontecimentos fundamentais, mas criam um terreno favorável à difusão de certos modos de pensar, de colocar os problemas e de resolver as questões. Ademais, o papel das influências econômicas e políticas não pode ser separado da influência das idéias, que se encontram a ele conectadas.<sup>6</sup> São as condições objetivas que primeiro se devem buscar para compreender como as idéias surgem, se desenvolvem e encontram aplicações, para depois, definir as novas condições objetivas criadas por elas. Portanto, a situação histórica de crise tornou-se favorável na medida em que elementos subjetivos vão dialeticamente interagir. A consciência de classe trabalhadora, já tinha nesse período conseguido desenvolver uma força organizada completamente consciente de si mesma, que podia ser utilizada quando se julgasse favorável. Portanto, não é casual que Keynes, já em 1926, quando escreveu "O Fim do Laissez Faire", faça críticas severas ao "modelo competitivo", alegando que ele projeta situações, nas quais, a distribuição dos recursos produtivos se efetiva através da disputa acirrada entre os indivíduos:

*(...) "a luta cruel pela sobrevivência que seleciona os mais eficientes" (...) "não leva em conta o custo da luta, mas apenas os lucros do resultado final, que se supõe serem permanentes".*

E adverte que

*"Nem sempre os homens morrerão em silêncio. Isto porque, se a fome leva alguns à letargia e ao desânimo irremediável, conduz outros temperamentos à nervosa instabilidade da histeria e a um louco desespero. Em seu sofrimento, estes podem derrubar o que*

---

<sup>6</sup> MANDÉL, Ernest. Tratado de economia marxista. Tomo II; México: Ediciones Era, S. A., 1969.

<sup>6</sup> Goldmann referindo-se a realidade humana considera que ela possui um caráter total que é ao mesmo tempo material e psíquico. Significa que existe um ligação indissolúvel entre história dos fatos econômicos e sociais e a história das idéias. "(...) basta estudar seriamente a realidade humana para

*resta de organização, e afogar a civilização em suas desesperadas tentativas de satisfazer as prementes necessidades individuais".*

Em 1930, em seu célebre "Tratado sobre a Moeda", Keynes deixa transparecer, não apenas sua preocupação em solucionar o problema da crise, mas também, sua estratégia política:

*para o "(...) se não queremos passar ao comunismo não há outro meio para dominar a desocupação do que procurar, s empresários, uma margem adequada de lucros".*

Mas, é apenas em 1936, sob a influência da crise, que ele redige sua "Teoria Geral" revolucionando todos os conceitos tradicionais da teoria econômica neoclássica, rompendo, assim, com uma série de dogmas adotados naquela época. Ernest Mandel ressalta o significado histórico desta ruptura, considerando-a uma revolução radical na economia política, que torna-se pragmática em vez de apologética, preocupada, não apenas em justificar teoricamente o capitalismo, mas em salvá-lo na prática. Controlar a violência das flutuações periódicas do sistema capitalista torna-se, para Keynes, uma necessidade política e, perseguindo esse objetivo, fixa a sua atenção na intervenção do Estado na vida econômica. Rompe, também, com a abordagem microeconômica da escola neoclássica assentando sua teoria numa abordagem macroeconômica dos ciclos econômicos e do crescimento econômico, dando origem à novas técnicas de investigação, previsão e planificação.<sup>7</sup>

Keynes, e o grupo social dominante que o personifica, demonstram, assim, saberem enfrentar os grandes campeões das tendências opostas – o

---

sempre encontrar o pensamento, caso se tenha partido de seu aspecto material, e os fatos sociais e econômicos, caso se tenha partido das idéias. GOLDMANN, Lucien. Ciências Humanas e Filosofia: o que é sociologia? S. Paulo: DIFEL, 1984.

<sup>7</sup> MANDEL, Ernest. Op. cit.

pensamento liberal e o segmento revolucionário vinculado ao pensamento de Marx<sup>8</sup> - dando respostas e apontando soluções para as questões vitais oriundas das profundas modificações sofridas, então, pelo sistema capitalista na era monopolista, tanto no seu ordenamento econômico, como nos movimentos decisivos, que sobre ele se constrói: as relações de forças políticas e os projetos específicos das classes em presença. As idéias keynesianas representam a resposta capitalista das frações burguesas mais dinâmicas, a fim de garantir sua hegemonia ameaçada pelo projeto político-social do proletariado na direção ao comunismo, já em cena na sociedade burguesa desde o século passado. O projeto conservador keynesiano vai atuar, então, estrategicamente, como um agente unificador, como cimento de uma base de classe, o que não deixa de ter conseqüências no campo ideológico, político e no conjunto geral das relações sociais, vindo a tornar-se o fundamento de uma nova e integral "visão do mundo"<sup>9</sup> que se materializa em todas as atividades e em todas as práticas.<sup>10</sup>

Jurandir Antônio Xavier<sup>11</sup> analisando a força e a fraqueza das idéias keynesianas, adverte que Keynes "*apenas reproduziu o que o Estado já vinha realizando, internacionalmente, no período do entre-guerras, quando as crises já não eram superadas sob as ações privado-capitalistas*". Todavia, ressalta que se situa, precisamente aí, a grandiosidade do seu pensamento e dos que

---

<sup>8</sup> No período monopolista o pensamento de Marx penetra nos segmentos mais avançados e nos setores mais representativos do movimento operário, oferecendo um sistema de referência anticapitalista tanto em seu projeto político-social com aspiração socialista, quanto na sua prática sindical integrada na perspectiva das lutas de classe. NETTO, José Paulo, *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 1992.

<sup>9</sup> Há elementos essenciais que compõem a estrutura esquemática dos escritos de uma época que são análogos, apesar das diferenças nas nuances individuais. Existe uma realidade que não é puramente individual e que cada autor a expressa através de seus escritos. É precisamente a interdependência dos elementos constitutivos que compõem a estrutura do conjunto do pensamento de uma época e numa sociedade, formando um ponto de vista "coerente e unitário" sobre os aspectos essenciais da realidade humana que Goldmann chama de "visão de mundo". GOLDMANN, Lucien. *Dialética e Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

<sup>10</sup> Concebe-se, aqui, a atividade intelectual segundo a visão gramsciana. Escrevendo sobre os intelectuais Gramsci define-os de acordo com sua função social. Como elementos de coerção social de um bloco de forças, os intelectuais têm por "função organizar a hegemonia social de um grupo e sua dominação estatal". *Cadernos I*. Fragmento 49 in GRAMSCI, Antonio. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

<sup>11</sup> XAVIER, Jurandir Antônio. *O Ideário industrial desenvolvimentista no Brasil*. João Pessoa: UFPB, 1995.

lhe seguiram - a CEPAL na América Latina. Ou seja, a agudeza de sua teoria estaria contida na idéia de que "*o capitalismo, seus agentes econômico-sociais, haviam adquirido um estágio de parasitismo*", que sem a ação do Estado, na reconstrução das funções capital-produtivas do ciclo econômico, "*nem as crises viriam a ser superadas, nem a conjuntura expansiva voltaria a se impor na reprodução capitalista.*" Keynes teria, portanto, revolucionado a economia política "*por ter reconhecido, mesmo que formalmente, a falência capital-desenvolvimentista da propriedade privado-capitalista*". O autor considera que, ao convocar o Estado para desempenhar a função que os agentes econômicos, sob a livre força dos mercados, não conseguiam mais desempenhar, Keynes faz um reconhecimento, mesmo que formal, das "*opositividades capitalistas ao próprio capitalismo*" (a concorrência intercapitais), todavia, sem reconhecer que a fonte geradora dessas opositividades encontrava-se na natureza da propriedade capitalista, que se apresenta como fonte de valorização de valores existentes (capitalização) e não de meios de subsistência. Portanto, a fraqueza da teoria keynesiana estaria em não haver concebido o capitalismo "*como uma modalidade histórica de enriquecimento privado*", o que redundou, na não consideração da riqueza encerrada nas mercadorias, como sua essência conceitual. Ao contrário, Keynes teria ido definir outro campo de visibilidade, conduzindo sua investigação, a partir do pressuposto, de que é na produção de mercadorias, que se encontra a riqueza capitalista, razão porque, iria se ocupar com a produção capitalista de mercadoria (as mercadorias como valor de uso - como meio de satisfazer as necessidades dos consumidores) e não com a produção

de riqueza (as mercadorias como valor de troca - como meio de crescer riqueza). Em vista disso, os elementos essenciais escolhidos por ele, que vão determinar o resultado de seu estudo, não vão se fundar na produção, apropriação e acumulação de capital, mas na produção, circulação e realização de mercadorias.

Mas, considera-se, que a escolha do que é essencial na investigação, não é neutra, ela orienta a pesquisa em um certo sentido ideológico. Como diz Michael Löwy<sup>12</sup>, "*dá a cor ideológica a pesquisa.*" Portanto, essa invisibilidade de Keynes, vinculada a um certo tipo de enfoque metodológico, ressaltada por Xavier, prende-se a uma visão ideológica, política, moral e social. A análise elaborada por Keynes, as respostas dadas por ele e as perguntas formuladas, certamente não estiveram desvinculadas de seus pressupostos metodológicos, mas seu pensamento conceitual e sua imaginação criadora resultaram, não das idéias intelectuais de um indivíduo tomado isoladamente, mas expressam uma determinada "*visão do mundo*".<sup>13</sup> No caso das idéias keynesianas elas expressam respostas dadas às exigências econômico-sociais do desenvolvimento capitalista na era monopólica, e ao confronto de forças políticas representado pelas classes com seus interesses e estratégias diferenciadas, atuando no sentido, ou da transformação global da sociedade, ou da manutenção da estrutura presente. Este último propósito vai alcançar o seu máximo de clareza conceitual na consciência do pensador Keynes. O que se pretende ressaltar é que foi a essência de classe da teoria Keynesiana, que o leva a identificar alguns mecanismos de controle e ajuste na estrutura

---

<sup>12</sup> LOWY, Michael. Ideologias e ciência social. elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1985.

<sup>13</sup> Nenhuma ação humana tem por sujeito um indivíduo isolado. O sujeito da ação é um grupo, um nós. Uma idéia, uma obra só recebe sua verdadeira significação quando é integrada ao conjunto de uma vida e de um comportamento, entretanto o comportamento que permite compreender a obra não é o do autor, mas o de um grupo social e, sobretudo de uma classe. GOLDMANN, Lucien. Dialética e cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

capitalista, que vão intensificar o poder da burguesia em uma nova fase histórica de confronto social. E que é por argumentar a partir do sistema econômico capitalista e no interesse desse mesmo sistema, que Keynes é aclamado na época como exemplo de objetividade científica.<sup>14</sup>

Portanto, a revolução provocada pelo pensamento keynesiano se deve essencialmente a realidade objetiva e subjetiva de sua época -- as relações de forças sociais ligadas às forças materiais de produção e às forças políticas -- juntamente às necessidades ideológicas, a respeito das quais, Keynes tenta responder. Não é casual que a teoria econômica oficial, apenas, vá comprometer-se a fundo com a viravolta que se chamou a "Revolução keynesiana", depois da II Grande Guerra, da expansão da URSS na Europa oriental, da vitória da Revolução Chinesa, dos acontecimentos da Coréia e do Vietnã e, finalmente, da Revolução Cubana. Significa dizer que as mudanças, ocorridas no mundo, no período monopolista, deram legitimação às teorias reconciliatórias em razão de que o projeto político-social do proletariado encontrava-se nitidamente perfilado<sup>15</sup>. De acordo com Paulo Netto, as lutas sindicais e político-partidárias conduzidas pela classe operária,

*"compeliram as frações burguesas mais dinâmicas e/ou o sistema estatal a serviço da burguesia a significativas concessões -- precisamente aquelas que sinalizam uma inflexão na estratégia da dominação burguesa e que são compatíveis com o emergente ordenamento monopolista".<sup>16</sup>*

---

<sup>14</sup> MÉSZÁROS, István. O Poder da ideologia. São Paulo, Ensaio, 1996.

<sup>15</sup> Paulo Netto referindo-se aos protagonistas responsáveis pela edificação da sociedade burguesa assentada na ordem monopólica evidencia que o processo de construção da identidade da classe operária, como "protagonista histórico-social consciente", consolida-se nas primeiras décadas desse século, época que vai marcar a transição do capitalismo monopolista. Nesse período, segundo o autor, dois principais fatores vão incidir no movimento operário: um econômico-social constituído numa conjuntura de crise estimulando o desemprego em massa e o outro histórico-político motivado pela relevância adquirida, então, pelo pensamento de Marx. NETTO, José Paulo. Op. cit.

<sup>16</sup> Ibid.



Teria sido nesse confronto de "*projeções e estratégias próprias e diferenciadas*", que a história da primeira fase do capitalismo monopolista (período desenvolvimentista) vai sendo construído. No cotejo do projeto político de seu adversário a burguesia redefine estrategicamente um projeto político-social "*alternativo e concorrente*" ao do proletariado combinando as novas exigências do capital monopolista e do movimento operário, conciliando, assim, "*conservantismo e reformismo*".<sup>17</sup>

Realmente, o socialismo real, expandindo-se pelo mundo, não deixava de ser uma grande ameaça à sociedade burguesa. Havia uma grande sedução das massas de trabalhadores pela União Soviética, que havia rompido com o modelo de desenvolvimento capitalista e estava dando certo. A lembrança da Grande Depressão desempregando multidões, enquanto a sociedade Russa, através de seus Planos Quinquenais, ingressava numa industrialização cerrada, sem desemprego e com o nível de vida cada vez mais elevado, inegavelmente, impressionava e estimulava os trabalhadores na luta pela sua emancipação política. José Paulo Netto referindo-se a "*gestão social*" do capitalismo alega, que ela se realizou em dois níveis: internacional, com a existência do campo socialista, e seu apelo sobre ponderáveis segmentos de trabalhadores e intelectuais; nacional, com a existência de núcleos comunistas disputando a direção do movimento operário.<sup>18</sup> Na verdade a causa socialista ganhou muitos adeptos na década de 1930. A Grande Depressão havia produzido um choque traumático na população em todo o mundo, abalando profundamente a convicção de que os países capitalistas progrediriam

---

<sup>17</sup> *Ibid*

<sup>18</sup> NETTO, José Paulo. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. São Paulo. Cortez, 1993.

indefinidamente e alcançariam níveis de prosperidade material sem paralelo no mundo.

O certo é que houve uma tomada de consciência de que para sair da Grande Crise precisava-se de uma teoria alternativa ao regime do *Laissez Faire* que havia fracassado mergulhando o capitalismo na maior depressão de sua história. O argumento keynesiano -- de que o livre jogo das forças do mercado havia se mostrado incapaz de resolver os problemas econômicos da época, e que o mundo não toleraria por muito tempo o desemprego que, na sua opinião, era uma consequência desse "*capitalismo individualista*" -- é acolhido com entusiasmo. A doutrina de Keynes passa a ter uma aceitação generalizada por todos os países capitalistas desenvolvidos. A palavra de ordem passa a ser "Planejamento". Hobsbawn menciona que um alto funcionário do "establichment" britânico escreveu um livro, *nessa época, chamado "Recovery [Recuperação], para demonstrar que era essencial uma sociedade planejada, se o país e o mundo queriam escapar do ciclo perverso da Grande Depressão"*.<sup>19</sup> Não aconteceu diferente com o pensamento dos economistas ingleses mais ortodoxo, que também foi atingido com o peso dessas avaliações: Galbraith cita considerações feitas por Sir Arthur Salter, em 1934, terceiro ano da Grande Depressão, nas quais, ele deixa expresso as suas inquietações: (...) "*os defeitos do sistema capitalista vêm cada vez mais nos privando de seus benefícios. E agora ameaçam a sua existência*".<sup>20</sup> Porém, o mais surpreendente foi a incrustação ocorrida no pensamento da

<sup>19</sup> HOBBSBAWN, Eric J. A Era dos extremos: o breve século XX. 1914-1991. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.

<sup>20</sup> GALBRAITH, John Kenneth. A sociedade afluyente. S. Paulo: Pioneira, 1987.

esquerda de um projeto político nos marcos do “novo reformismo”, como um meio de superar os problemas sociais da época.

Lukács considera que esse abandono de seus objetivos mais extremados do lado de certas frações do operariado, a favor de um projeto reformista burguês, configura-se numa réplica da “capitulação da consciência de classe da burguesia”, que teria ocorrido quando, esta última, concebeu, teórica e praticamente, uma “economia planificada”, abandonando, assim, sua posição teórica ligada ao princípio de autodeterminação do capitalista individual. O fundamento dessa rendição da consciência operária estaria na *“dualidade dialética entre o interesse imediato e o objetivo final, entre o momento isolado e a totalidade”*, que precisa ser transferida para a consciência do proletariado, a fim de que ele possa ir além do dado imediato”.<sup>21</sup> Isto significa que a consciência de classe não é uma realidade, mas uma possibilidade.

É em sintonia com Lukács que Lucien Goldmann (além do estudo da ação dos fatores econômico-sociais) elabora a noção de *“consciência possível”* das classes que compõem a sociedade para compreender a influência que determinado pensamento representou em determinada época e as transformações operadas por ele, vindo a converter-se em uma *“visão do mundo”*.<sup>22</sup> Uma *“visão do mundo”* se constituiria no *“máximo de consciência possível”* de uma classe que, por sua vez, exprimiria *“possibilidades no plano do pensamento e da ação numa estrutura social dada”*. Constituiria uma visão

<sup>21</sup> LUKÁCS, Georg. História e Consciência de Classe. estudos de dialética marxista. Lisboa: publicações escorpião, 1974.

<sup>22</sup> As “relações entre os indivíduos e o resto da realidade constituem continuamente uma certa estrutura psíquica comum aos indivíduos que formam a mesma classe social” ( ) “que tende para certa perspectiva coerente, certo máximo conhecimento de si e do universo, mas que também implica limites, mais ou menos rigorosos, no conhecimento e na compreensão de si mesmo, do mundo social e do universo. As “visões do mundo” são a expressão dessa estrutura psíquica” GOLDMANN, L. Ciências humanas e filosofia. o que é a sociologia? S. Paulo, DIFEL, 1984.

coerente do mundo, resultante de múltiplos obstáculos e desvios, que os diferentes fatores da realidade empírica opõem e infligem à realização dessa "consciência possível". Por conseguinte, as classes seriam a "infra-estrutura das visões do mundo". E estaria na estrutura das relações sociais entre as classes (luta, equilíbrio, alianças, etc.) a chave para a compreensão da realidade social.

Nesse sentido, o projeto político-social keynesiano exprimiu "o máximo de consciência possível" da classe burguesa e do operariado num dado período. Essa "consciência possível" configurou-se na "visão do mundo" de um período histórico: o Estatal Desenvolvimentismo. O abandono temporário de frações do operariado de suas reivindicações específicas de classe (enunciando a derrota dos movimentos operários mais radicais) condicionou a colaboração com a burguesia na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Do mesmo modo, as transformações sociais que ocorriam na época, incapacitando o domínio da burguesia na organização da sociedade em conformidade com seus interesses, provocaram a percepção burguesa de que a solução de todos esses problemas ameaçando o mundo capitalista dependia do equilíbrio de poder, embora tenso, entre as classes, levando Keynes a definir os parâmetros da ação, elaborando uma doutrina coerente da Economia, do Estado e da Sociedade, que se configurou na "visão do mundo", determinada pelo "máximo de consciência possível" das classes em um período histórico que se denominou: O Estatal Desenvolvimentismo. Vale assinalar, aqui, a constatação de David Harvey sobre as forças sociais que formaram a base de poder da expansão do pós-guerra. Da perspectiva desse autor, essas forças foram produzidas por

*“uma série de compromissos e reposicionamentos por parte dos principais atores dos processos de desenvolvimento capitalista”: “o Estado (keynesiano) [que] teve de assumir novos papéis (...); o capital corporativo [que] teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir (...)a trilha da lucratividade segura”; e o trabalho organizado [que] teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção”.*<sup>23</sup>

Por conseguinte, foram essas novas relações de classe – oriundas do desafio, que o conjunto das forças anticapitalistas lançaram no capitalismo mundial – que prepararam o terreno para a adoção, em todo o mundo, do novo modelo de desenvolvimento econômico, pautado, de um lado, na fórmula keynesiana de controle macroeconômico, por via da institucionalização de uma nova força – a força do Estado – e do outro, nos fundamentos de um novo modelo de organização e controle do trabalho – o fordismo. Da mesma forma que foi necessário uma experiência traumática (a crise de 1929-1932) para que a burguesia perdesse sua confiança cega no regime do “Laisser Faire” e chegasse a uma nova concepção de que era preciso uma intervenção, cada vez mais sistemática, do Estado para estabilizar o capitalismo, foi igualmente necessário, para o estabelecimento do fordismo, uma transformação nas relações entre as classes (baseada em uma colaboração bastante estreita entre a burguesia e as forças conservadoras do movimento operário, que começou nos anos 30, mas só deu frutos nos anos 50) e a consolidação do uso dos poderes do Estado. O fordismo representou uma resposta, no plano da organização e controle do trabalho, às tendências de crise do capitalismo,

---

<sup>23</sup> HARVEY, David. *Condição pós-moderna* São Paulo: Edições Loyola, 1992.

que se estendeu desde a Grande Depressão, nos anos 30, até o início da II Guerra Mundial. Sob o fordismo assistiu-se a etapa mais exitosa de expansão do capitalismo em toda sua história (1945/1973). É nessa direção que Harvey mostra como o equilíbrio de poder, tenso, mas mesmo assim firme, que prevalecia entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado, formou a base de poder da expansão do pós-guerra.

*“Com seu principal adversário sob controle, os interesses da classe capitalista puderam resolver o que Gramsci denominara antes problema de ‘hegemonia’ e estabelecer uma base aparentemente nova para relações de classe conducentes ao fordismo”.*<sup>24</sup>

Segundo Harvey, as novas relações de classe produziam sentimentos cooperativos, por parte dos operários, que trocavam ganhos de salários e alguns direitos trabalhistas (seguridade, salário-mínimo e outras políticas sociais) pela colaboração às técnicas fordistas de produção para aumentar a produtividade do trabalho. As corporações burguesas, por seu lado, cumpriam a sua parte assegurando o crescimento dos investimentos e garantindo o crescimento do padrão de vida dos trabalhadores, enquanto mantinham uma base estável para a realização de seus lucros. A regra era *“que os dois parceiros da grande coalizão fizessem tudo o que era necessário para manter a demanda efetiva em níveis capazes de absorver o crescimento sustentado do produto capitalista”*. O terceiro parceiro, o Estado, passa a assumir, por sua vez, uma série de obrigações, a fim de garantir direta e indiretamente as condições gerais da produção capitalista. Esse papel ele vai desempenhar, através das políticas fiscais e monetárias: investindo nas áreas de infraestrutura, subsidiando empresas capitalistas, realizando compras às empresas

privadas e complementando os salários através dos gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação, etc.

Para o autor, no geral todos os Estados capitalistas procuraram, nesse período, criar um crescimento econômico estável, aliado a uma melhora nos padrões de vida da população combinando, assim, o estado de bem-estar social com a administração econômica Keynesiana e com o modelo fordista de controle do trabalho. Nesse sentido, o Keynesianismo/fordismo dependeu da responsabilidade do Estado pelo sistema geral de regulamentação social, de uma forma muito mais especial, chegando a transformar-se em um “novo modo de vida”. Gramsci, em “Americanismo e Fordismo” usa essa expressão definindo o fordismo em termos bastante amplos. O fordismo havia constituído uma época histórica, assinalando a passagem da necessidade imanente do sistema capitalista de chegar a uma economia programática. Entretanto, não só a produção era planejada, como também os indivíduos. O fordismo não parava na porta da fábrica, invadia o lar e as esferas mais íntimas da vida do trabalhador<sup>25</sup>.

O que se está pretendendo mostrar, é que a ideologia reformista desenvolvimentista não poderia ter desempenhado o papel que representou, em todo o mundo, sem uma conjuntura específica de circunstâncias históricas: o impacto da Grande Depressão estendendo-se durante todo o período do entre-guerras, a expansão da URSS na Europa oriental, a Revolução Chinesa e, finalmente, a Revolução Cubana. Também, de grande importância, foi o amadurecimento político do movimento dos trabalhadores, nas décadas de 1930 e 1940, em cujos limites – abandono de seus objetivos mais extremados

---

<sup>24</sup> Ibid.

<sup>25</sup> GRAMSCI, Antônio. Obras Escolhidas. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

– a política burguesa entra em cena, preenchendo a lacuna deixada pela consciência operária e, com isso, articulando as opções e políticas alternativas, que as massas enfrentavam e, com as quais, se preocupavam.

Nesse novo modelo de desenvolvimento – pautado no triângulo constituído pelo Estado, as grandes corporações e o trabalho organizado – a intervenção do Estado e a socialização do trabalhador (controle de suas capacidades física e mental) aparecem como instrumentos “infalíveis” para compensar os obstáculos, que periodicamente se interpõem à expansão do sistema capitalista – advindos tanto do caráter anárquico do mercado, como da necessidade de exercer o controle sobre o emprego da força de trabalho – e que precisam ser solucionados para garantir um desenvolvimento estável e equilibrado. Nesse sentido, o crescimento econômico passa a ser entendido em conexão com a busca das condições de equilíbrio e torna-se geral a crença na capacidade do Estado de definir estratégias de regulação e organização do capitalismo orientando a estrutura econômica para uma produção mais equilibrada.

Consagra-se, assim, a tese da necessidade de se programar o desenvolvimento, se se queria controlar o caráter intrinsecamente instável e variável do sistema capitalista. Contrabalançar as contrações dos investimentos privados torna-se a tarefa do novo modelo de acumulação – que liga a produção fordista ao modo keynesiano de regulamentação estatal – e através da organização de um programa geral de apoio ao capital, cria-se condições e facilidades capazes de recuperar a expansão das atividades econômicas, absorver o desemprego e estimular os investimentos. Nessa perspectiva, o movimento operário, no decorrer do pós-guerra, nos países



capitalistas desenvolvidos, manteve-se no limite da lógica do capital, adaptando-se a ordem vigente, fazendo pressão, através de seus partidos e sindicatos, apenas por melhores condições de vida no interior do próprio sistema capitalista.

O Estado intervencionista keynesiano consegue, assim, comprimir as contradições capitalistas, por um longo tempo, recompondo e estabelecendo, durante duas décadas, um período de expansão econômica acelerada. Mas, o chamado "surto de prosperidade econômica" do pós-guerra chega a seu término, no início dos anos 70, provocando uma superacumulação, que detonou numa fase de subinvestimento e desvalorização massiva de capitais, conduzindo a uma crise de superprodução sem precedentes históricos. Esta crise de superacumulação transforma-se na força motriz da mundialização financeira, compelindo os capitais a retirarem-se da produção para a esfera da especulação nos mercados financeiros, que se desregulavam e se mundializavam. Ademais, essas forças sociais, que dificultavam cada vez mais o processo de valorização dos capitais, arrastavam, no seu turbilhão de desintegração das atividades produtivas, os países que viviam experiências pós-capitalistas, mas, que não haviam conseguido romper com a "gaiola de ferro" do mercado mundial. Desse modo, a queda do chamado "socialismo real" faz parte do mesmo processo de transformação que ocorria em todo o sistema econômico mundial.

Por conseguinte, a recessão de 1974/75 traz consigo uma nova fase marcada por um gradual declínio, em todo mundo, do modelo keynesiano de desenvolvimento e pelo despontar da liberalização dos mercados financeiros e da velha ortodoxia liberal, que põe um fim à política do pleno emprego e

introduz o desemprego permanente, provocando uma mudança de direção nas prioridades socioeconômicas das frações hegemônicas da classe capitalista, tanto no campo material, como no campo da luta de classes.<sup>26</sup> Mandel chama atenção para “a premiação do Nobel de Ciências Econômicas ao professor Milton Friedman em 1976” [significando] o símbolo da ‘contra revolução antikeynesiana que se produziu no campo da ideologia econômica burguesa’.<sup>27</sup> Assim sendo, Keynes é destronado do lugar privilegiado que havia gozado durante o período do pós-guerra (décadas de 50 e 60) - considerado por vários autores como os “anos dourados” da história do capitalismo – levando consigo, “os sonhos dourados” daqueles, que esperaram ver, para sempre suprimidas, as incertezas e perturbações desencadeadas pelo “livre mercado”, quando ouviram o soar da trombeta do Estado desenvolvimentista proclamando-se o “salvador da humanidade”.

<sup>26</sup> MANDÉL, Ernest A Crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1990.

<sup>27</sup> *Ibid*



# Capítulo II

## A INFLUÊNCIA DE KEYNES NA AMERICA LATINA

Na América Latina, foi a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina)<sup>1</sup>, que trouxe a influência keynesiana para sua cultura econômico-social, após a segunda grande guerra, constituindo-se no núcleo do "Desenvolvimentismo". A preocupação básica do pensamento cepalino era explicar o atraso da América Latina em relação aos chamados centros desenvolvidos e encontrar as formas de superá-lo. As suas contribuições teóricas mais importantes foram traçadas por Raul Prebisch – dirigente, na época, da Secretaria Executiva da CEPAL – cujo pensamento trazia explícito a mensagem de que os governos deveriam assumir a orientação do processo de desenvolvimento, determinar suas metas específicas e estabelecer uma ordem de prioridades em sua realização. Sob a influência de Keynes, a concepção de Prebisch trazia implícita a comprovação da inutilidade das fantasias neoclássicas de livre-mercado e a justificação da ingerência, que os governos deveriam assumir na orientação do processo de desenvolvimento nos países subdesenvolvidos, de modo a facilitar o advento da industrialização nacional. Prebisch dirigia uma crítica a divisão internacional do trabalho, que promovia relações de trocas entre as economias centrais industrializadas e as economias dos países periféricos exportadores de matérias-primas, sempre em benefício dos centros industrializados. Demonstrava, que os frutos do progresso técnico não tendiam a repartir-se com equidade entre os países que participassem do intercâmbio, como defendiam os monetaristas com a teoria das "vantagens comparativas". Ao contrário, a realidade vinha mostrando, que as relações de troca estavam evoluindo persistentemente contra os países da periferia, em

<sup>1</sup> CEPAL – Nova Comissão Econômica das Nações Unidas, ligado ao Conselho Econômico e Social da ONU, que se instalava em Santiago do Chile, em 1948, com o objetivo de elaborar estudos e alternativas para o desenvolvimento dos países latino-americanos. É integrado por representantes de todos os países do hemisfério e tem a participação especial dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França. Na época novas organizações especializadas estavam proliferando em torno das Nações Unidas. Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

razão das peculiaridades da estrutura sócio-econômica desses países, que se *caracterizavam pela produção agrícola* primário-exportadora, em contraste com o dinamismo das estruturas dos centros industrializados. Isso porque existiria uma assimetria entre Centro e Periferia na formação dos custos de seus produtos em conseqüência da diferença de comportamento da demanda dos produtos primários em relação à demanda dos manufaturados, (a elasticidade-renda da procura dos produtos primários é baixa, e a dos produtos manufaturados é alta) como também, da diferença na situação do mercado de trabalho e na organização sindical entre o centro e a periferia.<sup>2</sup> Prebisch e a CEPAL inauguravam, assim, a teoria da "Deterioração dos Termos de Intercâmbio", mediante a qual, explicavam que a dinâmica desse processo de transferência de recursos para o exterior havia impedido a diversificação das estruturas produtivas e provocado um lento crescimento do mercado interno. Nesse sentido, passam a defender a via da industrialização como o único caminho real para os países periféricos escaparem aos constrangimentos da ordem internacional existente. Prebisch, na Conferência de Havana, expõe um documento, que se transformou no manifesto fundador da escola cepalina, conclamando os países latino-americanos a engajarem-se na industrialização.<sup>3</sup> No entanto, observava que, naquelas circunstâncias do comércio exterior, este processo não podia ser espontâneo. Os países da periferia para se desenvolverem necessitavam da ação deliberada da planificação estatal, como instrumento corretor dos desequilíbrios, pois, a dinâmica espontânea do sistema, por si só, seria insuficiente para impulsioná-lo. Em vista disso, os

<sup>2</sup> FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

<sup>3</sup> MANTEGA, Guido. *Economia política brasileira*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

governos deveriam assumir a orientação do processo de desenvolvimento levando adiante uma política de industrialização preventiva desses desequilíbrios externos e internos. Essa política teria como objetivo promover modificações na composição das importações. Surge, assim, o fundamento da tese da "Substituição de Importação", que serviu de base à industrialização periférica e apoiava-se na explicação de que a substituição espontânea das importações envolvia elevado custo social, pois já era fruto do desequilíbrio. Cabia programar a substituição de importação, a fim de se buscar uma linha de desenvolvimento equilibrado.

A teoria da "Deterioração dos Termos de Intercâmbio" e a tese da "Substituição de Importação" trazem implícito o pensamento que irradiava da CEPAL, em cuja mensagem evidenciava-se, não apenas a tese de que os países da periferia deviam programar o seu desenvolvimento – combinando a ação dos mercados com o planejamento – mas, também, a grande preocupação contida nas interpretações sobre os processos de desenvolvimento daquela época com os desequilíbrios e disparidades, tanto na dinâmica da economia internacional como no interior das economias nacionais. Segundo a "Teoria da Deterioração dos Termos de Intercâmbio", a falta de integração interna das economias periféricas, causando intensa descontinuidade entre regiões mais avançadas e regiões bastante atrasadas, tolhia a possibilidade dessas economias se capitalizarem e difundirem os efeitos das modestas melhorias de produtividade, enquanto os centros desenvolvidos – formados por estruturas produtivas mais homogêneas e mais industrializadas – produzindo uma gama diversificada de produtos

principalmente para o mercado interno, desfrutavam de todo o seu avanço e difusão tecnológica.<sup>4</sup>

Assim, pautada nos marcos metodológicos keynesianos, a Cepal, demonstrava, em suas teses, não confiar na livre determinação das forças dos mercados internacionais e nacionais, como agente fomentador do processo de industrialização nos países subdesenvolvidos, de uma forma integradora e equilibrada, cabendo a ação planificadora do Estado superar esta limitação. Percebe-se, que a preocupação com a industrialização estava anexada ao empenho em reduzir as desigualdades através da integração econômica, desde que, com a decisiva participação do Estado, enquanto principal promotor do desenvolvimento industrial. A ação do Estado aparece como o corolário natural dos problemas estruturais específicos produzidos pelas condições periféricas.

Celso Furtado, em seu livro *"Fantasia Desfeita"*, apresenta as idéias cepalinas como o pensamento mais avançado surgido na América Latina, que foi abraçado e defendido pelos setores progressistas, tornando-se uma grande força, a ponto de chegar *"a orientar a política do governo dos Estados Unidos nas áreas subdesenvolvidas do hemisfério"* E cita, como exemplo, o fato do governo norte-americano ter se oferecido, na conferência que se realizou em Punta del Este,<sup>5</sup> em Montevideú,

*"para apoiar os governos latino-americanos que adotassem políticas de desenvolvimento incorporadoras de autênticas reformas"*

<sup>4</sup> Ibid

<sup>5</sup> PUNTA DEL ESTE -- Reunião especial do Conselho Interamericano Econômico e Social , da OEA, que realizou-se em 1961, em Montevideú, na qual foi aprovado o documento que estabeleceu a Aliança para o Progresso (Proposta norte americana, do presidente John F. Kennedy).



*estruturais, inclusive e principalmente, a agrária e se orientassem para a adoção de formas adequadas de planejamento*".<sup>6</sup>

Do ponto de vista de Celso Furtado "*abria-se uma nova era na cooperação com os Estados Unidos*".

Entretanto, não é bem assim que Mandel interpreta "*a raiz principal de toda a ideologia desenvolvimentista*" fomentada no terceiro mundo pelos governantes dos países desenvolvidos. Esse fato teria sido determinado pela mudança ocorrida, após a segunda guerra mundial e principalmente após a guerra da Coreia,<sup>7</sup> em 1950, na estrutura do capital monopolista nos países imperialistas. O modelo das indústrias de exportação monopolista teria mudado, cada vez mais, para as indústrias de máquinas, veículos e bens de equipamento, ao invés das exportações de bens de consumo, carbono e aço, que caracterizaram o século XIX e início do século XX. Não convinha mais, ao capital monopolista, produzir matérias-primas, nos países subdesenvolvidos, utilizando força de trabalho "escrava", quando se tornava mais vantajoso baratear as matérias-primas mediante métodos industriais mais avançados, nos países industrializados (borracha sintética, fibras sintéticas, etc.). Ao invés das matérias primas, o que interessava, agora – em razão dos gastos cada vez maiores em projetos de inversão de capital fixo (máquinas e equipamentos) – seria construir novas fábricas e complexos produtivos. Em vista disso – do peso que essas mercadorias passaram a ter no pacote de exportação dos países imperialistas – teria nascido um crescente interesse, por parte dos grupos monopolistas, na industrialização do terceiro mundo, que se tornava

<sup>6</sup> FURTADO, Celso. *A Fantasia Desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989

<sup>7</sup> Depois da guerra da Coreia, houve um barateamento das matérias-primas devido a competição das mercadorias produzidas pelo trabalho mais produtivo da indústria moderna em grande escala, conduzindo ao desinteresse dos monopólios pelas matérias-primas naturais produzidas nos países do terceiro mundo

agora mais um suporte, juntamente à expansão tecnológica nos países avançados, da nova política de investimentos em larga escala. Ademais, diz o autor, "*não é possível vender máquinas aos países coloniais se não lhes permite usá-las*".<sup>8</sup> Por conseguinte, para Mandel, quando o ramo produtor e exportador de bens de equipamento passam a predominar, nos países imperialistas, sobre aquele que produz e exporta bens de consumo (inclusive de consumo duráveis), o imperialismo passa a ter interesse num certo grau de industrialização dos países subdesenvolvidos. A razão estaria na necessidade de buscar clientes em todo o mundo para sua produção. Essa transformação na estrutura do capital monopolista teria lavado a uma modificação nas relações entre as frações da classe burguesa internacional, o que, por sua vez, teria produzido, como resultado, uma modificação no bloco dominante em alguns países do mundo subdesenvolvido. O bloco dominante clássico, que se constituía, nesses países, dos grandes latifundiários, da burguesia intermediária e do capital imperialista controlador da produção de matérias-primas e de produtos primários, não teria tido interesse na industrialização em grande escala. O que iria ser diferente com o novo bloco dominante que passa a ser representado pelos monopólios capitalistas nativos, pelos tecnocratas do Estado e pelas multinacionais interessadas na exportação de equipamentos industriais. O autor mostra como as modificações estruturais nos países imperialistas alteraram, em alguns países subdesenvolvidos, tanto a composição do bloco dominante, quanto a composição social, pois nesses países ocorriam grandes comoções.<sup>9</sup> Guido Mantega, por sua vez, ao analisar a economia política brasileira, mostra como a ideologia desenvolvimentista,

---

<sup>8</sup> MANDEL, Ernest. *El capitalismo tardío*. México: Ediciones Era, 1979.

com seu projeto de desenvolvimento da nascente burguesia industrial, ao se irradiar no Brasil, modifica a correlação de forças no seio das classes dominantes a favor de novos segmentos com base na acumulação industrial e financeira, em prejuízo dos segmentos agroexportadores, como também, institucionaliza o poder político das forças populares, que vinham conquistando espaço no cenário político do país já há algumas décadas.<sup>10</sup>

De modo igual, para Mandel, outro instrumento de grande pressão, teria sido os movimentos de rebelião e de liberação que surgiram entre os povos do chamado terceiro mundo depois que o declínio das exportações de matérias-primas, nesses países, conduziu-os ao empobrecimento relativo e, em alguns casos, absoluto, debilitando-os politicamente.<sup>11</sup> No Brasil torna-se patente o caso das ligas camponesas. Na verdade, movimentos políticos propagavam-se em toda a América Latina, principalmente após a revolução cubana, em 1959, repercutindo na maneira dos Estados Unidos se manifestar frente a tais pressões. O caráter socialista do novo regime cubano, ameaçando toda a América Latina, vai coagir os Estados Unidos a acionar métodos de luta inteiramente diferentes das formas repressoras de agir do período macarthista,<sup>12</sup> passando a ressaltar vários aspectos do desenvolvimento econômico e social da América Latina e a buscar instrumentos para concretizá-los que vão exprimir-se através do programa da Aliança para o Progresso.<sup>13</sup>

<sup>9</sup> MANDEL, Ernest. *Marxismo revolucionário atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

<sup>10</sup> MANTROVA, Guido. *Op. cit.*

<sup>11</sup> MANDEL, Ernest. *El capitalismo tardío*. Mexico: Ediciones lira, S. A., 1979.

<sup>12</sup> O movimento macarthista consistiu em uma campanha sistemática contra comunistas ou suspeitos de atividades comunizantes, ocorrida nos EUA nos anos cinquenta. A denominação deriva do nome do senador republicano Joseph McCarthy, seu mais fervoroso adepto. Esse episódio ficou conhecido como "caça às bruxas" e foram atacados todos os defensores do New Deal, que eram chamados a depor diante de comissões de inquérito do Senado.

<sup>13</sup> Esse programa, como já foi dito anteriormente, foi proposto pelo presidente John F. Kennedy e firmado pela grande maioria dos governos da região na Conferência Interamericana para o Desenvolvimento social e econômico da América Latina - reunião especial do Conselho Interamericano Econômico e Social da OEA (Organização dos Estados Americanos) - realizada em Punta del Este, em agosto de 1961, em Montevideo. Os participantes proclamavam sua decisão de associar-se num esforço comum, para alcançar o progresso econômico mais acelerado e a justiça social mais ampla para seus povos, respeitando a dignidade do homem e a liberdade pública. Abrangendo um período de dez anos (1961/1971), o programa visava concretamente além da industrialização, redistribuir a renda, eliminar o analfabetismo, fazer a reforma agrária, desenvolver projetos de habitação popular e fazer a integração das economias latino-americanas por um mercado

Ricardo Bielschowsky, funcionário da Oficina da CEPAL em Brasília, fala sobre o tom político “social democrata” da nova posição norte-americana depois da Revolução Cubana.<sup>14</sup> A razão desta virada norte-americana é respondida pelo próprio Che Guevara, presente na Conferência de Punta del Este, salientando, com ironia, “*que os países latinos deveriam agradecer à Cuba pelos novos projetos de Kennedy no plano das relações interamericanas*”.<sup>15</sup>

Sem nenhuma dúvida, a Aliança para o Progresso representou uma resposta à Revolução Cubana que se apresentava mais ameaçadora para os Estados Unidos, no âmbito da América Latina, do que a Revolução Russa, dado que, i) assistia-se, no ocidente, a primeira ruptura de um país com o sistema de dominação norte-americano; ii) as conquistas sociais alcançadas pela sociedade cubana atingiam o âmago das aspirações da esquerda no continente americano, pautadas na construção de uma sociedade soberana que priorizasse os investimentos sociais independentemente dos mecanismos de mercado; iii) e mais, as posições de Cuba em relação à política internacional mostravam-se mais radicais na sua política de apoio aos movimentos revolucionários na América Latina, do que as vias reformistas de luta pelo poder pregadas pelos PCs em toda a região.<sup>16</sup>

Em vista disso, a essa posição reformista, suave, comandada pelo Partido Comunista e pelos nacionalistas em geral – ressaltando as rupturas com o imperialismo e com o latifúndio como plataforma nacional, democrática e

---

comum. A Coordenação e o controle do programa da Aliança estavam a cargo do Conselho Interamericano Econômico e Social, em colaboração com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), ALALC (Associação Latina Americana de Livre Comércio), FMI (Fundo Monetário Internacional), BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento) e, finalmente, a CEPAL (Comissão Econômica da ONU para a América Latina).

<sup>14</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. “Evolucion de las Ideas de la CEPAL”. In *Revista de la Cepal, Santiago do Chile: Número Extraordinário, Outubro, 1998*.

<sup>15</sup> MARTINS FILHO, João R. Os Estados Unidos e a guerrilha. In *Crítica marxista*. S. Paulo: Xamã, nº5, 1997.

<sup>16</sup> Quando irrompeu a Revolução Cubana, os PCs, em toda América Latina, haviam enveredado pela “via reformista”, defendendo o fortalecimento das forças nacionais progressistas contra o imperialismo norte-americano. De acordo com essa as contradições principais, aquele momento, estavam entre a nação e o imperialismo, entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura indicando, dessa forma, como meio de superar essas apostões à luta pela formação de uma burguesia nacional.

popular – vai alinhar-se uma outra considerada esquerda revolucionária, de caráter socialista, que encontrava na vitória de Cuba uma de suas grandes bandeiras de propaganda para propor a estratégia armada como caminho de resolução para a crise no continente. A produção teórica de toda a América Latina passa a girar em torno dessas questões durante toda a década de sessenta, esgotando-se apenas em 1967, início do chamado “Milagre brasileiro”, que vai representar um momento determinante na preocupação teórica e nas lutas políticas de todo continente latino-americano. É evidente que controvérsias como essas, nas quais discutia-se se a revolução latino-americana deveria ser antifeudal ou anticapitalista, traziam implicações políticas muito graves e ameaçavam a liderança dos Estados Unidos na América Latina.

É nesse contexto, que a CEPAL, como um dos membros da coordenação e controle do programa da “Aliança para o Progresso”, vai representar o organismo que, com suas idéias, liderará na América Latina as medidas de contratendência das classes capitalistas regionais e internacionais transformando-se numa força ideológica que vai aglutinar em torno de um projeto de desenvolvimento, o “estatal-desenvolvimentismo”, todos os segmentos da sociedade: as oligarquias agroexportadoras, o empresariado industrial, os setores da classe média urbana e o crescente proletariado. Tratava-se de seduzir e cooptar para o novo projeto social os movimentos sociais e as pressões populares que se acumulavam. Bielschowsky ressalta:

*“Durante toda a década, [de sessenta] a CEPAL manteria um diálogo com as posições políticas moderadas, situadas inclusive a direita do espectro político, assim como com o mundo da diplomacia internacional, em várias áreas: na mobilização da Aliança para o*

*Progresso, no tema da integração regional e da ALALC [Associação Latino-Americana de Livre Comércio], na criação da UNCTAD [Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento], e na multiplicação da assistência técnica em planificação indicativa aos governos da região. A modernização das tecnoburocracias latino-americanas se beneficiou muito do trabalho da CEPAL e do ILPES nesse período”.<sup>17</sup>*

No caso específico do Brasil, Guido Mantega dar a conhecer o grau de contigüidade que tinham as idéias desenvolvimentistas, advindas da CEPAL, com as propostas do relatório da Comissão Mista Brasil/Estados Unidos (1951/53) elaborado, em parte, por técnicos norte-americanos e por membros do governo brasileiro. Para o autor:

*“(...) a Comissão Mista elaborou uma política de desenvolvimento muito próxima daquela sugerida pela CEPAL e seus seguidores, baseada sobretudo na industrialização e na elevação das margens de poupança interna com forte apelo ao Capital estrangeiro”.<sup>18</sup>*

Foi ela, a Comissão Mista, que deu origem ao primeiro banco de investimento criado no país – o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) – armando o Estado com os meios financeiros para promover uma verdadeira política de industrialização.

Mantega faz ver que numa época em que a acumulação de capital surgia em escala monopolista e em que a acumulação industrial despontava como o setor privilegiado de valorização do capital, criar as condições para promover a reestruturação produtiva da economia brasileira rumo às necessidades expansionistas do capital monopolista, tornava-se, sem sombra

---

<sup>17</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo Op. cit.

<sup>18</sup> MANTEGA, Guido Op. cit.

de dúvida, o objetivo básico de ambos governos Brasil e Estados Unidos e, conseqüentemente, da Comissão. Nessa direção, em busca da expansão industrial, a Comissão Mista, compartilhando com o pensamento cepalino, mostrava a necessidade de remover todos os obstáculos herdados das formas arcaicas de uma agricultura feudal, e de promover através da industrialização a integração dos mercados regionais num grande mercado nacional. Com essa intenção aconselhava ao governo brasileiro a elaboração de programas que dessem prioridade aos investimentos em infra-estruturas (fornecimentos de energia, transporte e insumos básicos); na maior expansão da produção agrícola e na ampliação de fábricas existentes e instalação de novas; bem como, na descentralização da indústria, propiciando uma distribuição mais equilibrada do poder.

A propósito, o PCB, do mesmo modo, também apreendia a dinâmica da sociedade brasileira dos anos 50 e 60, reconhecendo nas relações de produção semifeudais – que dominavam, segundo eles, o campo brasileiro – obstáculos para o pleno desenvolvimento das forças produtivas e para o fortalecimento da burguesia nacional. Em vista disso, a revolução socialista passaria primeiro pela “revolução nacional democrática burguesa”, a fim de que fossem eliminados os restos feudais, libertada a população brasileira da miséria e estabelecido, finalmente, uma sociedade democrática.

Desse modo, a idéia de que faltava remover os obstáculos criados pelas instituições arcaicas – enraizadas a uma estrutura econômica semifeudal, voltada para uma produção primário-exportadora com hábitos especulativos de comércio – e que apenas a formação de uma nova classe empreendedora da burguesia nacional, regida pelo Estado, poderia superá-los, emergia cada vez

mais, sendo avidamente acolhida pelos grupos políticos de esquerda e de direita, tornando-se uma força coletiva e transformando-se no novo poder político-ideológico. Todos defendiam um projeto de desenvolvimento que iria modificar as correlações de forças no seio das classes dominantes em prol dos novos segmentos com base na acumulação industrial e em detrimento dos segmentos agroexportadores.

Mantega refere-se ainda as fontes de recursos sugeridos pela Comissão Mista para viabilizar esses programas que – embora para ela se afigurasse a essencialidade dos fundos públicos em alguns setores básicos – aconselhava diante da insuficiência da poupança interna, igualmente aos cepalinos, apelar para a poupança externa. O autor evidencia, ainda, que o PCB, igualmente à CEPAL, *“criticava o imperialismo comercial espoliativo e incentivava o capital externo a participar da industrialização”*.<sup>19</sup> Por conseguinte, a idéia de que o capital externo poderia ser muito proveitoso, na medida que forneceria meios de pagamento para importar equipamentos e diversificar as estruturas produtivas, também prevalecia na época e expressava os sentimentos coletivos de toda a sociedade.

A tese defendida por Guido Mantega é que as idéias cepalinas desenvolvimentistas e seus desdobramentos *“nortearam os passos dos governos populistas brasileiros, abrindo caminho para a plena implantação do capitalismo monopolista no país e a fase mais avançada do imperialismo”*.<sup>20</sup> A contradição estaria apenas nos desígnios que a CEPAL explicitava pretender

---

<sup>19</sup> Ibid.

<sup>20</sup> Ibid.



atingir e os meios que utilizava para alcançá-los. Mas, nesse caso, Mantega pode defender essa mesma tese para o PCB.

Na verdade a luta antiimperialista que preponderava na época – colocando num plano secundário as contradições entre a burguesia industrial e o proletariado, quando comparadas com as que ambos tinham em relação aos latifundiários feudais – investia apenas contra uma das manifestações específicas do imperialismo, justamente, aquela ligada às transações comerciais e escoamento dos produtos primários exportadores. Isto é reconhecido por Mantega. Para esse autor, não existia nenhuma ambigüidade entre o projeto da CEPAL, de desenvolvimento interno, nacional, e o seu convite ao capital estrangeiro. Pois,

*(...) "ao eleger o desenvolvimento capitalista auto centrado como alvo máximo de suas preocupações, essa instituição torna perfeitamente coerente a entrada de capital estrangeiro que contribua para isso (...)".*

E logo em seguida diz que

*"não se pode deixar de dar razão a CEPAL neste aspecto, pois, sem dúvida, o capital estrangeiro investido na indústria de transformação impulsiona a acumulação local, desde que se feche os olhos para o tipo de desenvolvimento assim gerado e para as conseqüências sociais que dele podem resultar".<sup>21</sup>*

Mas, Mantega vê, nos interesses nacionais, "o alvo máximo" que norteava a estratégia de desenvolvimento da CEPAL, sendo o capital estrangeiro convidado a contribuir. E não o contrário, que o pensamento cepalino prevaleceu e dominou uma época, principalmente porque expressava os interesses primordiais dos grupos monopolistas internacionais produtores e

exportadores de máquinas e equipamentos industriais, que passam a predominar nos países imperialistas e a integrar no seu projeto os novos segmentos da burguesia latino-americana, apoiados na acumulação industrial, para os quais, a CEPAL vai fornecer os instrumentos a fim de definirem e defenderem uma política de industrialização para o Brasil. Nesse sentido, a CEPAL tinha suas razões quando defendia que o caminho da industrialização, para todos os países da América Latina, tornava-se muito mais um imperativo do que uma opção. Imperativo, no sentido de obediência a ordem estabelecida das coisas, que não poderia ser desafiada em sua racionalidade natural. Estaria aí a visão mistificadora da ideologia, mediante a qual, tenta-se convencer que a defesa de uma industrialização voltada para a formação do mercado interno e moldada pela substituição de importações estaria ligada à necessidade de consolidar uma situação de desenvolvimento auto-sustentado baseado em impulsos dinâmicos internos, tal como ocorria nas economias capitalistas avançadas, e não como o meio de abrir as possibilidades de investimentos de baixo risco e de alta rentabilidade para as empresas multinacionais produtoras e exportadoras de bens de capital. Bielschowsky observa que é equivocada a idéia de que a CEPAL propunha um desenvolvimento “autárquico”, ao contrário,

*“havia uma reiteração recorrente de que o processo substitutivo só alterava a composição das importações. Mais ainda, o crescimento econômico geraria uma pressão inevitável para a expansão das mesmas e os países centrais só podiam ganhar com a industrialização da periferia e com uma maior abertura à importação de produtos originados nela. Portanto, se sustentava que havia uma*

---

<sup>21</sup> Ibid

*ampla "solidariedade intrínseca" entre a industrialização e a expansão do comércio internacional".<sup>22</sup>*

Por conseguinte, uma política deliberada de desenvolvimento industrial para a América Latina era defendida firmemente como uma solução feliz para vencer todos os problemas e obstáculos existentes no seu caminho. Obstáculos esses, cuja existência era admitida, diante do confronto de forças entre as classes que prevalecia na época, mas, cujas soluções não podia conduzir absolutamente a lugar nenhum – sob o ponto de vista das classes subalternas – porque representava uma alternativa estratégica de dominação burguesa para a América Latina em face das novas exigências do capital monopolista e dos movimentos de rebelião que eclodiam nesses países, e não "tipos ideais" artificialmente construídos, como se queria demonstrar. Assim, teria sido, portanto, no confronto de projetos políticos estratégicos e diferenciados – à medida que as classes definiam e redefiniam suas respectivas posições – que o ideário desenvolvimentista vai sendo construído, ou seja, combinando as novas exigências do capital monopolista e do movimento operário.

Portanto, o importante é responder porque determinado pensamento influencia uma época, opera transformações e vem a converter-se em uma "visão do mundo". A realidade tem mostrado que são aquelas tendências intelectuais, que tem como imperativo assegurar a compatibilidade entre a estrutura categorial e as estratégias ideológicas das classes dominantes, que em geral são adotadas, pelos meios culturais de divulgação, como o critério legítimo de avaliação e como exemplo de objetividade científica.<sup>23</sup> É a ideologia

<sup>22</sup> BELSCHOWSKY, Ricardo. Op. cit.

<sup>23</sup> MÉSZÁROS, István. O poder da ideologia. São Paulo: Ensaio, 1996

dominante que geralmente tem uma capacidade muito maior de estipular aquilo que pode ser considerado como critério legítimo de avaliação do conflito, não apenas porque controla efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade, mas graças à vantagem da "mistificação", por meio da qual as pessoas que sofrem as conseqüências da ordem estabelecida podem ser induzidas a endossar, "consensualmente", valores e políticas práticas que são de fato absolutamente contrários a seus interesses vitais, como observa Mézáros. Para o autor, esse poder da "mistificação" sobre o adversário seria privilégio da ideologia dominante pela simples razão que as ideologias críticas que tentam negar a ordem estabelecida não teria nada a oferecer. Todavia, o tipo de racionalidade, que perpassa nesse pensamento dominante com seus indicadores práticos bem fundamentados e estímulos mobilizadores direcionando as ações, vai sendo construído no confronto entre as classes. Para Mézáros representa "a consciência prática" necessária através da qual as principais classes da sociedade se relacionam e se confrontam abertamente articulando sua visão da ordem social como um todo abrangente. E Goldman, por sua vez, elabora a noção de "consciência possível" das classes que compõem a sociedade para compreender a natureza das "visões do mundo", que se tornam coerentes em seu próprio campo de ação. Na verdade, as idéias que eclodiram na América Latina após a revolução russa, a vitória da revolução chinesa e principalmente da revolução cubana, inspiraram as teorias conciliatórias, reformistas, que, se por um lado, reconheciam a exploração imperialista, por outro, tentavam mostrar a inalterabilidade dos valores que sustentavam os poderes existentes. A meta era a eliminação do conflito mais fundamental entre as classes, cujo objetivo está relacionado a interesses e

estratégias diferenciadas formuladas a favor ou contra o prosseguimento da reprodução de determinada ordem social. E tem sido nas formas ideológicas orientadas para a prática que esse conflito mais importante se resolve. É essa orientação prática que define também a racionalidade do discurso ideológico.

Portanto, são nessas transformações – que se produziram nas condições em que existia e se desenvolvia o capitalismo em escala mundial, nesse período de expansão – e não em qualquer outro tipo de consideração político-filantrópica, que se deve buscar respostas para o súbito interesse dos países industrializados em fomentar as idéias desenvolvimentistas nos países do terceiro mundo, bem como, para a força ideológica que elas passaram a ter na cultura desses países. Desse modo, as idéias desenvolvimentistas da CEPAL, devem ser vistas como parte de uma ideologia mais ampla associada a uma dinâmica do capitalismo do pós-guerra, em nível global, no sentido de se criar contratendências e desacelerar as contradições mais prementes do capitalismo, bem como, integrar as classes sociais rebeldes e evitar as explosões políticas. Para garantir a sobrevivência do sistema capitalista, fazia-se necessário a elaboração de novos métodos de explicação e intervenção que se configuravam na proclamação de uma ordem social que eliminaria gradualmente toda possibilidade de crise, e formas tradicionais de dominação classista, dando lugar a uma “sociedade regimentada”, na função reguladora de um Estado burocrático, neutro, entre as classes e organizado sobre princípios técnicos. É assim que a CEPAL apresenta o sistema econômico, como dependente da ação política, como algo que resulta de decisões técnicas. Como se o avanço das condições material-produtivas, sob a égide da burguesia industrial, não tivesse absolutamente nada a ver com as condições

da existência humana em todos os seus aspectos. Residiria aí toda a mistificação do pensamento desenvolvimentista cepalino.

Realmente, as relações que os Estados Unidos mantiveram com os países da América Latina sempre se revelaram suficientemente forte, o que torna difícil identificar, nesses últimos, alguma indicação de soberania nacional, ao contrário, esses países fizeram-se além de atrasados, dependentes, servindo continuamente de válvula de segurança às tendências de superprodução periódicas inerentes a economia capitalista. O capital estrangeiro sempre exerceu um domínio muito forte sobre o processo de acumulação de capital nos países da América Latina, o que conduziu o desenvolvimento econômico desses países a uma condição complementar do desenvolvimento da economia da metrópole, e, particularmente, no pós-guerra, dos Estados Unidos. Tudo isso se torna evidente na medida em que a preocupação em induzir a industrialização nos países subdesenvolvidos somente desponta com a necessidade de ampliação de mercados externos para as grandes empresas de máquinas, veículos e equipamentos dos países ricos, a fim de superar os limites da demanda efetiva interna desses países, principalmente com as grandes perdas sofridas pelo capitalismo com a extensão do mundo socialista (perda de campos de investimentos, perda dos mercados, enfim, perda em todos os planos). E mais, a expansão do mercado de bens de capital exigia, em certa medida, um papel muito especial do Estado no sistema geral de produção e planificação do conjunto da economia. O Estado era o único capaz de assumir uma variedade de obrigações na área dos investimentos vitais para essas empresas, ou seja, em infra-estruturas (de transporte, energia, etc.), na fundação de indústrias pesadas (siderúrgica,

O processo de desenvolvimento era concebido pela CEPAL como algo que além de requerer um excedente econômico exigia apropriadas condições socio-políticas, bem como uma intervenção reguladora e orientadora do Estado para corrigir as distorções mercadológicas. Tinha, portanto uma visão integral de desenvolvimento ligando-o não apenas aos aspectos econômicos, mas também aos direitos (formais) políticos e sociais. Nesse sentido, o processo de industrialização era visto vinculado aos direitos e garantias cívicas e sociais – mediante as políticas públicas - não podendo estar superposto a luta contra às desigualdades sociais.

Em relação ao desenvolvimento específico da América Latina – tema central do seu pensamento – a CEPAL empenhou-se em caracterizar as condições estruturais do subdesenvolvimento, apontar as suas principais causas e os caminhos pelos quais deveria buscar sua recuperação e superação. Procurava-se, assim superar as desigualdades e colocar o homem no centro das atenções, de tal maneira que a economia passasse a ser vista em função do desenvolvimento e das potencialidades físicas e espirituais do homem. Em torno dessas idéias havia um consenso na Comissão Econômica para a América Latina, multiplicando-se trabalhos sobre a necessidade de planificar o desenvolvimento, aprofundar a industrialização, redistribuir a renda e a reforma agrária.

Enfim, estes elementos centrais sobre um desenvolvimento orientado para valores de “liberdade” e “igualdade” de direitos representavam o clima de debate nas Nações Unidas, e a CEPAL correspondia com eficiência na América Latina ao mandato que lhe havia sido conferido.

O que se pretende ressaltar é que se buscava irradiar ideais que deviam ser valorizados e buscados, mesmo que na prática se revelassem longínquos e utópicos. Todos precisavam desejá-los, mesmo que não pudessem realizar-se. Esses ideais requeriam conceitos, categorias que delimitavam o debate. Por exemplo, o conceito de nação estava ligado ao de integração econômica (no plano interno) e à soberania (no plano externo). O conceito de “progresso”, “planejamento” ligava-se a um futuro humano com avanços na área social e moral. Esses conceitos legitimavam-se nos debates porque se associavam ao desejo de transformar, através da ação planificadora do Estado, uma imagem utópica, ideal da sociedade burguesa de mercado, em realidade. Essa dimensão mistificadora, ideológica estava intrinsecamente inserida na teoria desenvolvimentista, provocada por uma realidade, como um traço necessário imposto pelas circunstâncias históricas de uma época, a saber, pelas exigências econômico-sociais e pelo processo de luta e organização das classes subalternas.

Portanto, a ideologia reformista desenvolvimentista não poderia ter desempenhado o papel que teve sem uma conjuntura específica de circunstâncias históricas. São nas transformações que ocorreram nas condições objetivas e subjetivas de existência do capitalismo em escala mundial, que se pode explicar a verdadeira paixão, numa determinada época, por parte dos países capitalistas desenvolvidos em dar ajuda aos países subdesenvolvidos em bastiões de progresso não revolucionários, constituindo, assim, as raízes principais da ideologia desenvolvimentista. Ou seja, as razões são inseparáveis da luta entre os capitalistas individuais buscando novas oportunidades de lucro, e do processo de acirramento da luta de classes a



nível internacional e continental no decorrer do pós-guerra. Coloca-se aqui que determinados acontecimentos, como a ascensão de um movimento operário cada vez mais politizado e revolucionário, levaram a determinados tipos de concessões entre as partes (empresários e trabalhadores), que deram origem à “consciência prática” ou ao “máximo de consciência possível” das classes, reproduzido no modelo de desenvolvimento capitalista monopolista do pós-guerra. Pretende-se salientar que as vias de desenvolvimento do sistema capitalista tende a ser conduzido através dos seus próprios limites internos, ou seja, tendo em vista o próprio desenvolvimento das forças produtivas, instigado pela concorrência e lutas de classes que se transformam todo o tempo em barreiras intrínsecas que não podem mais ser ultrapassadas.

Em vista disso, as idéias da CEPAL permaneceram hegemônicas até fins da década de setenta, quando emerge o que se denomina de crise de expansão do capital (dificuldades de valorização do valor) e passa-se a atribuir ao modelo de substituição de importação – concebido pelos cepalinos como resposta a vulnerabilidade externa dos países latino-americanos – a maior parte dos problemas econômicos e a culpar os cepalinos das políticas de desenvolvimento voltadas “para dentro” que haviam tornado possível esta estratégia.

O novo período mundial de crise do capital representa apenas um “*novo cenário do capitalismo tardio em crise, que sucede os ‘anos dourados’ do capitalismo do pós-guerra, e cuja maior característica é dada pela normalidade caótica, onde o ‘sujeito’ capital em processo cria (e destrói) novos mundos, postos como condição de seu próprio desenvolvimento efetivo.*”

## Capítulo III

AS CONDIÇÕES HISTÓRICO-  
SOCIAIS MONOPOLISTAS QUE  
POSSIBILITARAM O MODELO  
DESENVOLVIMENTISTA E A  
TRANSIÇÃO PARA O  
LIBERALISMO DE MERCADO

Eric Hobsbawm apresenta esse período do pós-guerra, em que a teoria econômica keynesiana convertia-se em ortodoxia, ao mesmo tempo em que a economia se internacionalizava e o mundo industrial se expandia por toda parte, como uma *"fase excepcional (...) talvez uma fase única na história do capitalismo"*, qualificada, por ele, de *"anos dourados"*. Mas, o que Hobsbawm considera excepcional não é o ciclo de expansão econômica, que caracterizou esse período, mas as *"suas conseqüências sociais sem precedentes"*. O capitalismo teria finalmente conseguido se libertar da pobreza, desemprego, miséria e instabilidade - pelo menos nos países desenvolvidos - e conquistado uma situação de pleno emprego, de elevado padrão de conforto e um *"Estado Providência"* oferecendo proteção nos casos de doença, desgraça, desemprego e velhice. Para Hobsbawm, todos esses logros representam muito mais do que um simples retorno do sistema à sua dinâmica geral, após os desacertos do entreguerras. Mesmo porque *"o crescimento [dos EUA] não foi maior que nos mais dinâmicos períodos anteriores de seu desenvolvimento"*. O capitalismo do pós-guerra teria sido, para ele *"deliberadamente reformado a ponto de ficar irreconhecível"*. Teria se dado *"uma espécie de casamento entre liberalismo econômico e democracia social com substanciais empréstimos da URSS, que fora pioneira na idéia do planejamento econômico"*. À essa proeza, o autor atribui, além da catástrofe do entreguerras e da Grande Depressão, os riscos políticos do nazismo e a perspectiva do comunismo soviético avançar sobre as ruínas de economias capitalistas que não mais funcionavam.

Hobsbawm não nega a importância do avanço espetacular na internacionalização da economia mundial e a revolução tecnológica multiplicando a capacidade produtiva e transformando o mundo, após a

segunda guerra mundial, mas atribui à ameaça externa, que representava a União Soviética, um peso importante para se compreender as características tomadas pelas instituições burguesas no modelo de desenvolvimento capitalista daquela época.

*“Durante mais ou menos 30 anos houve consenso entre pensadores e fornecedores de decisões, notadamente nos EUA, acerca do que outros países do lado comunista podiam fazer e o que não podiam. Todos queriam um mundo de produção e comércio externo crescentes, pleno emprego, industrialização e modernização e estavam preparados para conseguí-lo, se necessário por meio de um sistemático controle governamental e administração de economias mistas, e da cooperação com movimentos trabalhistas organizados, contanto que não fossem comunistas (...). A era de ouro foi uma adaptação de idéias soviéticas a uma economia capitalista”*

Ernest Mandel, entretanto, não vê esse período desenvolvimentista, que caracterizou o pós-guerra, nomeado por ele de "*Capitalismo tardio*", como uma era gloriosa e excepcional. Para Mandel o aumento da planificação do Estado e da "extensão geral tomada pela legislatura social" estariam ligados às crescentes dificuldades encontradas pelo capital, na era monopolista, de se valorizar e se reproduzir às custas de seus próprios excedentes. Existiria uma tendência inerente ao capitalismo "de ampliação da esfera das condições gerais da produção", que com a aceleração das inovações tecnológicas passa a exigir inversões de capital, de amplitude cada vez maior, aumentando os custos e, conseqüentemente, os riscos dos investimentos principalmente naquelas atividades, que requerem um longo período ou existe uma grande incerteza no processo de valorização de capital. O resultado de tudo isso

convergiria para que o Estado, cada vez mais, financie as condições gerais da produção incorporando um número cada vez maior de setores produtivos e reprodutivos na qualidade de uma socialização dos custos, sem a qual, esses setores não seriam capazes de responder às necessidades da acumulação e valorização capitalista. O Estado passaria a atuar, assim, como um esteio do capital privado monopolista, tomando para si a responsabilidade sobre os setores que não produzem resultados imediatos e garantindo oportunidades adicionais para inversões rentáveis em escala sem precedentes. Portanto, a linha principal da intervenção estatal dirigir-se-ia para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização monopolista no período do capitalismo tardio - momento em que as contradições internas do capitalismo tornam-se cada vez mais explosivas e difíceis de serem superadas - radicando-se, então, nas próprias exigências econômico-sociais do desenvolvimento capitalista. Isto significa que, para Mandel,

*"o Estado no "capitalismo tardio" segue sendo o que era no século XIX, um Estado burguês que em última instância só pode representar os interesses da classe burguesa (em seu conjunto), sobretudo de seus estratos sócio econômicos dominantes."*<sup>2</sup>

Mandel concebe o Estado como uma forma especial de realização da existência social do capitalismo paralelamente à competição. Como um momento essencial no processo de produção do capital e não como um mero instrumento *político*. Ou seja, além de função repressiva (o exército, a polícia e o sistema penal) e integradora (integrar as classes dominadas para assegurar

---

<sup>1</sup> Ibid.

<sup>2</sup> Ibid.

a *ideologia dominante*)<sup>3</sup> teria, também, a função de garantir as condições gerais da produção, que não podem ser asseguradas pela iniciativa privada. Para o autor, "*Trata-se de deduzir a função do Estado a partir dos imperativos da produção de mercadoria sem deixar de lado as lutas de classe e a competição intercapitais*". Nesse sentido, a intervenção do Estado na economia e a tendência a centralizar, cada vez mais, o poder político no aparato do Estado, na era monopolista, seguem sendo impulsionadas pela compulsão a valorizar capital, não passando, portanto, de instrumentos de dominação da burguesia. Do ponto de vista econômico, vale-se de "*uma extensão adicional das funções do Estado*",<sup>4</sup> que passa a financiar as condições gerais da produção, absorvendo um número cada vez maior de setores produtivos, socializando assim os custos. Do ponto de vista político-social, mediante a ampliação da função integradora do Estado, que em virtude das ameaças sofridas pelas instituições burguesas com o crescimento da influência política do movimento operário, transforma-se em uma enorme máquina de manipulação ideológica para integrar o operário na sociedade capitalista tardia.

Segundo Mandel, somente nessa direção pode-se compreender o significado que teve, nesse período monopolista a "extensão geral da legislatura social", cuja razão teria sido

*'uma concessão ao ascenso da luta de classes empreendida pelo proletariado, e teve como objetivo salvaguardar a dominação do capital contra ataques mais radicais no movimento operário.*

<sup>3</sup> "A função integradora do Estado, em diferentes modos de produção ou formações socioeconômicas concretas, se exerce predominantemente através de diferentes ideologias: magia e ritual, filosofia e moral, direito e política." (...) "cada uma dessas práticas superestruturais desempenha tal papel em toda sociedade classista" (...) "através da instrução, da educação, da cultura, e dos meios de comunicação. Porém, antes de tudo, através das categorias do pensamento predominantes peculiares a estrutura classista de cada sociedade." MANDEL, Ernest. Op. cit.

<sup>4</sup> Para Mandel essa "extensão adicional das funções do Estado" seria consequência de três traços principais inerentes ao capitalismo monopolista: a redução do tempo de rotação do capital fixo; a aceleração da inovação tecnológica; e o enorme aumento do custo dos grandes projetos de acumulação capitalista devido a terceira revolução tecnológica, com seu correspondente aumento nos riscos de qualquer atraso ou fracasso na valorização dos enormes volumes de capital requeridos para isso. Ibid.

*Correspondeu também aos interesses gerais da reprodução capitalista, ao assegurar a reconstituição física de sua força de trabalho, ali onde esta se achava em perigo devido a superexploração".<sup>5</sup>*

Ele considera falsa a crença em um "Estado Social", que se baseia em uma redistribuição da renda nacional em favor dos trabalhadores e às expensas do capital. Ao contrário, responsabiliza pelo ímpeto, que as conquistas sociais e trabalhistas tomaram nesse período, o curso das lutas de classe, que, segundo ele, já anunciava um desenvolvimento nesse sentido e, se houve alguma concessão, deveu-se, por um lado, à necessidade da *"reconstituição física da força de trabalho"* e, por outro, a tentativa de *"integrar o operário na sociedade capitalista tardia como consumidor, aliado social, cidadão, etc"*, a fim de garantir a dinâmica de valorização do capital monopolista. Ademais, acrescenta que o valor socialmente criado de desígnio público (os sistemas de seguros e previdência), assegura ao Estado capitalista monopolista uma base material em escala ampliada.

Portanto, para Mandel,

*"a hipertrofia e a autonomia crescente do Estado capitalista tardio são historicamente um colorário das dificuldades cada vez maiores para a fácil valorização do capital e a realização da mais valia. Refletem a crescente falta de confiança do capital em sua capacidade de estender ou consolidar seu domínio por meio dos processos econômicos automáticos. Também estão relacionados a intensificação da luta de classe entre capital e trabalho; em outras palavras, à crescente emancipação da classe operária da*

---

<sup>5</sup> Ibid.

*subordinação total e passiva à ideologia burguesa e seu surgimento, nesse período, como força independente na luta política*".<sup>6</sup>

A garantia pelo Estado da "*reconstituição física da força de trabalho*" ameaçada pela superexploração – evidenciada por Mandel como um dos móveis das políticas sociais, em razão de estar em plena correspondência "*aos interesses gerais da reprodução capitalista*" – é destacada, por Paulo Netto,<sup>7</sup> como "*um elemento novo*" utilizado pelo Estado monopolista para responder às lutas de classe, diferenciando-se dos métodos coercitivos, que foram peculiares ao capitalismo concorrencial. Essa novidade estaria vinculada "*a integração orgânica*", que passa a apresentar-se, nesse período monopolista, "*entre os aparatos privados dos monopólios e as instituições estatais*". Os obstáculos, cada vez maiores, encontrados pelo capital em se valorizar no marco monopolista, dificultando a sua reprodução, teria desenvolvido a necessidade de redimensionar o centro de intervenção do Estado, estendendo sua atuação para finalidades estritamente econômicas, de tal maneira, que suas funções políticas passam a imbricar-se às econômicas sobrepondo-se umas as outras. No plano econômico, o Estado teria se transformado no vetor da política econômica, para uso e serventia do monopólio, tomando para si, desde então, a responsabilidade de garantir as condições necessárias à reprodução ampliada do capital e, entre tais condições, obviamente, encontrar-se-ia incluída a capacidade viva de trabalho. Em vista disso, "*a preservação e o controle contínuos da força de trabalho ocupada e excedente*", bem como seu padrão de consumo, teria se convertido em "*uma função estatal de primeira ordem*", cujo desempenho passa a se realizar através de políticas sociais (a

<sup>6</sup> Ibid.

<sup>7</sup> NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social. São Paulo: Cortez, 1992.



regulamentação das relações de trabalho; os sistemas de seguro social; e os sistemas de previdência social). Os sistemas de previdência social (aposentadoria e pensões), por sua vez, serviriam também como instrumentos para contrarrestar a tendência ao subconsumo; para oferecer ao Estado, massas de recursos (os fundos que o Estado administra e investe); e para redistribuir pelo conjunto da sociedade os custos da exploração capitalista, dispensando apenas os seus únicos beneficiários: os monopolistas. Em contrapartida, no nível estritamente político, o Estado, para exercer o jogo econômico da burguesia monopolista, precisaria, também, legitimar-se politicamente perante as classes subalternas, a fim de dilatar a sua base de sustentação, e o faz pondo em prática os instrumentos da democracia política – institucionalizando os direitos e garantias cívicas e sociais, mediante suas políticas sociais públicas – que lhe vão permitir alcançar o consenso social, elemento indispensável para se obter uma aceitação serena das regras estabelecidas pelo jogo econômico dos monopólios. Para o autor, seria inegável a eficácia dessas políticas sociais, atuando no sentido de oferecer um apoio de caráter político e moral *"à imagem do Estado como 'social', como mediador de interesses conflitantes."* Além disso, o fato dessas políticas sociais serem levadas a efeito *"a partir de mobilizações e pressões vindas do exterior do aparato estatal permitiria que aqueles que conquistam algum atendimento se reconheçam como representados nele."*

Netto admite existir uma compatibilidade do Estado monopolista com o processo de democratização da vida sócio-política, mesmo reconhecendo que o sistema de poder joga em favor dos monopólios, no sentido de esvaziar os instrumentos participação política dos trabalhadores. Ele menciona que

críticas, quando apontam para a possibilidade das classes subalternas mobilizadas colocarem em risco a ordem burguesa.

Por conseguinte, segundo Netto, em nenhuma conjuntura o Estado, ao fixar suas estratégias, recorreria a apenas uma de tais perspectivas, existindo sempre uma complementaridade entre a perspectiva "*pública*" e "*privada*". Essa ambivalência das manifestações da "questão social" entre a fronteira do "*público*" e do "*privado*" na sociedade burguesa da idade monopolista estaria ligada à própria dialética do processo social da organização burguesa "*madura e consolidada*", que propiciaria esse laço de complementaridade efetivo entre ambos, como também, ofereceria um largo campo de legitimação. Ou melhor, adviria "*de uma complicada malha de relações e conexões*", que estaria assentada na invasão dos espaços "*privados*" pela lógica específica do capitalismo monopolista; nos componentes de legitimação da ordem burguesa; e no patrimônio teórico cultural que consagraria essa complementaridade entre a perspectiva "*pública*" e "*privada*" no plano da representação das idéias.

Ele evidencia que o monopólio ao invadir "*todas as instâncias que outrora o indivíduo podia reservar-se como área de autonomia*" – ao separar a empresa familiar independente do comando do processo de produção e também do poder de realizar o fruto do seu trabalho – alarga e aprofunda em grande escala as relações sociais capitalistas, passando a converter praticamente todos os domínios da existência humana em serviços. Nesse sentido, transforma a esfera privada da existência "*num terreno estrito do individual*". Significa dizer, que nesse processo ocorre simultaneamente a eliminação dos espaços de atividade coletiva, social (nos quais, o indivíduo age segundo sua própria vontade) ao mesmo tempo que aflui os espaços

particulares, privativos (produzidos e reproduzidos conforme as exigências de expansão do mercado monopolista). Na opinião de Netto, o "privado" não desaparece, simplesmente retorna modificado por forças exteriores ao indivíduo, o qual, passa a ter a organização de sua vida sob a responsabilidade da soma total das instituições monopolistas, que agora determina, satisfaz e controla todas as suas necessidades e faculdades. Nesse tipo de sociedade os indivíduos não mais determinam suas próprias necessidades e satisfações, mas desempenham apenas funções preestabelecidas; trabalham para si mesmo, somente na medida em que trabalham para o sistema monopolista, realizando atividades, que na maioria dos casos não coincidem com suas próprias faculdades e desejos.

Portanto, à medida que as modalidades de investimento, próprias do capitalismo monopolista, se expandem ampliando, cada vez mais, as perspectivas da cultura material, vai atraindo, nesse processo compulsivo sem limites, áreas cada vez mais vastas para a esfera de valorização, vindo a se "instilar(r) pelos poros da vida e em todas as manifestações anímicas", analisa o autor.

Assim, a sociedade totalmente organizada é introjetada

*"na consciência e no inconsciente do indivíduo, operando como seu próprio desejo, sua moralidade e satisfação". (...) "O indivíduo vive sua repressão 'livremente' como sua própria vida: deseja o que supõe que ele deve desejar".<sup>11</sup>*

Desse modo, "o monopólio não elimina o indivíduo, mas supõe-no necessariamente e necessariamente joga na sua reprodução enquanto sujeito

<sup>11</sup> MARCUSE, Herbert. Eros e civilização. São Paulo: Zahar Editores

*individual" analisa Netto.*<sup>12</sup> É esse movimento dinâmico, que permeia o conjunto da vida social na idade monopolista, que vai manifestar-se na intervenção do Estado, visto ser ele seu garantidor.

Resulta daí, que a substância individualista, utilizada como componente de legitimação da ordem burguesa, aparece agora, não mais como uma proclamação das possibilidades da vontade individual – adequada ao período da "livre concorrência" – mas surge privilegiando as instâncias psicológicas da existência social, fazendo progredir a tendência a psicologizar a vida social, estratégia totalmente em harmonia com os processos econômicos sociais, que a sociedade monopolista gera para se reproduzir.

*"À proporção que a ordem monopólica invade e devassa com sua própria lógica de valorização, o universo inclusive simbólico e afetivo – antes tido e havido como reserva psíquica do indivíduo, mais as dimensões psicológicas, (...) ganham peso".*<sup>13</sup>

E esse "lastro legitimador", contido na psicologização, não se esgotaria, pelo visto, na possibilidade de responsabilizar os "sujeitos singulares" pelo seu próprio destino. Ele realizaria, ainda, observa Netto, a contrapartida, no plano individual, "da redefinição que a ordem monopólica instaura entre o 'público' e o 'privado'" Ou melhor, do ponto de vista do indivíduo, a psicologização atua compensando o espaço de realização autônoma, que lhe foi subtraído pela expansão monopólica. Os bens e serviços ao serem ofertados, cada vez mais, pelas empresas monopolistas colocam à disposição dos indivíduos benefícios, que ao facilitarem as necessidades da vida contrabalançam e justificam o

---

<sup>12</sup> NETTO, José Paulo, Op. Cit.

<sup>13</sup> Ibid.

controle total, que passa a existir sobre eles, gerando a aquiescência à ordem estabelecida.

Assim posto, o potencial legitimador da ordem burguesa monopolista implicaria um tipo novo de relacionamento "*personalizado*" entre o indivíduo e as instituições próprias da organização monopólica. O que o autor ressalta é a existência de mecanismos intrínsecos à ordem monopólica, que possibilitam um sistema de controle sobre a consciência, superando, assim, os instrumentos repressivos. A manipulação da consciência ocorre através da coordenação de toda a existência humana, privada e pública, e de todas as reações humanas, espontâneas e solicitadas. Essa ampliação extensiva de controles a regiões da consciência, anteriormente livres, consolida o sistema de controle monopólico, que passa a depender todo o seu poder de uma forma unificada e intensa, preparando o conteúdo para um novo princípio de realidade.

Sob o domínio dos monopólios econômicos, políticos e culturais a repressão torna-se coletiva através de agentes, agências extrafamiliares (escola e meios de comunicação de massa), que fixam os valores requeridos e oferecem o treino perfeito em eficiência para a conformidade. O sofrimento, a frustração e a impotência do indivíduo derivam, agora, de um sistema funcionando com alta produtividade e eficiência. Procedem de uma existência em nível melhor do que nunca. Desse modo, o impulso agressivo mergulha no vácuo e a indignação ameaça ficar sem qualquer sentido. "*Assim repelida, a agressão é assim introjetada: a culpa não é da supressão, mas do suprimido*".<sup>14</sup> Com sua consciência coordenada, sua intimidade abolida, suas

---

<sup>14</sup> MARCUSE, Herbert. Op. Cit

emoções integradas em conformismo, o indivíduo não dispõe mais de espaço mental suficiente para viver com uma consciência própria.

O terceiro elemento considerado por Paulo Netto, que ofereceria subsídios para a ordem monopólica intervir na "questão social", sob as óticas do "público" e do "privado", encontrar-se-ia na tradição teórico-cultural positivista, fundada em um "estilo de pensar", que permite legitimar constantemente, através de argumentos científico-naturais, a ordem estabelecida. O ponto forte ideológico estaria, justamente, no axioma da identidade entre sociedade e natureza – configurado na aplicação extensiva da idéia das leis naturais aos fenômenos humanos – que se encontra presente em todas as correntes positivistas, servindo de "base para a negação da necessidade de construção de uma nova ordem". Existiria uma força ideológica nesse naturalismo social, no momento em que constata que o estado de coisas existente é natural, necessário, inevitável e produto de leis invariáveis, porquanto fornece uma justificativa científica para a ordem social estabelecida tornando inútil e ilusório o desejo de interrompê-la ou transformá-la. Legitima-se, assim, o estabelecido e consagra-se "uma predisposição para aceitar a sua evolução seja em que sentido for", observa o autor.

Segundo Netto, essa tradição teórica cultural ao naturalizar a sociedade tenderia a situar o social nas suas dimensões ético-morais, estando aí o espaço aberto, que permitiria psicologizar as relações sociais. A problemática social, segundo o pensamento positivista, é reconhecida como um fenômeno exterior às instituições da sociedade burguesa derivando, não de sua própria "dinâmica e estrutura, mas de um conjunto de dilemas mentais e morais". Em vista disso, os meios propostos para superar ou resolver os problemas sociais

restringir-se-iam "em assegurar convenientemente a todos, primeiro, uma educação normal, depois, um trabalho regular". Essa forma de solucionar a questão seria fruto de um campo de visibilidade teórica que "deseconomiza" ou "deshistoriciza" a "questão social" e mira todas as atenções para o "âmbito da modelagem psicossocial e moral".

O apelo à naturalização da sociedade do discurso positivista, analisa o autor, ao considerar eternos e a-históricos os fenômenos da vida social, acabaria evidenciando a desigualdade social como uma situação natural e inevitável. Os privilégios passariam a ser fenômenos normais, pois numa disputa em condições iguais é inevitável que os mais aptos alcancem maiores vantagens e prerrogativas. Nesse caso, as tensões e conflitos derivados dessas desigualdades, poderiam ser conciliados com a constituição de um sistema de normas morais, que introjetadas nos indivíduos reduzem os comportamentos que se desviam da linha mestra de conduta.

Para Netto, é nessa tradição teórico-cultural, nos seus aspectos metodológicos decisivos, que se constituirá a substância cultural, que "ressituando o *ethos individualista*" dará consistência, no campo das idéias, as formas de ação política estatal na idade monopolista. Nela estaria contida a justificativa científica de que a essência de um controle efetivo e operante encontrar-se-ia na esfera moral e é justamente aí, que a sua modalidade de psicologização das relações sociais apareceria em toda extensão.

A psicologização das relações sociais teria ido se cristalizando definitivamente quando o monopólio consolidava-se entre as grandes guerras mundiais – com a inteira moralização das teorias sociais abrangentes e a

individualização dos problemas sociais – e é sobre ela que teria avançado a auto-representação da sociedade burguesa no estágio monopolista.

Por conseguinte, tanto os componentes teórico-culturais e as tendências econômico-sociais, peculiares à ordem monopólica, teriam oferecido as condições necessárias para que a intervenção sobre a problemática social fosse colocada num patamar compatível com a dinâmica social e política do monopólio, ou seja, sob a perspectiva do "*público*" e do "*privado*". Nesses dois aspectos, tanto do "*publico*" como do "*privado*", é a questão da ordem, que constituiria o eixo das intervenções. De um lado, o traço "*público*" da questão social, conduziria às reformas – regulação de mecanismos econômico-sociais e políticos – que o desenvolvimento capitalista situaria como necessárias; e do outro, o "*privado*", levaria "*às induções comportamentais sobre os sujeitos refratários às reformas*". Desse modo, a complementaridade das perspectivas "*pública*" e "*privada*" se vê assegurada, quando o sistema teórico-cultural abre o caminho para converter os problemas sociais em "disfunções" centradas na maior ou menor conformação dos indivíduos no desempenho de suas funções. E nesses estrangulamentos o que entra em cena é o choque com as normas de coesão social, no qual, os "*desviantes*" padecem com o estigma da moralidade e com sua reintegração.

Entretanto, como já foi ressaltado, toda essa dinâmica do processo social não se realizaria senão nos espaços das lutas de classes.



# Capítulo IV

## QUESTÃO REGIONAL

**IV.1 A Questão Regional no Contexto dos Anos 50 e 60**

Foi nesse contexto histórico-social, compreendendo processos econômico, político-social e teórico-cultural, apresentado anteriormente, que se elaborou, em 1956, as diretrizes do primeiro plano de desenvolvimento Regional para o Nordeste do Brasil: o GTDN – Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. Nesse período o discurso sobre a Questão Regional inscrevia-se no âmago do ideário estatal desenvolvimentista, colocando na industrialização e no Estado forte, sua base de sustentação. Legado pela corrente keynesiana, esse ideário, que concebia a industrialização como a força do desenvolvimento, vai ser abraçado por um conjunto heterogêneo de forças sociais, logo adquirindo um estatuto na nossa cultura. A industrialização simbolizava desenvolvimento, saber. Um saber que dava realidade ao sonho de progresso, profetizava a melhoria para a população e anunciava o triunfo dos setores miseráveis. Tomava corpo, assim, uma ideologia desenvolvimentista e também intervencionista, pois tudo isso se conseguiria através da ação planejadora do Estado, que passaria a exercer um papel compensatório e complementar ao mercado. A teoria da planificação transformava-se, assim, na ferramenta que iria promover o verdadeiro desenvolvimento, que se resumia, afinal, na promoção das potencialidades físicas, mentais e intelectuais do ser humano. Essa doutrina Econômica se populariza após a Conferência realizada em "Punta del Este", no Uruguai, em 1961, e a conseqüente criação da Aliança para o Progresso. A partir daí a planificação, exercida pelo Estado, passa a ser concebida como o procedimento apropriado para a execução de qualquer projeto político,

convertendo-se no sustentáculo da industrialização e na garantia do progresso de toda a nação.

Sobre essa época Sérgio Boisier fala referindo-se a toda a América Latina:

*"El proceso de modernización – al servicio del cual se pondría la planificación – era considerado simplistamente como un proceso que debía replicar el sendero histórico de desarrollo seguido por los países industrializados y los cambios estructurales serían los mecanismos para eliminar los escollos del camino".<sup>1</sup>*

O autor mostra, também, que, nesse período, tornam-se comuns os enfoques totalizantes, que apontavam a falta de integração interna do Estado - Nação como um dos obstáculos à modernização, referindo-se a concentração demográfica e produtiva, as diferenças de renda, e a centralização dos mecanismos decisórios.<sup>2</sup> Esse receituário vai influir fortemente na maneira de visualizar a problemática regional, já que

*"é na existência de certos aspectos que se apresentam com intensidade diversa em distintas partes de um território nacional, e que são percebidos como problemas pelos agentes da planificación que o tema regional [vai ter] sua origem e fundamento".<sup>3</sup>*

Por conseguinte, as ações de específica incidência regional passam a ter um alcance nacional, incorporando-se aos planos globais de desenvolvimento da nação. O progresso deveria ser buscado "*não para a região, mas pela região*".<sup>4</sup> Boudeville considerava que não se podia admitir, que existisse entre os interesses das diversas regiões um conflito cuja solução devesse ser buscada

<sup>1</sup> BOISIER, Sergio. "Las transformaciones en el pensamiento regionalista latino-americano": escenas, discursos y actores. In Série Ensayos Dirección de Políticas y Planificación Regional. Santiago do Chile: ILPES, 1993.

<sup>2</sup> A proposta da descentralização administrativa refere-se a necessidade de se criar um organismo a fim de dirigir a aplicação regional do plano nacional. Trata-se de uma "regionalização da planificación indicativa nacional". BOUDEVILLE, J. Os espaços económicos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. (coleção "saber atual")

<sup>3</sup> MATOS, Carlos A. de. Paradigmas, modelos y estrategias en la practica latinoamericana de planificación regional. In Série Ensayos Dirección de Políticas y Planificación regionales. Santiago do Chile: ILPES,

independentemente dos anseios da nação. O interesse regional devia ficar subordinado ao interesse nacional. Para Boudeville, *"a região não constitui um fim em si mesma e sim um instrumento do bem estar nacional"*.<sup>5</sup>

Desse modo, a concentração territorial das atividades e da população em um número reduzido de pontos de cada território nacional, gerando as disparidades regionais – a ausência de integração – transformam-se no eixo da ação, e a metodologia utilizada para estruturar estratégias de desenvolvimento regional vai ser os *"pólos de desenvolvimento"*.

Fundamentava-se que o problema das disparidades regionais encontrava-se no fato de que nas sociedades capitalistas as decisões sobre a utilização setorial e territorial do excedente econômico são tomadas pelos agentes privados, de acordo com suas expectativas de rentabilidade, gerando assim uma concentração das atividades produtivas e da população apenas naqueles pontos que ofereciam melhores condições de lucro e de competitividade. Residiria aí *"os obstáculos à transmissão dos impulsos do desenvolvimento através do espaço e o fracasso no estabelecimento automático do equilíbrio na distribuição da população, dos recursos e das atividades econômicas"*.<sup>6</sup> Esse tipo de interpretação deu origem a convicção de que só a intervenção planificadora do Estado, através das políticas públicas, poderia conseguir a reversão dessa tendência à perpetuação das disparidades regionais e da concentração territorial, estimulada pela economia de mercado inerente ao sistema capitalista. Difundem-se, assim, as estratégias de polarização, que se baseavam na suposição de que a presença de

---

<sup>5</sup> BOUDEVILLE, Op. Cit.

<sup>6</sup> Ibid.

determinadas indústrias em um local favorável provocaria a formação de uma infra-estrutura e atrairia outras indústrias complementares gerando um fluxo de produtos e de renda, que conformaria um polo de desenvolvimento. Como resultado, o efeito positivo da ação dessas indústrias se propagaria sobre toda uma área de influência desse novo núcleo industrial em expansão. Por conseguinte, o desenvolvimento de um conjunto de territórios seria obtido pela propagação dos efeitos dos pólos de desenvolvimento.<sup>7</sup> Esse tipo de interpretação reconhece nas soluções técnicas e no planejamento forças capazes de contrair a anarquia do sistema capitalista e de manter a ordem social. Ou seja, proclama a *"onipotência da tecnologia"* que, segundo Mandel, é a forma da ideologia burguesa configurar-se no capitalismo tardio.<sup>8</sup>

Nesse sentido, a falta de integração nacional ou as disparidades inter-regionais passam a ser o marco dos modelos de desenvolvimento e o móvel das políticas públicas, nesse período. Uma maior integração passa a constituir uma condição necessária para a preservação e dinamização dos processos de acumulação e de crescimento do sistema em seu conjunto. Mattos considera que o problema das disparidades regionais era observado quando se definiam as ações de específica incidência regional, enquanto, que o problema de integração econômico-territorial orientava as ações dirigidas a uma maior penetração das relações capitalistas de produção ao longo do território nacional.<sup>9</sup> Na realidade, a necessidade de corrigir os desníveis regionais vinculava-se ao desejo de que o crescimento econômico se processasse de

---

<sup>6</sup> STOHR, Walter. El desarrollo regional en América Latina. Experiencias y Perspectivas. Buenos Aires: Ediciones SIAP, 1972. Apud MATTOS, Carlos A. de. Op. cit.

<sup>7</sup> CORREIA DE ANDRADE, Manuel. Espaço, polarização e desenvolvimento: a teoria dos pólos de desenvolvimento e a realidade nordestina. São Paulo: Grijaldo, 1977.

<sup>8</sup> MANDEL, Ernest. El capitalismo tardío. México: Ediciones Era, 1979.

<sup>9</sup> MATTOS, Carlos A. de. Op. cit.

forma equilibrada e harmoniosa em todo o território nacional. Desejo, que poderia se realizar através do emprego da planificação como método e como técnica orientadora do progresso social. Seria a habilidade para predizer as conseqüências futuras das ações presentes o que capacitaria a sociedade para controlar o seu futuro. A noção de pólo de desenvolvimento *"só tem valor no momento em que se torna um instrumento de análise rigorosa e a ferramenta de uma política"*.<sup>10</sup>

O paradigma da planificação torna-se, assim, a parteira da industrialização, que traria consigo a prosperidade universal e a felicidade de toda a humanidade. Desse modo, a "racionalidade tecnológica" da planificação, como forma de resolver toda possibilidade de desequilíbrios criados pela economia de mercado, enraíza-se entre todas as classes sociais. E, nas camadas intelectuais essa ideologia instrumentaliza-se poderosamente na teoria estruturalista, que vai se instalar no centro das análises daquela época.

Esses critérios, que são o alicerce do desenvolvimentismo, vão nortear o GTDN – "Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste" – documento elaborado por Celso Furtado, em 1956, que se constituiu num marco da discussão sobre a questão regional brasileira e a questão nordestina em particular. Representando as idéias essenciais que dominaram uma época e serviram de base para a elaboração da primeira estratégia de desenvolvimento regional, o relatório do GTDN vai ter como pontos relevantes da análise: i) o papel da industrialização como setor-chave para o desenvolvimento do nordeste; ii) e a necessidade de o Estado desempenhar na

---

<sup>10</sup> PIERROUX, F. L'Économie du XX<sup>ème</sup> Siècle, 2<sup>ème</sup> édition augmentée, Presses Universitaires de France, Paris, 1964. Apud. CORREIA DE ANDRADE, Manuel. Op. cit.

Região um papel compensatório e complementar ao do mercado no seu movimento de integração nacional.

Essa visão sobre o papel estratégico da Industrialização, como condição necessária para o desenvolvimento do Nordeste, apoiava-se na análise do problema que representava essa Região no âmbito do desenvolvimento econômico nacional, centrando a análise na situação dos desequilíbrios regionais entre o Nordeste e o Centro-Sul. Segundo o GTDN, o mais grave problema a ser enfrentado, naquela fase de desenvolvimento econômico do país, encontrava-se na disparidade dos ritmos de crescimento regionais, que dificultava a integração das diversas regiões do país em um só sistema econômico. Após uma análise detalhada sobre os problemas estruturais da economia do Nordeste em face da do Centro-Sul – escassez relativa de terras aráveis; inadequada precipitação pluviométrica; extrema concentração de renda na economia açucareira; e predominância do setor de subsistência no semi-árido – o relatório do GTDN examina os efeitos negativos dos fatores circunstanciais, decorrentes da política nacional de desenvolvimento seguida naqueles últimos dez anos. Mostra que a região nordestina era geradora de divisas e de recursos, que não eram usufruídos por ela própria, mas transferidos para o Centro-Sul através da política de controle das importações, que permitia apenas aquelas sem equivalente nacional – máquinas, equipamentos e produtos semi-elaborados – muito mais freqüentes na folha de compras do Centro-Sul. O Nordeste, por sua vez, tendo as mercadorias que necessitava, praticamente excluídas das importações do país, era induzido a despendar a renda adquirida com suas exportações em compras no sul do

país, gerando, assim, um saldo negativo substancial no seu balanço comercial interno, causando prejuízo ao enriquecimento da Região.

Outra justificativa econômica, em detrimento da região, apontada pelo GTDN, é que o Nordeste constituía um mercado de maiores proporções para o Centro-Sul, que o inverso. Ou seja, o Centro-Sul, vendia no Nordeste quantidade substancialmente maior de mercadorias do que comprava. Quanto ao mais, como as exportações do Centro-Sul para o Nordeste se compunham de produtos manufaturados, enquanto que as vendas do Nordeste para o Centro-Sul eram representadas pelas matérias-primas, agravava-se ainda mais, nesse intercâmbio desigual, a disparidade de níveis de desenvolvimento entre as duas regiões.

Como se vê, de acordo com o relatório do GTDN, a análise das transferências de renda, operadas pelo setor privado em detrimento da região Nordeste, merecia grande consideração, com o propósito de se obter uma compreensão adequada dos problemas decorrentes das disparidades regionais, para que a própria política de desenvolvimento não agravasse o problema.

Reconhecendo no Estado um dos elementos chave no quadro do desenvolvimento econômico nacional, o relatório examina, em seguida, a atuação compensatória do setor público ainda no sentido de atenuar o problema das desigualdades regionais. O resultado da análise revelava que devido à natureza assistencial e não inversionista do Estado os recursos despendidos pelo setor público no Nordeste, embora superior ao montante ali arrecadado, não tinham um caráter compensatório, visto que, a saída de recursos para o Centro-Sul apresentava-se superior ao que o governo



proporcionava a região nordestina. Constatava, também, que os recursos que fugiam do Nordeste eram, em sua maioria, capitais em busca de melhores oportunidades de investimentos em outras regiões mais dinâmicas, causando prejuízo à capacidade produtiva da economia nordestina e à absorção de sua mão de obra excedente, acarretando, conseqüentemente, uma queda no nível de vida da população. Ainda mostra, pelo lado do setor público, como a não existência de progressividade no sistema tributário transformava-se em mais um elemento, que contribuía para desfavorecer as regiões com dificuldades em se desenvolver.

Evidenciando todos esses problemas, o GTDN propõe criar no Nordeste condições favoráveis à intensificação de investimentos industriais, a fim de que a Região pudesse diversificar sua estrutura produtiva e alcançar um ritmo de crescimento análogo ao do Centro-Sul.

Apesar de considerar as exportações uma das vias para desempenhar esta posição, e realmente, no passado, já fora o setor dinâmico da economia nordestina, o relatório do GTDN observava, que naquele momento essa função se esgotara. Isto porque havia a impossibilidade do surgimento de novas atividades exportadoras, visto que, boa parte das terras férteis já estava ocupada com a cultura da cana de açúcar. Por conseguinte, diante da escassez da oferta de terras adequadas, as exportações não mais pareciam capazes de exercer essa posição, havendo uma nítida tendência à estagnação. Desse modo, o Nordeste encontrar-se-ia forçado a buscar novos impulsos dinâmicos para acelerar os investimentos apoiando-se no mercado interno, o que exigiria um esforço de industrialização, sem o qual se distanciaria, cada

vez mais, do dinamismo do Centro-Sul, ampliando as desigualdades regionais no Brasil.

É centrado no enfoque estruturalista, baseado na idéia da relação centro/periferia; da inserção do Nordeste no desenvolvimento nacional; dos condicionantes estruturais internos do crescimento econômico, do progresso técnico, do emprego, da distribuição de renda; e das possibilidades de ação estatal, que o GTDN reconhece que a ação conjugada do setor exportador e do setor governamental não estava sendo suficiente para que o Nordeste mantivesse um ritmo de crescimento adequado. Reconhecendo o enfraquecimento do impulso externo na economia açucareira, a industrialização seria a única forma de abrir o caminho ao desenvolvimento. E conclui profeticamente:

*"Na verdade, se para o Centro-Sul do Brasil a industrialização é uma forma racional de abrir o caminho ao desenvolvimento, para o Nordeste ela é, em certa medida, a única forma de abrir esse caminho. Caso se demonstrasse que a solução é inviável, não restaria ao Nordeste senão a alternativa entre despovoar-se ou permanecer como região de baixíssimo nível de renda".<sup>11</sup>*

O esforço de industrialização teria como objetivo dar emprego a uma massa populacional flutuante; intensificar o processo de formação na região de uma nova classe dirigente imbuída de espírito desenvolvimentista, visto que, até agora a região havia sido orientada por homens ligados a uma agricultura tradicional e alheios a ideologia do desenvolvimento; e fixar na Região capitais que, naquele momento, tendiam a migrar.

<sup>11</sup> GTDN. Uma política de desenvolvimento econômica para o Nordeste. 2ª ed. Recife, SUDENE, 1967.

Mas, ao mesmo tempo, o GTDN constatava que a industrialização sozinha não poderia transformar a estrutura econômica da região, tendo que se apoiar numa política industrial, que se baseasse simultaneamente em duas frentes: a da industrialização e a do deslocamento da fronteira agrícola e da irrigação das zonas áridas. A frente da industrialização objetivava reorganizar as indústrias tradicionais da região e modificar sua estrutura industrial através da instalação de indústrias de base, *"criando assim, um sistema capaz de autopropagação"*. A segunda frente, baseada na reestruturação da agricultura nordestina – mediante *"o uso mais racional e intensivo dos recursos escassos de terra e água"* (deslocamento da fronteira agrícola e a irrigação das zonas semi-áridas) – estaria intrinsecamente ligada ao objetivo primeiro de qualquer plano de industrialização: modificar a tendência ao encarecimento relativo dos alimentos. Por essa razão, teria sido dado ao problema do abastecimento de gêneros alimentícios, dentro da própria região nordestina, a mesma prioridade, que havia sido dada à intensificação dos investimentos industriais.

É tomando por base esse quadro de análise, que o relatório do GTDN apresenta seu plano de ação, cujo objetivo primordial era incorporar a região nordestina ao processo de desenvolvimento então em curso no Centro-Sul do país, evitando, assim, a ampliação das desigualdades regionais. As linhas gerais dessa estratégia de ação estão estruturadas nas seguintes diretrizes:

- a) Intensificar os investimentos industriais visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira com capacidade de se autopropagar, a fim de formar um novo pólo dinâmico no conjunto do desenvolvimento nacional. Com esse objetivo implantava-se um órgão de planejamento

regional no Nordeste – a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste);

- b) Transformar a economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deveria ser intensificada;
- c) Transformar progressivamente a economia das zonas semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas;
- d) Deslocar a fronteira agrícola do Nordeste visando incorporar à economia da região as terras úmidas do hinterland maranhense, as quais, estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semi-árida.

Outra importante característica da proposta do Plano de Ação do GTDN, aliás, a primeira recomendação, foi a integração das ações regionais mediante *“a constituição de um grupo de trabalho de alto nível”* organizado com a participação de representantes de todos os órgãos regionais, tais como, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), a Comissão do Vale do São Francisco (CVF), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) e o próprio GTDN (Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste). Os membros desse grupo de *“alto nível”* deveriam convocar a assessoria de especialistas de reconhecida experiência sobre os problemas da região nordestina. O Grupo Nordeste (que mais tarde se transformou na SUDENE) deveria ter sede numa capital do Nordeste, de preferência em Recife, e teria a responsabilidade de formular as novas linhas de ação de uma política para o desenvolvimento do Nordeste.

Essas diretrizes deveriam partir de uma definição comum de objetivos, de tal maneira, que pudessem ser traduzidas nos planos de trabalho dos diversos órgãos governamentais da região, a fim de que eles tivessem uma ação coordenada. Cada órgão apresentaria o seu plano de trabalho, cabendo ao GTDN a tarefa de integrá-lo em um todo, que refletisse na região a política do Governo Federal. Pertencia ao GTDN a tarefa de (i) supervisionar todos os trabalhos; (ii) controlar a execução do plano; (iii) executar tarefas administrativas junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento (sediado no Rio de Janeiro); (iv) elaborar pesquisas de longo prazo; (v) atualizar e reformular permanentemente a política geral de desenvolvimento econômico do Nordeste.

Por conseguinte, o GTDN apontava para a noção de mudança estrutural modernizadora, em cuja direção a ação planejadora do Estado deveria investir removendo os obstáculos encontrados neste caminho. Em sintonia com a teoria desenvolvimentista, identificava a idéia de modernização com produção crescente de bens e serviços, equilíbrio regional e integração territorial. Esses princípios, estimados como a aspiração de qualquer sistema social, estariam sendo obstruídos, em nosso país, pela concentração do pólo industrial no centro-sul e pelas desigualdades nas relações econômicas inter-regionais com prejuízo para o nordeste, região na qual se retinha uma estrutura arcaica especializada em produtos agrícolas voltados para a exportação. Desse modo, a concentração produtiva, provocando a falta de integração nacional, e as disparidades de renda entre as regiões passaram a ser o móvel das políticas públicas, orientadas rumo a industrialização.

Implantavam-se, assim, as bases de uma nova forma de atuação do Estado no Nordeste brasileiro. Um Estado, que desempenharia o papel de agente modernizador das velhas estruturas tradicionais – típico de um Estado reformista desenvolvimentista – já presente no Centro-Sul do país, e que agora teria que assinalar as políticas públicas da região nordestina. Através das políticas públicas, o Estado deveria assumir a dinâmica da acumulação, papel que a iniciativa privada teria se mostrado incapaz de desempenhar. Logo, toda pretensão do GTDN consistia em imprimir no Nordeste um Estado reformista desenvolvimentista, em cujo ideário, as regiões eram vistas em termos de suas potencialidades de desenvolvimento e não mais como uma região fadada ao subdesenvolvimento por causa das secas. Esse ideário se caracterizava, também, pela prática efetiva da planificação. Como se pode notar, o relatório do GTDN percebe as desigualdades regionais tanto a nível teórico como institucional. E o marco institucional dessa nova fase, que se evidencia pela dominação das regiões pela industrialização, foi a fundação da SUDENE em 1961.

De fato, o GTDN configurou-se num poderoso documento político disposto, através da criação de um órgão de planejamento como a SUDENE, a promover a integração nacional formando um novo pólo industrial no Nordeste. Esse fenômeno de criação de um organismo de planificação como centro e elo do processo de desenvolvimento global do sistema tem significado importante, tanto sob o ponto de vista da incorporação do tema regional aos planos globais de desenvolvimento, isto é, de uma política unificada, quanto para se compreender como as desigualdades regionais eram percebidas nessa época. O estudo que deu origem a SUDENE sinaliza um encontro com a realidade

social brasileira. Ou seja, esse fato socialmente, assinala a passagem de uma visão folclórica,<sup>12</sup> sobre a miséria, para uma percepção social, atribuindo-lhe uma conotação de negatividade, de desordem moral e de obstáculo à ordem social. Melhor dizendo, salienta o surgimento de explicações no âmbito dos fundamentos econômico-políticos associados aos julgamentos morais como princípio básico das preocupações intelectual e social.

Enfim, era isso que o discurso dessa época expressava: uma conscientização das desigualdades regionais e sociais, visualizando a eliminação dessas desigualdades mediante uma ação racional planejada de uma política de industrialização, rumo ao desenvolvimento. Havia uma "visão do mundo" que reconhecia na ação política do Estado a faculdade de determinar um modelo de capitalismo industrial, capaz de ampliar seu raio de ação sem concentração de renda e sem exclusão social. Uma industrialização, que mediante a ação planejadora do Estado, se transformaria em um instrumento de desenvolvimento social e de integração nacional. Concebia-se que com a ascensão de novas forças sociais progressistas, haveria uma transformação social. E as forças dinâmicas, que iriam liderar tais transformações, emergiriam da classe dos empreendedores da burguesia nacional, capitaneada pelo Estado. O relatório do GTDN expressa essa "visão do mundo" pautada no mito de um Estado forte, capaz de traçar o caminho da modernidade, no qual, a idéia de desenvolvimento e de industrialização confundiam-se, embaraçavam-se numa única noção.

---

<sup>12</sup> "Com toda a sua primitividade, o mucambo é um valor regional e por extensão, um valor brasileiro, e, mais do que isso, um valor dos trópicos: (...) valor pelo que representa de adaptação higiênica: a do abrigo humano adaptado à natureza tropical. Valor pelo que representa como solução econômica do problema da casa pobre: a máxima utilização, pelo homem, na natureza regional representada pela madeira, pela palha, pelo cipó, pelo capim fácil e ao alcance dos pobres." FERREI, Gilberto. Manifesto regionalista. 6ª ed. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1976. (Série documentos, 6)

Todavia, é importante compreender por que esse tipo de racionalidade, que vai operar nos postulados da ideologia desenvolvimentista, se faz valer e torna-se uma força social nessa época. Amélia Cohn, por exemplo, se interroga por que só então passa a existir um alerta em torno da dimensão do problema sócio-econômico do Nordeste, que aparece de repente como uma situação que exigia uma intervenção de modo mais efetivo e sistemático do governo federal? E joga com a hipótese de que isso só vai acontecer principalmente devido ao agravamento das tensões sociais e políticas da região (o movimento das Ligas Camponesas, por exemplo), que atingiu uma dimensão importante no decorrer da década de cinquenta, pondo em risco a unidade nacional. Desenvolver o Nordeste teria se tornado, então, uma exigência para manter o padrão de integração do sistema político e social da nação brasileira.

Na verdade, o GTDN, expressava os valores, com os quais, a ordem dominante encontrava-se comprometida. Representava a forma específica de consciência social, que assolava uma época. Um discurso ideológico exige uma dinâmica de atuação e formas institucionais/instrumentais para tornar possível o seu impacto<sup>13</sup>. E era isso o que representava o relatório do GTDN, objetivando uma nova forma de intervir na região, que se configurava em um Estado racionalizador da economia, que aloca recursos, que protege as indústrias locais, que intensifica os investimentos industriais, que reestrutura a agricultura, enfim, que planeja uma nova estrutura econômica para a região com eficiência e desempenho. Nesse sentido, cultuava-se as vantagens do planejamento e as soluções técnicas. Seria um novo entendimento teórico-científico sobre os problemas da região, que a levaria indiscutivelmente ao

<sup>13</sup> MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Insaiso, 1993.



progresso, mediante a sua aplicabilidade num programa de desenvolvimento, que veio a se configurar na primeira experiência prática de planejamento estatal no Nordeste – o GTDN e a partir dele a SUDENE.

Na verdade, a ideologia, segundo Mandel, constitui a parte essencial no sentido de criar contratendências e retardar o aprofundamento do conjunto das contradições do capitalismo tardio. E nesse período, ela teria se configurado na crença da onipotência da racionalidade tecnológica para atingir metas socialmente úteis. Esta ideologia proclamaria a capacidade de se encontrar soluções técnicas para eliminar gradualmente qualquer possibilidade de crise e contradições resolvendo o problema da integração das classes sociais rebeldes e das explosões políticas. É a tese da desideologização, da reconciliação ou supressão de todas as contradições, que traz consigo a máxima de que o sistema social não pode ser desafiado devido a sua racionalidade. E desse princípio básico decorre que os possíveis problemas seriam resolvidos pelas equipes técnicas<sup>14</sup> via planejamento estatal (o GTDN teria sido uma delas).

Finalmente, a ideologia da racionalidade tecnológica, deixando de lado a dominação tradicional de classe, funda a dominação anônima da tecnologia, mediante um Estado burocrático regulador visto como neutro e organizado sobre princípios técnicos. Essa ideologia, que se torna o substrato do capitalismo na sua era tardia vai se expressar no meio intelectual no arcabouço teórico do estruturalismo, onde a sociedade é concebida organicamente articulada em sua racionalidade funcional. Por conseguinte, no GTDN encontra-se expresso um ideário, que foi denominado “desenvolvimentismo” e que contagiou uma época chamada “moderna” por preencher as exigências

---

<sup>14</sup> MANDÉL, Ernest. El capitalismo tardío. México: Ediciones Era, 1979.

ideológicas das circunstâncias dos conflitos mais agudos entre as classes, na época.

#### **IV.2 O Discurso dos Anos 70 e 80 Quando Procurou-se “Repensar” o Nordeste**

A industrialização, que se estabeleceu no Nordeste, ao longo dos anos 60 e 70, sob os auspícios da SUDENE, consolida as estratégias de integração econômico-territorial, mas frustra as expectativas daqueles que esperavam ver articulados a industrialização e o progresso técnico com as mudanças sociais prometidas. É verdade que a estrutura econômica no Nordeste mudou, mas não em direção aos desígnios do GTDN. Distintamente do proposto como solução para os problemas sociais da região pelo referido documento, o Nordeste teve um crescimento industrial, cujos principais beneficiários foram as grandes empresas e o capital oligopolista nacional e multinacional, que se expandiram aproveitando as medidas e os instrumentos da política econômica, como os incentivos fiscais e financeiros da SUDENE. Com efeito, apesar do empenho na planificação regional, as disparidades regionais e concentração territorial continuavam em seus traços fundamentais.

A partir daí, foram produzidos vários estudos sobre o desenvolvimento do Nordeste, onde se tentava explicar as características assumidas pela industrialização e as reais causas desse processo, que teria se distanciado cada vez mais das metas e dos objetivos propugnados pelo GTDN. Discussões essas, que vieram a se juntar a tantas outras e compunham o conjunto das teses sobre a “Questão Regional”.

Essas teses tiveram oportunidade de serem debatidas na cidade de Recife, em 1981, ocasião em que o FÓRUM NORDESTE<sup>15</sup>, juntamente à SUDENE e ao CNPq promoveu o "Seminário Internacional sobre Disparidade Regional", reunindo vários estudiosos e especialistas sobre o Nordeste brasileiro. O objetivo do encontro foi estimular o debate sobre a nova realidade nordestina, na busca de um diagnóstico e de soluções que promovessem a superação dos entraves às desigualdades sociais e regionais.

Questionava-se o conceito de região, sua sustentabilidade e finalidade. Essas críticas prendiam-se aos propósitos das políticas de desenvolvimento regional, que teriam sido sempre utilizados para disfarçar os interesses das grandes empresas nacionais e internacionais. Também refletiam a insatisfação com os efeitos sociais do modelo de desenvolvimento em vigor, cujas interpretações, apesar de divergentes – para uns resultantes da expansão do capitalismo oligopolista no Brasil, para outros devido a um processo histórico desfavorável ao Nordeste, e, ainda, ao lado daqueles que viam os problemas centrados na conjugação de forças políticas, os que aliavam tais questões à estagnação industrial ou agrícola – no geral o que se almejava era um novo projeto de industrialização. Os problemas do Nordeste, não mais se configuravam na ausência de industrialização, mas nas características adquiridas pela estrutura de sua produção industrial: "*dependente*" e "*complementar*".

Esses conceitos foram utilizados por Raimundo Moreira, em 1976,<sup>16</sup> e retomados mais tarde por Tânia Bacelar.<sup>17</sup> Referindo-se às características que

<sup>15</sup> O "FÓRUM NORDESTE" Representava um programa de Atividades, em caráter permanente, do Centro de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da Faculdade de Ciências da Administração da FFEAP, do Instituto dos Economistas de Pernambuco e do Centro Josué de Castro com vistas a fomentar e organizar o debate sobre a realidade regional.

<sup>16</sup> MOREIRA, Raimundo. O nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

tomaram as inversões industriais no Nordeste, estimuladas pelos recursos do 34/18,<sup>18</sup> Moreira considera que os ramos aqui proliferados, pouca relação tiveram com a estrutura regional e com o mercado local. Ao contrário, revelaram ou uma "maior DEPENDÊNCIA às fontes de abastecimento extra-regionais de insumos" ou uma COMPLEMENTARIDADE às indústrias do centro-sul, com o suprimento de matérias primas. Passa, então, a haver um consenso entre os estudiosos da Questão Regional de que o rumo tomado pela estrutura industrial nordestina "*concentrada*", "*dependente*" e "*complementar*" havia contribuído para manter as disparidades regionais, bem como, os níveis de pobreza e miséria que persistiam em ser os mais altos do país, ao invés da constituição no Nordeste de um parque industrial autônomo, conforme propunha o GTDN. Assim, o cerne da Questão Regional passa a basear-se, nos anos 70 e 80, no "tipo" de industrialização, que havia se projetado sobre o nordeste brasileiro.

Entretanto, do projeto de desenvolvimento regional, estabelecido no Brasil nos anos 60, o que não havia se concretizado era o tão propagado prenúncio da melhoria das condições de vida para a população, porque a falta de "integração nacional", tão questionada pelo ideário social desenvolvimentista, que deu suporte ao documento do GTDN, havia sido solucionada sim, através da intervenção planejada do Estado, todavia sob o comando do capital oligopolista. No entanto, vale salientar, que embora "*dependente*" e "*complementar*", essa integração inter-regional era produto da política de industrialização proposta pelo plano de intervenção delineado pelo

<sup>17</sup> BACHELAR, Tânia. Industrialização do Nordeste: intenções e resultados. In: "Seminário Internacional Sobre Disparidade Regional. I. Recife: 31.08 a 04.09. 1981. Anais. Recife: FORUM NORDESTE/SUDENE, 1982.

<sup>18</sup> Artigo 34, da Lei 3995 de 14/02/61 e Artigo 18, da Lei 4239, de 27/06/63, que criaram e regulamentaram os incentivos para inversões no Nordeste.

GTDN, que oferecia na região Nordeste condições mais favoráveis de inversões, através dos esquemas de financiamento para os empreendimentos privados. Agora, se a chamada integração produtiva – que se caracterizou pela transferência de capital produtivo do Sudeste para o Nordeste em busca de novas frentes de expansão – apresentou um vigor que ultrapassou as expectativas de vários autores, isto é outra história. Nesse caso, o estranho não estava nas características adquiridas pela industrialização ou no não cumprimento das fantasias desenvolvimentistas, mas no fato de a industrialização haver sido concebida como uma condição necessária de vida, como o advento da igualdade regional e como o princípio da economia social, todavia sem as suas funestas conseqüências, ou seja, banindo-se os inconvenientes da concorrência e do monopólio. Queriam o impossível: as maravilhosas condições burguesas de vida, sem o efeito necessário produzido por essas condições. E dentro desse tipo de fundamentação ou “estilo de pensar” não se consegue refletir sobre nenhum estado social sem o bastão da burguesia.

Mas, o móvel da produção capitalista é fazer dinheiro, acumular, e o processo de produção é apenas o elo intermediário e inevitável. Ou seja, a industrialização juntamente com a técnica no modo de produção capitalista torna-se simples meio de crescer capital, sendo o enriquecimento o fim absoluto da produção.<sup>19</sup> Sob esse ponto de vista, não se pode pensar a industrialização como o caminho que conduziria à superação da fome, da miséria, do desemprego, enfim, das desigualdades sociais, porque não se pode pretender alcançar ao mesmo tempo dois fins contraditórios, inconciliáveis.

Tomando como base os fundamentos utilizados por Jurandir Antônio Xavier, no seu artigo "Os ideais na Cultura Técnica", segundo o autor:

*"Ao contrário da política desenvolvimentista, positiva, a técnica (...) no pensamento crítico, não se encontram margens para fantasias. De fato, nele, o progresso técnico foi exaustivamente apontado como uma arma da concorrência capitalista".<sup>20</sup>*

E o autor continua discorrendo que a crítica não se remete a técnica em si mesma, ou seja, ao desgaste que a máquina causa aos trabalhadores, mas dirige-se às relações capitalistas de propriedade, produção e apropriação de riqueza, que asseguram nas mãos dos capitalistas os frutos desse desenvolvimento tecnológico. Isto significa, que na produção capitalista os ganhos de produtividade do trabalho, ocasionados pelo desenvolvimento tecnológico, não estão à mercê do homem, mas do capital. E conclui, que a única maneira dos trabalhadores se beneficiarem dos resultados do progresso tecnológico seria por meio de uma mudança nas relações de propriedade, apropriação e acumulação, que deixariam de ser privadas para serem sociais. Assim, a técnica continuaria servindo a máquina, enquanto meio de produção, a serviço da sociedade, do bem estar do homem e não, enquanto capital, a serviço de seus proprietários.

<sup>19</sup> MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro 2. vol. 3: o processo de circulação do capital. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980.

<sup>20</sup> XAVIER, Jurandir Antonio. Os ideais na Cultura técnica. In RAIZES. Campina Grande - PB: UFPB-Campus II, Ano XIII, nº 10, Dez. 1994.

### IV.3 Questão Regional na Década Atual: Momento em que é Revisto o Papel do Estado como Agente Regulador e Mediador da Economia

Antes mesmo que se pudesse entender, em toda sua totalidade, a dimensão e o rumo das mudanças promovidas pelo projeto estatal-desenvolvimentista, que privilegiava o intervencionismo estatal, o país era conduzido, no final da década de 80, a um modelo de desenvolvimento econômico tipicamente de mercado, no qual, é revisto o papel regulador e mediador do Estado na economia. Havia se instaurado uma nova ordem econômica mundial, que buscava realizar-se através do livre desenvolvimento das forças do mercado, privilegiando medidas – como a redução das atividades estatais e a desregulação da economia – que traziam consigo mudanças no quadro social geral em que se inseria o modo de produção capitalista e, conseqüentemente, na maneira de perceber o desenvolvimento.

A profunda recessão de 1974-75, exacerbada pelo choque do petróleo, havia posto em movimento um conjunto de processos, que solapou os principais motores que haviam impulsionado a longa fase de expansão do pós-guerra, ao mesmo tempo, que incitava esforços por parte do capital internacional na reestruturação, tanto da produção, quanto dos mercados, no sentido de superar tais contradições.

*Mandel<sup>21</sup> explica essa recessão generalizada, que surpreendeu o mundo em 1974-75 – com retomadas “frágeis” e “hesitantes” durante toda a década de 70 para cair em uma nova recessão generalizada em 1980-82 – às contradições fundamentais do modo de produção capitalista, que vieram progressivamente à superfície após haverem sido parcialmente contidas,*



*graças à inflação, durante dois decênios de crescimento acelerado. Para ele, esses acontecimentos teriam negado a tese de que a intervenção crescente dos poderes públicos na vida econômica levaria ao controle e eficácia do sistema.*

Nesse sentido, essa fase é caracterizada, por ele, como *“uma onda com tendência à estagnação, perpassada por recessões longas e profundas e retomadas curtas e pouco expansivas”* – traços peculiares de uma crise clássica de superprodução, representada por uma fase típica de queda na taxa média de lucro. Significa, explica Mandel, que os mecanismos que haviam permitido uma alta pronunciada da taxa de mais-valia e, em consequência, da taxa de lucro, promovendo uma acumulação amplificada de capitais e pondo em marcha a terceira revolução tecnológica, haviam se esgotado.

O aumento considerável da produção de mais-valia relativa e os superlucros dos monopólios tecnologicamente de ponta (rendas tecnológicas), que haviam dado para o capital as condições para a sua expansão, levaram a um aumento pronunciado da composição orgânica do capital e a um longo período de pleno emprego, fortalecendo as organizações de massa da classe operária (sobretudo os sindicatos) e criando dificuldades, cada vez maiores, para o capital de continuar aumentando a taxa de mais-valia, diante do fortalecimento do poder de barganha dos trabalhadores. O resultado foi uma erosão da taxa de lucros, que juntamente com a difusão generalizada da terceira revolução tecnológica, provoca também a erosão das rendas tecnológicas pondo fim à fase da *“onda larga expansiva”* do capital.

Mas, além das características próprias de uma crise clássica de superprodução, Mandel expõe aqueles elementos particulares resultantes da situação histórica específica da economia capitalista internacional nos anos 70. Para ele, um elemento importante teria sido a aceleração da inflação, com o objetivo de estimular a "demanda global", que deixa de ter um efeito estimulante sobre a atividade produtiva capitalista e começa a ter efeitos perversos, levando à especulação desenfreada em torno dos "valores-refúgio": ouro, terrenos, construções, obras de arte e, sobretudo, matérias primas. Mas, a causa primeira da inflação estaria na inflação de crédito ao setor privado, isto é, no inchamento das dívidas bancárias, da moeda escritural, que havia sido o suporte essencial do longo período de expansão. *"A economia ocidental flutuou rumo à expansão sobre um mar de dívidas"*, analisa Mandel. Ele ressalta, ainda, o surgimento, de forma sincronizada em todas as potências imperialistas, da capacidade de produção excedente dos setores industriais importantes (automobilístico, construção civil, eletrodoméstico, têxtil, materiais de construção e, finalmente, o setor petroquímico) produzindo uma queda na produção industrial e no emprego.

Esses fatores teriam sido acompanhados pela retração do mercado interno e pelas vendas externas, forçando os países imperialistas a procurarem *"mercados de substituição"*. Na recessão de 74-75, esses mercados teriam sido representados pelos países da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) e pelos países socialistas, mas na recessão de 80-82, com uma superabundância generalizada do petróleo provocando sua queda de preço e de produção e com a crise das nações socialistas, esses *"mercados de*

*substituição*” se retraem, restando apenas o leste e o sudeste da Ásia e, sobretudo, o “*mercado de substituição*” clássico: o rearmamento.

Na verdade essa recessão de 80-82 vai atingir os países semicoloniais e semi-industrializados dependentes com uma queda nos preços das matérias primas alimentares e industriais, inclusive a América Latina, que desta vez é duramente atingida muito mais do que em 74-75. Os países do Leste Europeu, por sua vez, vão sofrer uma diminuição na sua taxa de crescimento acompanhada por uma crise na agricultura e no abastecimento da população. Nesses países vai ocorrer uma crise de subprodução, que levará à compressão do comércio com o Ocidente. Mandel chama ainda atenção sobre as políticas monetárias deflacionárias praticadas pelos países imperialistas que apenas agravaram a recessão.

Por conseguinte, a crise de superprodução no mercado mundial, exprimindo desequilíbrios e desproporções na produção e circulação de mercadorias vai ocasionar esforços por parte do capital para superar tais contradições, mediante a reestruturação, tanto da produção, quanto dos mercados. Os esforços de reestruturação da produção, que tendem a elevar a taxa de lucros, ressaltados por Mandel, são as seguintes medidas: i) eliminação, absorção ou redução da atividade das empresas menos rentáveis; ii) substituição das técnicas menos produtivas por técnicas de produção mais avançadas; iii) redução da fabricação de produtos, cuja demanda está em declínio e favorecimento daqueles, cuja procura está em elevação; iv) investimentos de racionalização com economia de matérias-primas, de energia, de mão-de-obra e de emprego de capital fixo; v) crescimento de velocidade de circulação do capital; vi) intensificação dos processos de trabalho e esforços,

em geral, para aumentar a taxa de mais-valia (exploração da força de trabalho). Os esforços de reestruturação do mercado mundial, por sua vez, vão levar à procura de novas possibilidades de escoamento da produção e à redistribuição dos antigos mercados, em conformidade com a concorrência interimperialistas.

Os esforços de reestruturação entre os grandes trustes monopolistas tiveram por objetivo a realocação de alguns centros de produção e a sua diversificação, reduzindo o peso relativo daqueles produtos, cuja demanda havia estagnado, e aumentando o peso daqueles, cuja procura se esperava uma alta significativa; a emergência de um setor de "trabalho negro" e de "economia paralela", assim como a ampliação do "trabalho provisório" (temporário) mesmo nos principais países imperialistas; e uma desvalorização massiva de capital.

O trabalho negro significa, para Mandel, uma supressão total do pagamento de previdência social e uma redução sensível do salário nominal direto, refletindo o impulso do capital no sentido de reduzir os "custos de trabalho" fazendo baixar os salários diretos e indiretos. Impulso, que caracteriza toda fase de crise ou de recessão. Enfim, é reintroduzida a superexploração do trabalho nos países imperialistas exatamente onde ela havia retrocedido no curso do *boom* do pós-guerra. A concorrência capitalista repõe na metrópole as condições de trabalho e o salário dos países dependentes semi-industrializados, observa o autor.

Para sair dessa situação, considera Mandel, seria necessário uma reestruturação mais profunda, modificando o "*quadro social no qual se insere o modo de produção capitalista*", denominado por alguns autores de "*condições de acumulação*" e, por outros, de "*modos (ou modelos) de regulação*". Ao

mesmo tempo diz, que uma retomada substancial da taxa média de lucro – pressuposto substancial para a saída da crise – só pode ocorrer mediante uma elevação brutal da taxa de mais-valia e uma *“tal elevação seria irrealizável sem uma derrota política e social mais grave do proletariado dos países imperialistas, da revolução colonial e/ou dos Estados operários burocratizados no curso do próximo decênio”*.

Mas, Mandel finaliza a sua análise sobre a crise do capital desde a II Guerra Mundial, em novembro de 1987, não podendo prever a derrocada do socialismo nos países do Leste Europeu em 1991 restabelecendo a confiança do capitalismo a nível mundial.

Harvey, por sua vez, apresenta como explicação para os motivos, que solaparam a acumulação capitalista no período fordista-keynesiano, as relações de poder político que unia o capital corporativo, o Estado keynesiano e o trabalho organizado (o pacto fordista-keynesiano).<sup>22</sup> Isso não quer dizer que a crise tivesse se reduzido ao esgotamento de um “compromisso de classe”. Mas, que ela é expressão da inépcia do capital de resolver as contradições fundamentais do modo de produção capitalista, que vieram à superfície após vinte anos de expansão. Significa, que os arranjos sócio-políticos – objetivados no marco da “onda larga expansiva” – que se constituíram em uma possibilidade da ordem do capital, converteram-se, em outro momento, nos limites que essa mesma ordem precisava transpor para se reproduzir.<sup>23</sup> Por conseguinte, a base do poder que havia conseguido comprimir as contradições capitalistas, por um longo tempo, recompondo e estabelecendo durante duas

<sup>22</sup> Rigidez dos investimentos de capital fixo que se baseava na produção em grande escala, no crescimento estável e em um mercado de consumo que se mantinha invariável. Rigidez dos mercados de trabalho (alocação e contratos). E rigidez dos compromissos do Estado com o capital e o trabalho HARVEY, David. Op. cit.

<sup>23</sup> NETTO, José Paulo. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. São Paulo: Cortez, 1993.

décadas um período de expansão econômica acelerada transformava-se, agora, no principal obstáculo para a sua expansão. O mundo capitalista, após um ritmo vertiginoso de desenvolvimento industrial, “estava sendo afogado por excesso de fundos e com poucas áreas produtivas para investimentos”,<sup>24</sup> ocasionando uma forte inflação, que se constituiu numa crise mundial. Esses acontecimentos teriam forçado o sistema a entrar em um período caracterizado por uma reestruturação e intensificação do controle do trabalho, de novas tecnologias (automação), novos produtos, novos espaços e localizações, e de novos processos de trabalho (trabalho familiar, sistemas fabris, etc), a fim de poder através da aceleração do tempo de giro do capital superar a “rigidez do fordismo”.<sup>25</sup> Para Harvey essas novas experiências na esfera da organização industrial e da vida social e política, que começavam a se instalar na sociedade como um todo, representavam “os primeiros ímpetus para um regime de acumulação inteiramente novo (...)”, denominado por ele de “acumulação flexível” em oposição à rigidez do sistema fordista.

O autor relaciona o “*regime de acumulação flexível*” à tendência geral de internacionalização do capital, que iria envolver no mundo capitalista um novo movimento chamado “*compressão do espaço-tempo*”, que estaria associado ao domínio do espaço e do tempo na busca do lucro. Considera que, apesar da redução do tempo de giro do capital ter sido, em todas as épocas, uma chave da lucratividade capitalista, teria se tornado, agora, em condições recessivas e de competição acirrada, uma questão de sobrevivência. Quanto mais rápido for recuperado o capital posto em circulação tanto maior será o lucro obtido.

---

<sup>24</sup> HARVEY, David. Op. cit.

<sup>25</sup> *Ibid.*

Devido a isso, haveria um perpétuo estímulo dos capitalistas em reduzirem as barreiras técnicas e organizacionais através do incremento tecnológico, tanto na esfera da produção, como da reprodução, que vai desde a linha de montagem à "obsolescência planejada" dos bens de consumo duráveis (encurtamento deliberado da vida útil das mercadorias), ao sistema creditício e bancos eletrônicos. Se a redução do tempo de giro do capital na produção e no consumo é decisivo para a lucratividade, observa Harvey, a acumulação flexível seria precisamente a criação de condições para essa realização.

Todavia Harvey adverte, que os recursos utilizados pelo capital na aceleração do seu tempo de giro teria vencido não apenas o tempo, mas também o espaço, o que vai tornar possível a uma grande corporação multinacional, operar simultaneamente várias filiais em diferentes localidades, como também, possibilitar a exploração das diferenciações espaciais. As diferenças dos costumes e práticas locais passariam a assumir importância muito grande para as estratégias locacionais dessas corporações, refletindo um aspecto fundamental dos novos desígnios do capital: o seu interesse pelas particularidades locais. Nesse sentido, para o autor, a redução das barreiras espaciais teria estimulado a sensibilidade pelo que contém nos espaços do mundo, já que ela pressupõe "*estratégias competitivas voltadas para o local e um senso aguçado de percepção do que torna um deles especial e lhe confere vantagem competitiva*".<sup>26</sup>

Mas, se os capitalistas tornam-se cada vez mais sensíveis às qualidades diferenciadas dos espaços, que compõem a geografia do mundo, as pessoas e as forças que dominam esses espaços procuram alterá-los de modo que

---

<sup>26</sup> Ibid

fiquem mais atraentes para o capital, agora extremamente móvel. As elites dirigentes locais implementam estratégias de controle da mão-de-obra local, de melhoria de habilidades, de fornecimento de infra-estrutura, de política fiscal, etc., a fim de atrair o capital para o seu espaço particular. Lugares dotados de qualidades especiais se tornam um importante trunfo na competição espacial entre localidades, cidades, regiões e nações.

Assiste-se, então, a uma alteração no reconhecimento da importância do local, pelo capitalismo. Não se trata mais de eliminar as formas consideradas atrasadas, tradicionalistas de produção, em várias áreas do país, a fim de vencer as barreiras, que se erguiam em direção oposta à integração nacional – tema que se enquadrava dentro da abordagem desenvolvimentista do pós-guerra e moveu as grandes discussões da época. O conceito de integração, ligado à idéia de semelhança, homogeneidade e igualdade de oportunidades, que se efetivaria por meio da assimilação e adoção da industrialização, valendo-se da forte e importante intervenção do Estado, contrapunha-se às ações discriminatórias do mercado no sentido de favorecer setores e regiões às expensas de outras, promovendo desigualdades e prejudicando o crescimento das nações. Boudeville falando na época sobre o grande prejuízo, que a competição entre regiões podia trazer para cada uma delas, propõe a integração planejada:

*“Com a ciência econômica do espaço o presente passa a representar tão somente o quadro inevitável que é conveniente tomar como ponto de partida e prefixar, de acordo com os instrumentos disponíveis, as*



*modificações das estruturas que refreiam o progresso humano, tornando-o desigual de região para região*".<sup>27</sup>

No entanto, é interessante notar que essas estratégias político-econômicas de desenvolvimento encontraram os seus limites e essas estruturas, que foram explicadas, no passado, como obstáculos ao progresso humano, hoje, "*não se choca mais, ao contrário, complementa a tendência do capitalismo, em sua fase global, de comprimir e unificar o espaço*".<sup>28</sup>

Com isso, as análises e preocupações não se centram mais no plano da superação das desigualdades inter-regionais ou sociais – como no período desenvolvimentista – mas, no plano ambiental. Segundo Kumar, "*A ecologia lança uma mortalha sombria sobre todas as teorias de progresso que tem por base maior a industrialização*"<sup>29</sup>. Enquanto a ideologia de progresso, associada à modernização e à industrialização, que lastrearam as políticas desenvolvimentistas do período keynesiano, debilita-se, dissemina-se a consciência ecológica, típica da condição "pós-industrial",<sup>30</sup> ao mesmo tempo, que se desenvolve uma grande sensibilidade às "diferenças" e à tolerância ao "incomensurável".<sup>31</sup> Cidades e regiões têm que destacar as diferenças mútuas. O que importa são as características únicas, os traços sociais, culturais e históricos, próprios, tais como, uma cultura anti-sindical, uma tradição paternalista do trabalho ou outra particularidade qualquer, que possam ser combinados com os requisitos de um capital cada vez mais versátil.

---

<sup>27</sup> BOUDEVILLE, Jacques. Op. cit.

<sup>28</sup> KUMAR, Krishan. Da Sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

<sup>29</sup> Ibid.

<sup>30</sup> Esse termo "sociedade pós-industrial", usada por Jameson, sugere que a sociedade encontra-se em uma situação radicalmente nova, definitivamente afastada da sociedade anterior industrial. Dar a entender que inaugura-se a "Terceira Idade da Máquina" na qual a nova tecnologia da informação e da comunicação teria ocupado a posição dominante na infra-estrutura econômica, relegando à tecnologia de manufatura um papel subordinado. KUMAR, Krishan. Op. cit.

<sup>31</sup> Ibid.

Vale ressaltar, nesse ponto, o grande paradoxo do capitalismo na sua atual fase de desenvolvimento: a eliminação das barreiras espaciais, criando um espaço econômico global provoca, ao mesmo tempo, um interesse contrário pela *"localização"*, *"diferenciação"* e *"diversidade"*.<sup>32</sup> Harvey, por sua vez, observa que, *"quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras atrativas ao capital."* E o resultado teria sido a produção de fragmentação do desenvolvimento desigual, efêmero no interior de uma economia de fluxo de capital em um espaço global. Assim, o aumento da competição entre lugares leva a espaços desiguais no âmbito de crescente homogeneidade da troca internacional.<sup>33</sup>

Harvey destaca como características das conseqüências desse processo o surgimento de conjuntos espaciais completamente novos em regiões subdesenvolvidas como a "Terceira Itália", que se baseia numa mistura particular de um empreendimento cooperativo, ou como Flandres, que atrai capital externo com base numa oferta de trabalho flexível e habilidosa, profundamente hostil ao sindicalismo; o retorno de sistemas de trabalho doméstico, familiar e paternalista, desenvolvidos em regiões como Los Angeles e a Califórnia, bem como, o enorme crescimento das práticas de trabalho do setor informal por todo o mundo desenvolvido; e também teriam passado a florescer novos conjuntos produtivos coordenados por meio de uma variedade de arranjos de subcontratações, que se caracterizam ou por pequenas firmas associadas a operações de larga escala com as multinacionais ou, então, por

---

<sup>33</sup> Ibid.

economias de aglomeração, que integram pequenos negócios sob a égide de poderosas organizações financeiras. Desse modo, nas condições atuais em que se insere a acumulação capitalista, sistemas de trabalho alternativos podem existir simultaneamente, no mesmo espaço, concedendo aos capitalistas liberdades de escolha entre eles.

Todas essas mudanças, segundo Harvey, estimuladas pelo processo de acumulação – no seu perpétuo esforço de vencer o espaço e o tempo e acelerar o tempo de giro do capital – teria exercido uma grande influência “na maneira de pensar, de sentir e de agir”. O ímpeto do capital, na sua corrida aos superlucros, imprimindo velocidade cada vez maior ao seu tempo de giro, tanto na esfera da produção, como na esfera da reprodução (circulação e consumo), teria atingido, também, a experiência cotidiana comum do indivíduo, na medida em que as pessoas são forçadas a conviver e absorver “a volatilidade e efemeridade de modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, idéias e ideologias, valores e práticas estabelecidas”. Por conseguinte, absorvem-se as virtudes da “instantaneidade” e da “descartabilidade”, não apenas dos produtos, mas dos valores, hábitos e estilos de vida, o que iria implicar em profundas mudanças na psicologia humana, que estaria ligada principalmente na perda de um sentido de futuro, de continuidade. “A dimensão do tempo foi abalada não podemos viver / pensar exceto em fragmentos do tempo”, analisa Harvey. Mas, diz o autor, esse mundo efêmero e fragmentado vai provocar tendências opostas, que aparecem na constante busca de compensar os custos e choques futuros.

---

<sup>33</sup> BEIRING, Elaine Rossetti. Política social no capitalismo tardio. São Paulo: Cortez, 1998

Por conseguinte, todas essas tendências, que vem se firmando no contexto da crise global contemporânea, como forma de "contestação burguesa" para a saída da crise,<sup>34</sup> vem impulsionando mudanças em todo o quadro social em que se insere o modo de produção capitalista – nas relações de forças econômicas, sócio-políticas e culturais – e particularmente na percepção dos problemas regionais, surgindo os teóricos dos "Novos Tempos". A descentralização, por exemplo, converte-se numa exigência do desenvolvimento substituindo a integração, que marcaram o período das políticas estatal-desenvolvimentistas. Essa tendência à descentralização está relacionada à necessidade de racionalização dos processos produtivos mediante a permanente inovação tecnológica, principalmente na área da informática e telecomunicação, que possibilitaram uma reorganização do processo produtivo e do processo de trabalho em uma nova base, diferente daquela que, até então, havia assegurado a reprodução do sistema. Nessa nova forma produtiva, que emerge num período recessivo e de competição acirrada, o setor empresarial é impelido a adotar uma ofensiva, não apenas no campo da revolução tecnológica poupadora de mão de obra, como também pela instauração de processos produtivos flexíveis e com uma produção diferenciada e descentralizada dirigida a distintos segmentos do mercado. Não se trata mais de produzir em economia de escala com vistas a um grande mercado, alvo pretendido pelo modelo fordista,<sup>35</sup> no período estatal-desenvolvimentista, mas, ao inverso, trata-se de pensar como produzir – em

<sup>34</sup> BEHRING, Elaine Rossetti. Política social no capitalismo tardio. São Paulo: Cortez, 1998.

<sup>35</sup> FORDISMO – método de trabalho introduzidos, no início do século, por Henry Ford, em suas indústrias automobilísticas. Esses métodos visavam suplantiar a produção pela produção em massa, através da eliminação dos tempos mortos no processo de trabalho, a fim de alcançar um grande volume de produção a custos baixos. Tornou-se famosa a esteira de montagem através da qual as tarefas produtivas puderam ser parceladas e repetitivas ao extremo, ao mesmo tempo em que se padronizava o produto final. Com isso foi possível alcançar economias de escala que barateavam o automóvel. GORENBERG, Jacob. Globalização revolução tecnológica e relações de trabalho. Coleção Documentos. Série Assuntos Internacionais – 7. São Paulo: USP-Instituto de Estudos Avançados. Setembro de 1996.

uma fase de crise de superprodução e superacumulação – em pequena quantidade, para atender às exigências mais individualizadas de mercado, no melhor tempo e com melhor qualidade, a custos competitivos. Para atender essas exigências foi preciso a instituição de formas de organização do trabalho possibilitadas tanto pela informatização (como a Economia de Escopo o JIT (just in time) e o Kanban)<sup>36</sup>, quanto pela subcontratação e terceirização, abrindo oportunidades para o renascimento da produção artesanal (com sua capacidade de adaptação a mercados cambiantes). Na verdade, a produção feita de acordo com as exigências do cliente e em curto prazo, voltada para vários mercados pequenos e segmentados, não requer fábricas de grande porte, exigindo, muito mais, perícia e adaptação tanto da máquina como do operador, que vão ser alcançadas através das subcontratações e das terceirizações. Segundo Ricardo Antunes o advento dessa nova forma produtiva teria possibilitado a articulação entre o avanço tecnológico e uma descentralização produtiva baseada em empresas artesanais, como também, um impulso simultâneo para a qualificação e desqualificação do trabalho.<sup>37</sup> Para Harvey, esse duplo movimento implica em uma intensificação dos processos de trabalho e uma acelerada destruição e reconstrução de habilidades necessárias ao atendimento de novas necessidades de trabalho.

<sup>36</sup> -ECONOMIA DE ESCOPO – tecnologias flexíveis de manufatura para produzir bens voltados para vários mercados relativamente pequenos ou segmentados.

-JIT (Just in time) – método que visa a redução drástica dos estoques de insumos de reserva, cuja acumulação dentro da fábrica era característica do regime fordista. Os estoques de insumos de reserva passam a ser, com o sistema JIT, calibrados de acordo com o nível da demanda em cada momento. Ou seja, as atividades, no interior de uma fábrica, de cada equipe de trabalho ou seção é determinada pela equipe que encontra-se à jusante na cadeia de produção, que avisará o quantum de peças trabalhadas precisará, dentro de certo tempo. Esse sistema também é utilizado, externamente, a nível da divisão do trabalho entre as empresas, através de uma forte tendência a terceirização. Ou seja, certas tarefas são transferidas para outras fábricas que passam a ser produtoras de determinados serviços ou insumos. Por exemplo, a seção de pinturas de carros, que se verificava no interior das montadoras, passa a ser incumbência de outras empresas especializadas nesse tipo de serviço. GORENBERG, Jacob. Op. cit.

-KANBAN – placas que, são utilizadas para a reposição das peças à medida que se inverte o processo: é do final, após a venda, que se inicia a reposição das peças/produtos. Sua origem está associada ao modelo de funcionamento dos supermercados, que repõem os produtos, nas prateleiras, depois da venda.” ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

<sup>37</sup> Para Ricardo Antunes a qualificação estaria na intelectualização de uma parcela da classe trabalhadora que já não trabalham no processo imediato da produção de mercadorias, mas trabalha muito mais com a cabeça do que com as mãos supervisionando o processo produtivo computadorizado, como operador, como técnico de manutenção, como programador, como controlador de qualidade, como engenheiro coordenador-técnico e como trabalhador da gestão da produção. Todavia, paralelamente, estaria acontecendo o processo de desqualificação de inúmeros setores operários, atingidos por uma

Hoje a problemática regional tem sido tratada buscando-se definições e construindo-se teorias coerentes com essa nova realidade. Todos esses fatos têm levado muitos observadores a saudarem essas novas tendências à descentralização, que vêm contribuindo para o renascimento e evolução das pequenas empresas artesanais. Consideram que a descentralização produtiva funciona em benefício das pequenas empresas, na medida em que contrabalança as vantagens competitivas das economias de escala tradicionalmente desfrutadas pelas grandes empresas. Daí haveria *"maiores possibilidades de eficiência produtiva baseada na subcontratação e no funcionamento em redes de pequenas e médias empresas, em um entorno territorial, donde a cooperação e associatividade entre empresas permitem aceder aos importantes serviços avançados à produção"*, analisa Llorens.<sup>38</sup>

Para o autor, já não se trata mais de adotar uma estratégia de desenvolvimento concentrador, onde as economias de escala e as variedades produtivas eram buscadas no interior de uma grande empresa. Mas, trata-se, agora, de assegurar o acesso ao conjunto de atividades vinculadas a "cadeia de valor" – que vai desde a gestão tecnológica e financeira, passando pela manufatura, publicidade, distribuição, vendas, até a gestão de cobrança e serviço técnico pós-venda – no próprio contexto territorial, por meio da utilização de subcontratações a outras empresas ou entidades organizacionais prestadoras de serviços ou mediante cooperação e alianças com outras empresas.

Nessa estratégia de desenvolvimento local ou regional, observa Llorens, torna-se um fator importante o respaldo político-administrativo dos gestores

---

gama diversa de transformações representada pela massa de trabalhadores que oscila entre temporários, parciais, subcontratados, terceirizados (embora se saiba que há, também, terceirização em seguimentos ultra-qualificados) e pertencentes a economia informal. ANTUNES, Ricardo. Op. cit.

<sup>38</sup> LLORENS, Francisco Albuquerque. Factores decisivos y rasgos diferenciadores del desarrollo económico local. In: *Série Ensayos Dirección de Políticas y Proyectos Sociales*. Santiago do Chile: ILPES, 1995.

públicos locais e a convicção dos atores socioeconômicos (empresários, entidades financeiras, centros de consultorias e investigação científica, trabalhadores, organizações não governamentais, etc.) do seu importante papel no fomento econômico. O desenvolvimento endógeno, segundo o autor, visualiza a planificação do desenvolvimento como uma tarefa coletiva de interesse comum do Estado, do setor empresarial e do conjunto da sociedade civil territorial.

Por conseguinte, na perspectiva dessa nova estratégia de desenvolvimento econômico "endógeno", o território é concebido como agente de transformação social, o qual, socialmente organizado com seus traços sociais, culturais e históricos próprios, torna-se muito importante. O conceito de "território" é ressaltado em oposição ao conceito de "espaço", que costuma levar implícito a idéia de homogeneidade. O "território", diferentemente, conteria em si

*"a heterogeneidade e complexidade do mundo real, suas características meio ambientais específicas, os atores sociais e sua mobilização em torno a estratégias e projetos diversos, assim como a existência e acesso aos recursos estratégicos para o desenvolvimento produtivo e empresarial."*<sup>39</sup>

Por conseguinte, para Llorens não existe homogeneidade do espaço, como considerava *"o enfoque macroeconômico predominante na visão convencional"*, mas uma diversidade de situações e movimentos protagonizados pelos atores territoriais socialmente organizados.

---

<sup>39</sup> LLORENS, Francisco Albuquerque. Espaço, território y desarrollo económico local. In: Serie Ensayos Dirección de Políticas y Proyectos Sociales. Santiago de Chile. ILPES, 1995.

Nesse sentido, ressalta Llorens, a criação dos “entornos” passa a ter uma grande importância na perspectiva do desenvolvimento endógeno, no sentido de criar o impulso da produtividade e competitividade numa época em que a inovação tecnológica, muito mais do que uma alternativa competitiva seria um imperativo para a organização produtiva empresarial. Isso porque as exigências competitivas, existentes no atual contexto da globalização econômica e reestruturação tecnológica e organizacional, obrigariam as empresas e aos poderes públicos territoriais a estabelecerem vínculos, cada vez mais estreitos, entre suas linhas de atuação e seu entorno, já que devem ser capazes de se adequar a “*flexibilidade produtiva*” mediante uma adequada reorganização de suas estruturas produtivas, analisa o autor.

As exigências competitivas de um mercado globalizado tornam-se, na perspectiva de desenvolvimento endógeno, o elemento impulsionador, que vai abrir as oportunidades para o desenvolvimento local, territorial. Como as empresas locais se acham conectadas com os mercados nacional e internacional, não em função da qualidade e do tipo de seus produtos, as economias locais tenderiam a utilizar as diferenciações de seus recursos e potencialidades como vantagens nos mercados exteriores e nacionais. A economia de mercado global é considerada, então, o elemento dinamizador do desenvolvimento local, na medida em que, ela impulsionaria “*as comunidades locais a superar suas dificuldades utilizando produtivamente os recursos naturais, humanos, empresariais, financeiros e, inclusive, locacionais*”.<sup>40</sup> Apesar da importância do papel, que os recursos endógenos desempenhariam, os

---

<sup>40</sup> BARQUEIRO, Antonio Vázquez. Los Procesos de Industrialización Endógena. 5º capítulo del libro del autor titulado: Desarrollo local: Una estrategia de creación de empleo. Madrid: El Pirámide, 1988.



sistemas produtivos locais só funcionariam articulados às condições das economias de mercado nacional e internacional.

Tânia Bacelar – que também se inclui entre os pensadores, que vêem no desenvolvimento local o caminho alternativo mais efetivo, que os seguidos até então, para uma planificação mais adequada do desenvolvimento regional às novas realidades sócio-econômicas – considera que o espaço de sustentabilidade da ação local não pode desconhecer a globalização, caso contrário, “quem ficar de fora perde chance”.<sup>41</sup> A autora, citando François Chesnais, considera que o movimento de globalização aproxima, atualmente, os diversos locais, de uma maneira muito mais intensa, porquanto “*ao atores globais têm hoje os meios materiais para operar na escala global e esta é uma condição que não existia há bem pouco tempo*”. Ela refere-se ao desenvolvimento tecnológico na área das telecomunicações, que teria criado as condições “*de operar cada vez melhor, numa escala cada vez maior do ponto de vista espacial*”. Bacelar diz, que – valendo-se do conceito de “*redes de empresas*” evidenciado por Chesnais – vislumbra, nessa possibilidade dos “*atores globais*” aportarem em milhares de lugares no mundo, a abertura de uma “*brecha*” para os “*atores locais*” se associarem e se aliarem na montagem de “*redes de empresas, que, articuladas, ampliam a sua possibilidade de atuação globalizada*”. Novamente, referindo-se ao mesmo autor, Bacelar faz alusão a uma outra “*brecha*” – para sustentabilidade do desenvolvimento local em um mundo globalizado – que estaria no fato da globalização não ser um movimento homogeneizador, muito pelo contrário, ela se nutriria das diferenças

<sup>41</sup> BACELAR, Tânia. Ação local e desenvolvimento sustentável. In Centro de Estudos Konrad Adenauer Stiftung. Debates Nº 11. Ano 1996. Pg. 105-122.

tornando, desse modo, as particularidades e diferenças locais, seus elementos impulsionadores.

*“Portanto, a existência das diferenças é algo cada vez mais relevante, porque eu decido ir e vender em tal lugar ou transformar em tal lugar, não porque aquele lugar é igual aos outros, mas exatamente pelo contrário. Aquele lugar é portador de condições diferentes das dos demais. Essa diferenciação, que é própria daquele lugar, é que atrai e consolidada a presença dos atores globais”.*<sup>42</sup>

Dessa forma, é natural que, para Bacelar, uma dos maiores problemas do “modelo centralizador” é porque ele

*“homogeneiza um país no qual uma das riquezas é a diferenciação”. A nossa experiência de centralização sempre tem nos mostrado que é uma solução péssima, para um Brasil como nós temos, onde a diferenciação em cada lugar é um patrimônio maravilhoso”.*<sup>43</sup>

Em primeiro lugar, é interessante observar que existe uma compatibilidade entre os princípios diretivos, sobre os quais se apóiam a corrente do pensamento “endógeno”, “local”, “sustentável” ou “participativo” com a nova dinâmica da acumulação e valorização capitalista, a qual no seu processo vai reconstruindo o espaço e reinventando as formas de trabalho doméstico, artesanal, etc. De fato, os argumentos desses teóricos dos “Novos Tempos”, que se propõem explorar caminhos mais efetivos, que os seguidos até então, para uma planificação do desenvolvimento regional, adequam-se à luta do capital pelo “desengessamento” das condições da acumulação (“recriando” o trabalhador e “reterritorializando” o trabalho), a fim de superar os principais obstáculos a sua continuidade.

---

<sup>42</sup> Ibid.  
<sup>43</sup> Ibid.

Esses autores vêem no atual processo de reestruturação produtiva, baseado na introdução de novas tecnologias e formas mais flexíveis de contratação e uso da força de trabalho, como indicativo de uma ruptura com o passado e a passagem para um novo modo de desenvolvimento capitalista, onde teriam sido eliminados os antagonismos de classe que opõem os homens entre si. Tal resultado teria sido consequência lógica das novas tecnologias, que havia permitido *"um entorno territorial, donde a cooperação e associatividade entre empresas permitem aceder aos importantes serviços avançados à produção"* (Llorens) ou teria dado aos *"atores globais meios materiais para operar na escala global e esta é uma condição que não existia há bem pouco tempo"*.(Bacelar). Para esses autores, a luta competitiva no mundo atual globalizado estaria conduzindo à cooperação interempresarial, visto que as dificuldades, cada vez maiores, das empresas obterem rendimento das inversões produtivas já realizadas, obrigam-nas *"a buscar condutas estratégicas associativas, a fim de subcontratar algumas atividades da 'cadeia de valor' ou alcançar alianças parciais de duração temporal, com o fim de aceder ao conhecimento tecnológico básico em seu setor de atividade"*, como analisa Llorens. Ou conforme Bacelar, que vê na *"estratégia das redes"* possibilidades dos *"atores globais"* e *"locais"* se aliarem e se associarem ampliando a possibilidade de ação globalizada.

A partir daí, negam qualquer racionalidade que não seja a do mercado. Reificam, assim, o mercado, naturalizando-o. Para Jameson, esse pressuposto representa o terreno mais crucial da luta ideológica de nossa época, cuja admissão expressaria a deslegitimação do socialismo e do marxismo.<sup>44</sup>

Fernandes Dias, por sua vez, adota o conceito marxista de “fetichismo da mercadoria”, através do qual, Marx desvenda as relações humanas por trás das relações entre as coisas, e revela a ilusão da consciência humana originária da economia mercantil, que atribui às coisas características oriundas das relações sociais entre as pessoas no processo de produção. Dias declara que:

*“O fetichismo da mercadoria demonstra como a relação mercantil oculta, no mais simples ato produtivo, a estruturação do poder, a presença das classes e sua organização/desigualdade estrutural. Tudo se passa como se houvesse uma troca entre mercadorias. A estrutura e a expropriação do sobre-trabalho, com todo o seu cortejo de dominação e subalternidade ‘desaparece’, some na poeira da estrada”.*<sup>45</sup>

O autor observa que essa cisão entre a essência e aparência, própria das formas mercantis capitalistas, faz a história do capitalismo aparecer como a história natural do capital, das técnicas, da produção, nunca do trabalho. Faz o processo de trabalho apresentar-se como um dado puramente técnico e não como processo de valorização. E, à tecnologia é atribuída todas as grandes transformações, como racionalidade sempre crescente e independente do antagonismo de classe, ocultando que o aumento do controle e da exploração do trabalho seriam os fatores determinantes da introdução de novas tecnologias em larga escala. Por conseguinte, de acordo com o autor, todo esse disfarce das relações sociais de produção por trás das relações entre as

<sup>44</sup> JAMESON, Fredric. O Pós-modernismo e o mercado. In Um mapa da ideologia. AIXORNO, Theodor... [ et. al]; Organização: Slavoj Žižek. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

<sup>45</sup> DIAS, Edmundo Fernandes. “Reestruturação produtiva”: forma atual da luta de classes. In Outubro – Revista do Instituto de Estudos Socialistas. São Paulo: Xanã, nº1, Maio de 1998.

coisas, oriundo da economia mercantil, constituiria o verdadeiro "horizonte ideológico" do modo de produção capitalista.

Daí decorre, analisa Dias, que a atual reestruturação produtiva, igualmente ao fordismo, não representa apenas um conjunto de técnicas de gestão e de produção, como se tenta afirmar, mas uma nova forma de subordinação do trabalho ao capital para fazer frente à crise que rompeu nos anos 70 e 80 e às lutas cotidianas do trabalho contra o capital. Ou seja, representa condições de dominação do capital.

No Fordismo, observa Dias, essas condições de domínio teriam sido alcançadas mediante um conjunto de medidas de contratendência, cujas modalidades de gestão fabril nele incorporado, compatibilizaram, com bastante êxito, a dinâmica da acumulação e valorização do capital e a integração dos trabalhadores à ordem capitalista. Emergindo, assim, o chamado "*compromisso fordista*". Ele chama ainda atenção para um fato importante, evidenciado na época, que respondeu pelo "*pacto fordista*" e com ele a constituição de certos "direitos sociais": o receio de uma expansão da alternativa russa no "*imaginário dos trabalhadores*".

Na atual "reestruturação produtiva", as condições de domínio do capital sobre o trabalho teriam sido liberadas de qualquer compromisso com o social, por efeito do desmonte dos estados socialistas, eliminando um dos principais obstáculos à continuidade do capital. Por isso, analisa Dias, a idéia de liberdade de mercado vai ser levada a extremos e o "pacto fordista", que representou o elemento vital para a sobrevivência do capital no pós-guerra, passa a ser, agora, considerado o responsável pela crise.

Por conseguinte, modificar a gestão do processo de trabalho e a tecnologia torna-se uma condição vital para que o capital possa continuar mantendo o controle e a disciplina dos trabalhadores e a capacidade de acumular e valorizar capital. De acordo com o autor, para que essa tarefa se realize, na atual década, "*recria-se*" o trabalhador e "*reterritorializa-se*" o trabalho, destruindo os espaços fabris clássicos e o "trabalhador coletivo", ao mesmo tempo em que "*reinventa-se*" formas de trabalho tipo artesanal, domiciliar, etc., que passa a ser visto como um "trabalhador autônomo". Todavia, argumenta Dias, "*uma autonomia para o capital e não para o trabalho*".

Aqui, o autor chama atenção para o fetichismo imposto pela tecnologia. O trabalhador se torna um "*associado ao capital*". Agora, trabalhador patrão, dono de pequenas empresas, responsável pela produção e pelos desejos dos clientes. Diante disto, "*o produtor-comprador-consumidor miticamente fundido*" torna-se a própria "nação".<sup>46</sup> Nessa manobra desaparecem as contradições entre trabalhadores e seus patrões, entre eles e os consumidores. "*Eliminado o horizonte antagonista do capital, a referência classista internacional, desconstruído esse horizonte, despolitizado o debate, tudo se reduz a administração*", conclui Dias.

Mas não deixa de ser curioso – por mais contrastante que seja, no capitalismo, as relações sociais de produção com sua forma materializada ("alienada") – que os teóricos dos "Novos Tempos", num momento em que as contradições da sociedade irrompem com uma intensidade demasiado grande para serem ignoradas, postulem, com uma brutal força ideológica, a nova fase

<sup>46</sup> MÉSZÁROS, István. O poder da ideologia. São Paulo: Ensaio, 1996.

de internacionalização do capital – concebida como “globalização” – como produto do avanço do desenvolvimento tecnológico, que teria fornecido os meios para os “atores globais” operarem em escala global. Enfim, como produto de leis naturais, ignorando completamente os antagonismos sociais historicamente específicos. Segundo Dias, essa revolução tecnológica e a naturalidade do capitalismo constituem-se, hoje, na sua “ideologia constitutiva”.

Desse modo, a visão “endógena”, “sustentável” ou “participativa”, ao assumir o termo “globalização” como uma tendência inevitável, passa a usá-lo como uma espécie de explicação prévia para tudo o que ocorre no momento atual. Esse tipo de procedimento é justificado, por alguns autores, como uma necessidade metodológica de se renovar as interpretações a fim de adaptar-se ao novo contexto histórico, como explica Bacelar:

*“A saída da crise considera a globalização. Esse é que é o fato novo. Qualquer saída da crise está se dando, considerando o movimento de globalização, porque ele é que é o movimento de longo prazo, reestruturador da dinâmica geral. Todos os países, todos os atores estão buscando novos padrões, buscando sair da crise, agora, considerando o primeiro movimento. Não dá para trabalhar a saída da crise, desconhecendo a globalização”.<sup>47</sup>*

Por isso a preocupação da autora vai se restringir ao debate sobre a viabilidade da ação local sem perder de vista a globalização, no sentido não de combatê-la, mas de alinhar-se a ela, caso contrário, “estamos mortos”. A lógica posta em prática é a da “integração competitiva”, de acordo com a qual, deve-se concentrar todo esforço para que se realizem ligações entre o mercado mundial, as regiões e setores potencialmente competitivos. Proposta

---

<sup>47</sup> BACELAR, Tânia. Op. cit.

totalmente compatível com as estratégias de valorização do capital internacional. Bacelar vai referir-se ao turismo como um setor que possibilitaria ao Nordeste tirar partido de suas praias, de seu patrimônio histórico, cultural e artesanal, retratados como qualidades especiais que outros lugares não têm. *“Se a globalização se alimenta do particular, o uso dessa diferença, na minha visão, daria mais sustentabilidade ao tipo de opção (...)”*.<sup>48</sup>

Mas, para esses autores, não existiria nenhum dano em conciliar-se com as novas circunstâncias históricas de valorização do capital internacional, ao contrário, a ação globalizada do capital, de acordo com eles, ampliaria as oportunidades da ação local. Empregam o termo globalização no sentido de um processo histórico, mas com o intento de lançar os fundamentos de que o mundo estaria presenciando, nos últimos tempos, a mais espetacular harmonização institucional e integração econômica entre as nações, como ironiza Coggiola.<sup>49</sup> De acordo com essa idéia da “globalização”, explica o autor, a propriedade dos meios de produção, sob o controle de uma determinada classe, não seria mais o critério exclusivo para prover os interesses do capital, principalmente os interesses globais.

*“A burguesia administrativa internacional é definida como uma categoria socialmente abrangente, compreendendo a elite empresarial, gerentes de firmas, altos funcionários do Estado, líderes políticos, membros das profissões eruditas e pessoas de posição similar em todas as esferas da sociedade”*.<sup>50</sup>

Por conseguinte, as limitações dessas abordagens estariam no ocultamento da verdadeira natureza da ordem capitalista, do caráter da sua

---

<sup>48</sup> *Ibid*

<sup>49</sup> COGGIOLA, Osvaldo. Globalização e socialismo. In *Universidade e Sociedade*. Brasília: ANDES, ano VII, nº 12, fevereiro de 1997



estrutura interna – tanto no que diz respeito às relações antagônicas entre capital e trabalho no interior de uma sociedade, quanto em referência as contradições entre a economia mundial e os estados-nacionais – na qual, não se enquadra um discurso de alianças, associação e articulação entre “atores locais e globais” (Bacelar) ou de “tarefa coletiva” entre os “atores socioeconômicos” (Llorens). Esse tipo de discurso tem o mérito de anular toda a capacidade de contestar a substância de uma sociedade dilacerada por interesses sociais inconciliáveis e antagônicos tanto em nível nacional como internacionalmente. Essa tendência, hoje, das ciências sociais de denominar membros, que pertencem a classes sociais definidas de “atores sociais” ou “agentes sociais”, expressa um determinado tipo de interpretação ideológica sobre o caráter da estrutura interna da ordem capitalista, que contribui para mascarar a oposição de interesses entre capitalistas e assalariados. Para esses teóricos, os antagonismos de classe são coisas do passado. Capital e trabalho teriam se transformado em parceiros ativos. Observa Fernandes Dias:

*“O trabalho e o capital são apresentados como elementos de uma história natural sujeita à lei de ferro do mercado. Além disso, para maior eficácia, atribui-se à tecnologia toda essa imensa transformação: fala-se mesmo em uma revolução tecnológica. O mercado não é compreendido como um conjunto das forças e relações capitalistas de produção.”<sup>51</sup>*

Esses autores ao conceberem a globalização como resultado de uma superioridade tecnológica, e não como uma ofensiva adotada pelo capital no seu atual estágio de valorização, passam a ver o movimento do capital em

---

<sup>50</sup> SKLAIR, Leslie. Sociologia do sistema global. Petrópolis, Vozes, 1995. Apud Osvaldo Coggiola. Op. Cit.

<sup>51</sup> DIAS, Edmundo Fernandes. Op. cit.

escala global como uma oportunidade de nascimento de novas formas de conexões, de interdependências e de cooperações, entre todos os povos do mundo.

Entretanto, é importante chamar atenção, que não se está tratando simplesmente de confusões conceituais, mas do efeito mistificador produzido quando se tenta conceitualmente reconciliar algumas categorias, que se referem na realidade a conflitos sociais inconciliáveis e a divergências de interesses.<sup>52</sup> Essas mistificações refletem as necessidades objetivas do modo estabelecido de reprodução e controle social, no atual estágio de desenvolvimento capitalista.<sup>53</sup>

Outra característica notável das idéias defendidas pelos teóricos dos "Novos Tempos", refere-se a boa acolhida, dada por todos eles, a não homogeneidade do capital. Uniformizar torna-se sinônimo de massacrar, e as diferenciações locais passam a ser consideradas de grande valor como elementos impulsionadores do movimento de globalização. Este paradigma do "local" – que se combina com perfeição com as estratégias locacionais das corporações multinacionais em suas novas modalidades de investimento e de valorização – é a raiz comum, a qual, se reportam todos esses teóricos. Há uma homogeneidade nesses discursos, que embora existindo suas diferenciações, representam uma nova filosofia que se enraíza na consciência com a mesma solidez das interpretações do período desenvolvimentista no pós-guerra. Naquela época, ao contrário, havia um senso comum em torno da necessidade de corrigir os desníveis entre as regiões e de orientar o crescimento econômico a fim de que ele se processasse de forma equilibrada

<sup>52</sup> MÉSZÁROS, István. O poder da ideologia. São Paulo: Pensato, 1996.

nas várias áreas de um mesmo país e nos vários setores econômicos e sociais. A busca de um desenvolvimento homogêneo em todo o território nacional deu margem a que surgissem conceitos e orientações metodológicas indispensáveis a planificação regional, como a teoria dos "pólos de desenvolvimento", que se baseava no princípio básico da integração. Essas políticas desempenharam um papel importante no período desenvolvimentista atuando, tanto no sentido de financiar as condições gerais da produção, quanto de oferecer um apoio político e moral "*à imagem do Estado como social como mediador de interesses conflitantes*".<sup>54</sup>

Hoje, houve uma mudança na estrutura do sentimento, como analisa Harvey. Considera-se vão os esforços dos anos 60 para desenvolver modelos de planejamento abrangentes e integrados. Procura-se, agora, dar ênfase às estratégias de ações produzidas e constituídas nos lugares particulares, localizados. Estratégias pluralistas, diferenciadas, que, segundo esses autores, não podem ser igualadas porque

*"não existe homogeneidade do espaço, como considerava o enfoque macroeconômico predominante na visão convencional, mas uma diversidade de situações e movimentos protagonizados pelo atores territoriais socialmente organizados".*<sup>55</sup>

Insiste-se, assim, na coexistência de um grande número de mundos possíveis, fragmentários ou de espaços que são justapostos ou superpostos uns aos outros. Já não se trata de desmascarar, opor-se ou transcender as desigualdades, mas "*espojar-se nas fragmentárias e caóticas correntes da*

---

<sup>54</sup> Ibid

<sup>54</sup> NETTI, José Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social. São Paulo: Cortez, 1992.

<sup>55</sup> LLORENS, Francisco Albuquerque. Op. cit.

*mudança, como se isso fosse tudo o que existisse*", analisa Harvey.<sup>56</sup> Mas, para Bacelar trata-se de aproveitar as oportunidades diferenciadas que surgem em cada local, porque o que não se pode jamais esquecer é "o local sustentável na brecha". E cita, como exemplo de sustentabilidade, a estratégia de "globalização" ("flexibilização") da indústria de perfumaria mundial "que inova no local", ao fornecer a essência para ser embalada pelas pequenas lojas em vários lugares do mundo. A autora refere-se ao sistema de franquias, no qual, o franqueado obtém o direito de uso de uma marca. Não percebe que foi expandindo suas franquias pelo mundo, ou abrindo "brechas" (usando a expressão da autora) que a Benetton transformou-se em uma gigantesca corporação multinacional. Todavia, Bacelar opta em não sair da "aparência exterior", do "nexo externo", e diz estar convencida de que "nada mais sustentável do que ter uma lojinha que faz o que ela [a franqueada] faz e nada mais globalizado, porque a essência é de uma grande corporação francesa". Tudo se passa como se houvesse uma associação, ou cooperação entre "atores globais" e "locais", ocultando, assim, o "nexo interno", que representa a essência dos fenômenos, ou melhor, o caráter social das relações econômicas capitalistas, sua estrutura de poder, a presença das classes e sua desigualdade estrutural. Esses autores ao tomarem categorias econômicas (globalização, mercado, inovações tecnológicas) como formas dadas, prontas, acabadas, não conseguem captar seu caráter social. Vêem os fenômenos que ocorrem na superfície da vida econômica como possuidores de características naturais e não como resultado do processo de "reificação das relações de

---

<sup>56</sup> HARVEY, David. Op. cit.

produção”, característica do modo de pensar daqueles que se acham limitados pelo horizonte da economia capitalista.

Entretanto, como explicar esses limites? O que faz um conjunto de valores e diretrizes práticas representarem o discurso ideológico dominante de uma época? Melhor dizendo, o que leva um discurso a dominar, a ponto de levar as pessoas a aceitarem de forma consensual um conjunto de valores e as conseqüências práticas nele contidas, sem se oporem e sem conseguirem elaborar uma perspectiva alternativa?

Mészáros chama atenção, por exemplo, para o fato de que, em determinadas épocas, o uso de certos vocábulos é afastado do vocabulário socioeconômico, tais como, “imperialismo”, “exploração”, “conflitos de classe”, etc., termos que são tratados hoje, pelos intelectuais com bastante precaução. Desse modo, suprime-se qualquer elemento que possa conduzir a questionamentos acerca da natureza do sistema capitalista.<sup>57</sup>

Com efeito, hoje a “globalização” é apresentada, como uma fase específica da internacionalização do capital, na qual, existiriam “atores globais” e “grandes conglomerados” de tamanho suficiente para operar em vários lugares do mundo, oferecendo meios, condições e espaço para ações sustentadas em diversos locais do globo. Todavia, não existe nenhuma evidência de que a “globalização” tenha significado a superação, pelo capital, da contradição entre a economia mundial e as economias nacionais. Ao contrário, diz Coggiola, *“a contradição entre a internacionalização crescente*

<sup>57</sup> MÉSZÁROS, Istvan. O poder da ideologia. São Paulo: Ensaio, 1996

*das forças produtivas e a sobrevivência das fronteiras nacionais, esteve na base das duas conflagrações mundiais e de múltiplas catástrofes nacionais*".<sup>58</sup>

Tudo isso se torna curioso quando se observa que em uma outra época, ainda recente, as análises giraram em torno da "vulnerabilidade externa" como componente histórico da situação de subdesenvolvimento. Segundo aquelas análises, a situação de subdesenvolvimento residiria na forma como as economias subdesenvolvidas se vincularam historicamente com o mercado mundial e na forma como se constituíram as elites internas, que definiram as relações internacionais intrínsecas ao subdesenvolvimento. Considerava-se que a economia brasileira e seus espaços regionais haviam desempenhado sempre um papel "dependente" e "complementar" na divisão internacional do trabalho, porque tiveram sua formação e consolidação atreladas à acumulação européia. O caso do Nordeste tornava-se característico desse processo. Desde o período colonial que alguns de seus espaços foram organizados em função das oportunidades ("*brechas*") abertas pela política econômica expansionista européia. Assim foi com a cana de açúcar, na zona da mata, no período mercantilista; da mesma forma com a cultura do algodão, que se estruturou integrando-se ao mercado internacional, com o advento da revolução industrial européia, produzindo algodão para o setor têxtil inglês.<sup>59</sup>

Era a análise dessa realidade que levava ao debate sobre a existência de uma união de interesses entre o capital internacional e as oligarquias agroexportadoras, que impedia a formação de um mercado interno unificado e uma burguesia nacional empreendedora. A raiz desse debate é claro conduzia

<sup>58</sup> COGGIOLA, Osvaldo. Op. cit.

<sup>59</sup> PERRUCCI, Gadiel. A formação histórica do nordeste e a questão regional. In A Questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. MARANHÃO, Silvio. [et. al.], Organizador: Silvio Maranhão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

para a industrialização, discurso que se perfilava com as mudanças que estava ocorrendo na estrutura do capital monopolista nos países imperialistas, naquela época. Como já foi explicado anteriormente, a crescente exportação de máquinas e equipamentos conduzia a um aumento de interesse por parte dos grupos monopolistas na industrialização do terceiro mundo. Porém, expressões como “imperialismo”, “desigualdades” e até mesmo “conflitos de classe” encontravam-se na ordem do dia, diferentemente da postura dos intelectuais que, nas últimas décadas, evitam admitir a essência classista de suas teorias e posturas ideológicas.

Mészáros atenta para o fato de que a ordem social, que se estabelecia nos anos de expansão do capitalismo do pós-guerra, baseada na internacionalização do Keynesianismo, se fazia valer em escala relevante e circunscrevia os modos alternativos de conceituação de todos os problemas práticos mais importantes da época. E chama atenção para a postura ideológica de Keynes, segura de que o capitalismo garantiria para sempre aquela ordem vigente e, por isso mesmo, sem estratégias ideológicas defensivas:

*“Quanto à luta de classes como tal, meu patriotismo local e pessoal, como os de todo mundo, exceto alguns desagradáveis entusiastas, liga-se a meu próprio ambiente. Posso ser influenciado pelo que me parece ser justo e de bom senso; mas a guerra de classes vai me encontrar do lado da burguesia educada.”<sup>60</sup>*

Com efeito, após um período perturbado pela Revolução Russa, pelo crescente poder dos movimentos socialistas e comunistas, pela ascensão do fascismo e duas conflagrações mundiais, a necessidade de reconstruir as

<sup>60</sup> KEYNES, John Maynard. “Am I Liberal?” Essays in Persuasion. Apud István Mészáros. O poder da ideologia. São Paulo: Ensaio, 1996.

economias devastadas abria caminho para a descoberta de um "mito", que iria fornecer "o ímpeto para um novo projeto de ação humana", como analisa Harvey.<sup>61</sup> Esse mito, diz o autor, vai se incorporar na máquina da fábrica e no poder da tecnologia para atingir metas socialmente úteis. Surge, assim, um novo estilo de filosofia positivista, que viria a ter posição central no pensamento social pós-segunda guerra mundial, inspirado por uma elite de vanguarda composta por planejadores, artistas, arquitetos, etc. A crença no progresso e no planejamento racional sob condições padronizadas de conhecimento e de produção se estabelece com todo vigor. Com as forças sociais controladas o poder internacional torna-se relativamente estável, organizado e seguro ao longo de linhas fordistas-keynesianas, sob os olhos vigilantes da hegemonia norte-americana, mostrando que era possível inventar mitos com poderes de controlar as lutas de classe. Logicamente, nesse momento, não se tornava preciso negar as lutas de classe. Ou, como negá-las com a Rússia soviética espalhando sua influência de todas as formas pelo mundo?

Hoje, a ordem mudou, a idéia de intervenção do Estado e de planejamento passam a ser associadas à idéia de prejuízo à liberdade individual, e a noção de "igualdade" é deplorada por corrigir os mecanismos de mercado e intervir em outros tipos de valores e prioridades. Deslegitima-se, desse modo, a ideologia do Estado assistencialista, naturalizando-se o mercado e as desigualdades. Dar-se relevo, assim, às estratégias "privadas" de legitimação política, nas quais, responsabiliza-se cada indivíduo e cada lugar, pela continuidade de suas seqüelas.

---

<sup>61</sup> HARVEY, David. Op. cit.



Antes, apresentavam-se argumentos e sustentavam-se controvérsias sobre a eficácia do planejamento no controle das perturbações causadas pelos desequilíbrios e pelas desigualdades sociais advindas do sistema de mercado. Dava-se, assim, um caráter "público", às estratégias políticas de legitimação, mediante o qual, as políticas públicas atuavam no sentido de oferecer um apoio político e moral na construção de uma imagem social do Estado. Com o Estado como mediador poder-se-ia realizar a igualdade social e a liberdade que se revelavam na prática como desigualdades e falta de liberdade. Identificava-se, assim, o retrato ideal da sociedade burguesa com seu modelo real.

Hoje, as estratégias mudaram, defende-se agora, que as desigualdades não podem ser resolvidas porque estariam indissolúvelmente ligadas ao sistema de mercado. Argumento que, certamente, Marx se poria de acordo, menos na essência, no que tange ao axioma positivista da identidade entre a sociedade de mercado e a natureza, que se configura na aplicação de leis naturais aos fenômenos humanos, bastante comuns nessas análises. Ao considerar eternos e a-históricos os fenômenos da vida social, acabam evidenciando a desigualdade social como uma situação natural e inevitável. Jamenson considera que houve uma rendição universal ao mercado tanto por parte da esquerda como por todos os demais. *Agora, todos dispõem a resmungar (...) que nenhuma sociedade pode funcionar eficientemente sem o mercado, e que o planejamento é obviamente impossível*, diz ele.<sup>62</sup>

O que se pretende dizer é que o desaparecimento, hoje, de determinados conceitos, e a legitimidade de outros, está ligado à desintegração do socialismo real. No momento em que o socialismo é percebido como

---

<sup>62</sup> JAMENSON, Fredric. Op. cit.

sinônimo de opressão e de doutrinação ideológica e sua passagem para o capitalismo como libertação dessas cadeias opressoras, pretende-se evidenciar o estado natural, “não ideológico”, da economia de mercado.

Mas, em que consistiria essa mistificação em relação aos conceitos?

Jamenson diz endossar o projeto de Stuart Hall, que se baseia na idéia de que a luta pela legitimação dos conceitos e ideologias representa o plano fundamental em que se trava a luta política. Para ele a legitimação adviria daí. A retórica do mercado teria se tornado um componente fundamental e central dessa luta ideológica, dessa luta pela legitimação ou deslegitimação do discurso esquerdista. O enunciado de que “*o mercado está na natureza humana*” seria para Jameson “*o terreno mais crucial da luta ideológica de nossa época*”. Teria sido travada a luta política pela legitimidade de conceitos, como planejamento ou mercado, nesse momento atual.

Paulo Netto, por sua vez, apresentado no segundo capítulo, considera que existe uma força ideológica nesse naturalismo social, oferecida pela tradição teórico-cultural positivista, no momento em que constata que o estado de coisas existentes é natural, necessário, inevitável e produto de leis invariáveis, porquanto fornece uma justificativa científica para a ordem social estabelecida tornando inútil e ilusório o desejo de interrompê-la ou transformá-la. Legitima-se, assim o estabelecido e consagra-se “*uma predisposição para aceitar a sua evolução seja em que sentido for*”, diz o autor.<sup>63</sup>

Mas, como explicar o poder dessa mistificação ideológica? A sua eficácia como sistema de idéias, que se estabelece na totalidade da

---

<sup>63</sup> NETTO, José Paulo. Op. cit. 1992.

sociedade? Quais os componentes cruciais da legitimação dessa mistificação ideológica? Essa rendição universal ao mercado, como diz Jameson?

Jameson fala no fracasso da União Soviética como determinante da indiferença de gerações de intelectuais mais jovens ao marxismo e socialismo. Ele chama atenção para a existência de uma certa semelhança entre o que a Revolução Soviética significou para o resto do mundo, em termos positivos, e os efeitos negativos dessa oportunidade perdida. Segundo o autor, *"não surpreende que profunda decepção com a práxis política resulte na popularidade da retórica da devoção ao mercado e na rendição da liberdade humana a uma agora pródiga mão invisível"*.<sup>64</sup> Mas, considera, que esse fato não seria suficiente para explicar essa empolgação e o alia aos próprios meios de comunicação em seu sentido global, referindo-se a todos os aparelhos e equipamentos de alta tecnologia da mídia.

Realmente, sem a ameaça do socialismo real e eliminada a existência de uma possível alternativa ao capitalismo, cai por terra um certo papel "civilizatório" do capital. Rodrigo Duarte<sup>65</sup> observa a importância que teve a revolução russa como um elemento dificultador e neutralizador da lei do valor por parte do grande capital internacional. Segundo o autor, ela teria provocado um certo recuo na aplicação unilateral de medidas que poderiam aumentar o desemprego e conseqüentemente uma crise social. O medo de uma ameaça revolucionária teria inclinado os capitalistas a oferecerem certos ganhos a seus trabalhadores com o objetivo de deter uma clara tendência, à época, no sentido de difusão do socialismo. A instalação da "guerra fria" também é considerada, pelo autor, como outro fator inibidor da aplicação irrestrita do princípio básico

---

<sup>64</sup> JAMESON, Fredric. Op. cit.

do capitalismo monopolista: a busca de sobre-lucros através da aplicação sem controle de tecnologias, como também, dos artifícios da propaganda. Ele cita, como exemplo, a utilização de robôs nas linhas de montagem, que somente ocorreu após a derrocada dos regimes socialistas europeus, apesar de ter sido anunciada durante décadas anteriores e acrescenta que isso teria, com certeza, acontecido, com todas as suas conseqüências em termos de desemprego se o capital não tivesse tido um adversário ideológico de peso.

Nesse contexto, sem alternativas ao capitalismo, os métodos de legitimação do capital monopolista não vão mais se basear nos direitos e garantias cívicos e sociais, mediante suas políticas sociais e públicas, que haviam lhe permitido, durante tanto tempo, alcançar o consenso social – elemento indispensável para se obter uma aceitação serena das regras estabelecidas pelo jogo econômico dos monopólios.

Mas, a era monopolista propicia ao capital um longo campo de legitimação, que com o crescimento da influência política do movimento operário, transforma-se em uma enorme máquina de manipulação ideológica para integrar os trabalhadores na sociedade capitalista, como analisa Paulo Netto.<sup>66</sup>

O autor refere-se a nova dimensão adquirida pelo capital monopolista, no seu estágio mais avançado, que o transforma em uma enorme máquina de controle ideológico. O capital ao converter todos os domínios da vida humana, inclusive o universo "simbólico" e "afetivo", em serviços, ele teria criado um tipo novo de relacionamento, entre o indivíduo e as instituições burguesas, que possibilita, cada vez mais, o controle sobre a consciência, superando assim os

<sup>66</sup> DUARTE, Rodrigo. O mundo "globalizado" e estetização da vida. In Universidade e Sociedade - Brasília: ANDES, Ano LX, nº 18, março de 1999.

instrumentos repressivos. A manipulação da consciência ocorreria através da coordenação de toda a existência humana, privada e pública e de todas as reações humanas. O indivíduo não disporia mais de espaço mental suficiente para viver com uma consciência própria.

Existiriam, então, mecanismos intrínsecos à ordem monopólica, que lhe vai possibilitando, cada vez mais, instrumentos de controle ideológico.

Harvey, por exemplo, considera que a necessidade do capital de acelerar o seu tempo de giro, a fim de diminuir a lacuna entre produção e consumo, teria tornado a "informação" uma mercadoria valiosa para o sucesso dos empreendimentos e lucratividade na época atual. Essa ênfase dada à informação teria gerado um amplo conjunto de serviços especializados e consultorias capazes de assessorar o sistema com informações científicas, técnicas e políticas. Por conseguinte, na época da produção flexível, com mudanças de gosto e necessidades instantâneas, *"o próprio saber se torna uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em base competitivas"*, observa Harvey.

Assim a produção do conhecimento teria assumido, cada vez mais, um caráter comercial, cujo valor só se realizará se encontrar um comprador. Os sistemas universitários transformam-se em empresas produtoras de conhecimento, cujo produto precisa seduzir um comprador e, especificamente, no campo da teoria social, deve ser compatível com os interesses do capital e necessária para o prolongamento de sua sobrevivência. Tudo isso leva a aceitação passiva dos padrões ditados pelas instituições burguesas. Nesse

---

<sup>66</sup> NETTO, José Paulo. Op. cit. 1992.

sentido, a tendência desses teóricos atuais, é considerar como dadas, a estrutura e as instituições da sociedade capitalista.

Hoje em dia, diz Petras,<sup>67</sup> *“os intelectuais institucionais são prisioneiros de seus próprios e estreitos laços profissionais.”* O autor refere-se a vinculação vertical, hoje existente, dos intelectuais – nas suas estratégias de sustento material atormentados pelo desmantelamento da educação pública – com as agências de financiamento estrangeiras, com os centros de investigação e com as burocracias do Estado e regimes locais. Katz, de forma semelhante, fala da nova “burocracia acadêmica”, fabricada pelo processo de privatização e elitização das universidades, e considera que as agências estrangeiras e os governos civis privatizadores *“financiaram a transformação do intelectual crítico em apologista de seu novo status social”*.<sup>68</sup>

Outro forte instrumento de controle, que teria favorecido à total aceitação dos intelectuais à ordem do capital e do mercado – questionando apenas seus aspectos fenomênicos – estaria na espantosa concentração do poder econômico na edição de livros e em toda a imprensa, transformando-se em mais uma arma de controle ideológico sobre o fluxo de informação, como ressalta Harvey.

Todos esses autores mostram a força do potencial legitimador do capital no seu estágio monopolista mais avançado, momento em que não há nada mais no mundo em que o capital não tenha convertido em mercadoria: “a

---

<sup>67</sup> PETRAS, James. Os intelectuais em retirada. In *Marxismo Hoje*. PETRAS, James, [et. al.], organizador: Osvaldo Coggiola. São Paulo: Xamã, 1994.

<sup>68</sup> KATZ, Cláudio. O pós-marxismo: uma crítica. In *Marxismo Hoje*. PETRAS, James, [et. al.], organizador: Osvaldo Coggiola. São Paulo: Xamã, 1994.

saúde, o amor, a vida e a morte; no limite, as próprias pessoas se tornam uma forma de mercadoria".<sup>69</sup>

Mészáros, por exemplo, concebe que o poder da ideologia dominante é extraordinário, não apenas pelo fato da classe dominante deter em suas mãos todo um arsenal político-cultural, mas porque ela teria o privilégio exclusivo da "mistificação", por meio da qual, as pessoas seriam "induzidas a endossar, 'consensualmente', valores e diretrizes práticas que são, na realidade, totalmente adversos a seus interesses vitais."<sup>70</sup> O autor diz que as ideologias críticas não conseguem mistificar por não terem nada a oferecer à seus opositores, "aqueles já bem estabelecidos em suas posições de comando, conscientes de seus interesses imediatos e palpáveis."<sup>71</sup>

Assim posto, sob o domínio dos monopólios econômicos, políticos e culturais a repressão torna-se coletiva sendo, cada vez mais, introjetada "na consciência e no inconsciente do indivíduo, operando como seu próprio desejo, sua moralidade e satisfação".<sup>72</sup>

### O Áridas

O Áridas<sup>73</sup> representa mais um programa de desenvolvimento regional que, igualmente ao GTDN no passado, baseia-se em paradigmas que se destina a criar condições para a retomada de desenvolvimento. Mas, enquanto o GTDN fundamentou-se no Estado intervencionista, o ÁRIDAS toma como suporte as forças do mercado e as novas práticas produtivas. Enfim,

<sup>69</sup> DUARTE, Rodrigo. Op. cit.

<sup>70</sup> MÉSZÁROS, István. Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Ensaio, 1993.

<sup>71</sup> Ibid.

<sup>72</sup> MARCUSE, Herbert. Op. cit.

<sup>73</sup> PROJETO ÁRIDAS. Nordeste: uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento, 1995.

representa uma proposta de desenvolvimento para o Nordeste que caminha em direção à concepção de desenvolvimento local, endógeno ou sustentável.

Foi coordenado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e pelo Instituto Interamericano de Cooperação em Agricultura (IICA), com a participação e financiamento do Governo Federal e de todos os Governos Estaduais do Nordeste. O referido projeto foi financiado, ainda, pelo Banco Mundial (BIRD) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Esse Projeto iniciado em 1992 e elaborado, na sua versão final, em 1995, recebe uma importância fundamental nesse trabalho, em termo de discussão, por ter tido a preocupação de deixar explicitado o novo paradigma para o planejamento do desenvolvimento sustentável no nível regional, como também, por ter inspirado as estratégias de desenvolvimento sustentável incorporadas nos Planos de Desenvolvimento de todos os Estados do Nordeste. Efetivamente, tornou-se o marco de referência geral para implementação da estratégia Áridas em cada Estado nordestino.

Seus objetivos são justificados como apropriados a uma fase de globalização econômica e de crescente liberalização dos mercados, consolidada pela Terceira Revolução Industrial e novas tecnologias. Considera que nesse momento atual em que:

*“Expandem-se aceleradamente os movimentos comercial e financeiro internacionais. E a velha noção de vantagens comparativas cede lugar à de vantagens competitivas, que passam a depender muito mais do conhecimento como fator de produção do que dos recursos naturais ou do baixo custo de mão-de-obra. Eficiência global, competitividade sistêmica, qualidade total, inserção dinâmica no*



programas implementados no Nordeste, até então, foram insustentáveis, resgatando as ações que tiveram sustentabilidade. Essa reunião de pessoas foi orientada para ter a preocupação com o quadro metodológico geral que compreendia três aspectos fundamentais: o primeiro referia-se a possibilidade de “continuidade” das propostas, tendo em vista, que a descontinuidade dos programas teria se apresentado como um dos problemas mais sérios do Nordeste; o segundo, dizia respeito à “sustentabilidade”, ou seja, a trajetória de longo prazo; e o terceiro aspecto, faz alusão à “participação” da comunidade, enfim, à cidadania.

*“Os princípios de visão de longo prazo, participação e parceria da sociedade e descentralização, no contexto de uma economia aberta, integrada ao resto do País e do mundo, tornaram-se necessários para adaptar o planejamento ao contexto dos processos econômicos, sociais e políticos do fim de século”.*

Desse modo, construiu-se uma proposta para cada um dos aspectos abordados nesses grupos de trabalho e montou-se uma estratégia de desenvolvimento sustentável que se denominou – Projeto ÁRIDAS.

O elemento principal da estratégia de desenvolvimento explicitado pelo Projeto ÁRIDAS vai compreender, em primeiro lugar, a grande preocupação com a “sustentabilidade” do desenvolvimento. Argumenta que a idéia de sustentabilidade – recomendada na Conferência Internacional sobre Impactos de Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semi-Áridas (ICID), realizada em Fortaleza com a participação de cientistas, policy makers e representantes da sociedade civil oriundos de 45 países; e na Conferência do Rio, em 1992 – aparece pela primeira vez nos processos de planejamento. Todavia, de acordo com o ARIDAS, esse conceito é nele

trabalhado, num sentido mais amplo, não se restringindo apenas a sua dimensão ecoambiental, mas incluindo a questão econômica, social, político-institucional e tecnológica. Por isso, teria sido *“redefinido como desenvolvimento durável, o que tem capacidade de permanência ao longo do tempo”*.

O segundo elemento seria a idéia de “longo prazo”, que se prende ao tempo durante o qual um governo vigora. *Considera-se “impossível resolver qualquer problema significativo de subdesenvolvimento no período de um governo”*. Essa visão de longo prazo não teria, portanto, o mesmo significado daquela contida nas análises cepalinas, que tinha como objetivo captar o movimento das economias numa perspectiva de longo alcance para analisá-lo, através dos seus altos e baixos, no curso de um período, tratando-se, então, de um instrumento analítico.

O terceiro elemento seria o processo de “descentralização” e “participação da sociedade”, o que exigiria reciclagem do papel do Estado, que passaria a ser agora o catalisador das iniciativas da sociedade. Estariam aí definido os diferentes espaços de ações públicas e privadas.

O ARIDAS parte de que, embora as políticas de desenvolvimento regional, postas em prática desde a década de 50 pela União, tenham reduzido de forma considerável os níveis de pobreza crítica e reduzido as desigualdades espaciais intra-regionais, o Nordeste, entretanto, ainda padeceria de sérias vulnerabilidades de natureza geo-ambientais, econômico-sociais, técnico-científicas e político-institucionais. Essas vulnerabilidades constituiriam obstáculos de vulto ao desenvolvimento sustentável, que no seu conceito ampliado compreenderia essas quatro dimensões.

A vulnerabilidade geo-ambiental refere-se, além do drama da seca do semi-árido, à degradação dos solos, à insuficiência dos recursos hídricos e à ação predatória do homem sobre a flora e a fauna.

A vulnerabilidade econômico-social faz alusão, economicamente, à situação crítica do déficit na balança comercial, à condição das indústrias que não detêm vantagens competitivas e à persistência, no semi-árido, da agricultura tradicional de subsistência e da pecuária extensiva. E, socialmente, menciona a pobreza crítica, que aflige metade da população com altos índices de desemprego e subemprego; as desigualdades interpessoais de renda; e os baixos padrões de saúde, habitação e educação.

No que tange a vulnerabilidade político-institucional considera que os *“avanços recentes no processo de democratização e de organização da sociedade regional são altamente relevantes e prenunciam futuro promissor”*. Mas, ainda encontrar-se-iam práticas clientelistas, deficiências no atendimento das demandas sociais dos serviços públicos por padecerem de recursos humanos desqualificados, falhas organizacionais ou de gestão e problemas financeiros.

Disso decorre que a sustentabilidade, proposta pelo Áridas, como a *“idéia-força”* do desenvolvimento do Nordeste, apoia-se na superação dessas vulnerabilidades, pensada numa perspectiva de longo prazo (1995 – 2020) e fundamentada no consenso da sociedade, que seria logrado mediante a formação de uma nova mentalidade e de uma nova maneira

*“de pensar, agir e fazer. Ele [o consenso] está necessariamente relacionado com a maneira como for conduzida a vida cotidiana. Em especial, vincula-se às complexas interações que a cada dia se estabelecem no campo, mais pragmático, do trabalho, envolvendo*

*tanto relações interpessoais, potencialmente conflituosas, quanto relações, com virtualidades destrutivas, entre o homem que fabrica e sua fábrica maior: a natureza."*

O consenso, de acordo com o Áridas, deve estar, portanto, associado politicamente "a um mais harmonioso relacionamento do homem com a natureza e com seus semelhantes", mas é no consenso "estratégico" que encontrar-se-ia assentada as "bases mais sólidas da própria sustentabilidade do desenvolvimento." Se esse consenso for alcançado estaria superado "um dos principais obstáculos para que venha a percorrer um novo caminho de progresso." E o primeiro passo nessa direção estaria sendo dado quando se divulgasse o Projeto Áridas com suas "propostas inovadoras" de transformação da sociedade nordestina centradas nas "quatro dimensões da sustentabilidade do progresso regional": geoambiental, econômico-social, científico-tecnológica e político-institucional. Cada uma dessas dimensões teria eixos estruturantes que dariam origem a seis Áreas Estratégicas.

A dimensão geoambiental considera a utilização racional e a conservação dos recursos naturais, aliados à proteção do meio ambiente.

A dimensão econômico-social integra, em um só processo, o econômico e o social, visando "conciliar eficiência e equidade". Do lado econômico, tomando-se como alvo o crescimento acelerado com competitividade – mediante a incorporação produtiva dos avanços do conhecimento consubstanciados nas conquistas da Terceira Revolução Científica e Tecnológica, bem como em técnicas de gestão de que resulta novo conceito de eficiência organizacional – e a inserção dinâmica da região às economias nacional e internacional, associada às forças endógenas do crescimento e à expansão do mercado interno. Do lado social, essa harmonia entre "eficiência e

equidade” seria obtida trabalhando-se a favor da expansão *“de mais e melhores empregos” e da elevação, pela capacitação dos recursos humanos, da produtividade da mão-de-obra*”.

A dimensão científico-tecnológica determina o aumento do acervo de conhecimento científico-tecnológico do Nordeste e sua aplicação no aumento de produtividade e competitividade regional, bem como, na utilização racional dos recursos naturais e na preservação do meio ambiente. Defende a integração – a esse segmento – das universidades e de outras entidades de pesquisa da região, que com seus recursos científico-tecnológicos e com seus programas de capacitação de recursos humanos, deverão *“alcançar gradativamente desempenho compatível com reconhecidos padrões de excelência”*.

Na dimensão político-institucional, a proposta explicitada pelo ÁRIDAS é de um *“modelo de gestão descentralizado do desenvolvimento”*, a ser alcançado através da demarcação de decisões e ações das esferas pública e privada com múltiplas parcerias entre a União, os Estados e municípios, e entre o governo, a iniciativa privada e a sociedade organizada. Este modelo, conforme o Áridas, corresponderia às mudanças ocorridas nacionalmente, nos últimos anos, na distribuição do poder na sociedade, em proveito da participação cada vez maior da comunidade (cidadania) e do mercado nos processos de tomada de decisão e controle da estrutura do Estado. Como também, em uma ampliação dos recursos dos Estados e Municípios, em detrimento da União. Ao se alcançar a força e a influência da comunidade e do mercado na sociedade, em detrimento do Estado conferir-se-ia *“às ações de desenvolvimento mais permanência, maior continuidade”*. Ao se responsabilizar

os Estados e Municípios pela decisão e execução da maioria das ações da esfera pública, em detrimento da União, dar-se-ia “à região mais autonomia na condução do desenvolvimento”.

Em relação aos procedimentos metodológicos utilizados pelos estudos que deram feitiço ao Projeto Áridas foram construídos dois cenários – um “*tendencial*” e um “*desejado*” – levando em conta um conjunto de três condicionantes: i) a dinâmica da economia nacional; ii) a reforma e modernização do Estado; iii) e a formulação e execução das políticas regionais. Porém, na concepção dos dois cenários o último condicionante – as políticas regionais – vai representar o elemento diferenciador. No cenário “*tendencial*” considerou-se “a política regional tradicional” (que vem sendo adotada na região desde muito tempo) e no cenário “*desejado*” contemplou-se o “*futuro desejado para a região captado através dos anseios da sociedade nordestina*”.

Para o cenário “*tendencial*” traçou-se o que se considera a trajetória provável do desenvolvimento do Nordeste – adotando-se como ponto de partida as condições do ano de 1994 até a situação futura de 2020 – se se toma a dinâmica da economia nacional e a reforma e modernização do Estado associados à continuidade das políticas regionais tradicionalmente adotadas no Nordeste.

Para a concepção do cenário “*desejado*” levou-se em conta, igualmente ao cenário “*tendencial*”, os dois primeiros condicionantes (o comportamento provável da economia brasileira e a reforma e modernização do Estado), só que, nesse caso, foram associados a uma visão ideal de futuro para o Nordeste, mediante um processo de consulta à sociedade regional, no qual,

teria se captado o *"futuro desejável do nordestino"*.<sup>74</sup> Essa *"imagem do futuro desejável"* foi, posteriormente, confrontada com o cenário *"tendencial"*, que, em decorrência, sofreu alterações em sua linha de evolução, que passou a ser norteada rumo a uma *"trajetória de longo prazo orientada na direção das aspirações captadas na sociedade"*.

Desse modo, da comparação entre o cenário *"tendencial"* e o cenário *"desejado"*, elaborou-se a proposta, que corresponderia ao caminho *"desejável pelos nordestinos"*, coincidentemente em perfeita simetria às grandes transformações que estavam tendo lugar no mundo: a chamada estratégia de desenvolvimento sustentável.

Todavia, o Projeto ÁRIDO<sup>AS</sup> ao procurar utilizar-se de análise prospectiva como instrumento de planejamento estratégico, vale-se de pressupostos apologéticos, em relação às duas primeiras condicionantes – ao provável comportamento da economia brasileira e a reforma e modernização do Estado – que revelam nada mais do que um plano de adaptação à internacionalização neoliberal, tal é a trama que se segue:

Em relação a primeira condicionante, o ARIDAS pressupõe a retomada de crescimento do país em ritmo mais elevado, "com seu PIB evoluindo a 6% ao ano no período, 1994-2000, a 6,3% em 2000-2010, e a 6% em 2010- 2020." Para inferir esse provável sucesso nos resultados levou-se em conta i) *"o êxito do programa de estabilização representado pelo Plano Real"*; ii) *"os avanços na modernização da base produtiva nacional e dos novos métodos de gestão empresarial assegurando crescente competitividade à economia"*; iii) e *"a ampla*

<sup>74</sup> Essas consultas, de acordo com o Projeto Áridas, envolveram a realização de vários workshops e seminários temáticos "com atores sociais representativos dos diversos segmentos da sociedade, em praticamente todos os Estados. Além disso, foi realizado consultas através de questionários a personalidades regionais.

*inserção do país na economia internacional (...) acompanhada de liberalização do comércio e dos fluxos financeiros com o exterior."*

Em relação à segunda condicionante, o ÁRIDAS parte do pressuposto de que com a reforma e modernização do Estado verificar-se-ia o equilíbrio das contas públicas e uma nova postura da União – caracterizada “na descentralização executiva de seus encargos para os Estados e municípios e na privatização das atividades produtivas exercidas pelo Estado, bem como de parcela da infra-estrutura (transportes, energia, comunicações)” – que deverão resultar no crescimento sustentado com estabilização e competitividade; nos investimentos em recursos humanos, educação, infra-estrutura e em ciência e tecnologia; e na redução dos desequilíbrios inter-regionais e interpessoais de renda.

A hipótese do ARIDAS é que esses pressupostos, ajustados a uma política regional tradicionalista, levariam o Nordeste, em sua trajetória de desenvolvimento, a perder cada vez mais sua dinâmica em favor do Sudeste e do Sul do país, em consequência da competição que o Nordeste teria que enfrentar nos mercados nacional e regional resultante da liberalização comercial e da reestruturação produtiva nessas duas regiões. De acordo com esse cenário “*tendencial*”, o Nordeste continuaria convivendo com as vulnerabilidades geoambientais, econômico-sociais, técnico-científicas e político-institucionais, que teriam marcado sua trajetória de desenvolvimento durante todos esses anos. E essas vulnerabilidades tenderiam a conduzir a região a um cenário de insustentabilidade, capaz de por em risco o seu crescimento e sua paz social.



Ao passo que o futuro “desejado” para região, captado através das “aspirações da sociedade do Nordeste”, estaria comprometido com a sustentabilidade. Essa imagem do futuro apontaria para

*“uma economia integrada a nacional, dinâmica economicamente porque competitiva, com elevado nível de qualidade de vida, compartilhado por todos. Idealiza também uma sociedade aberta, livre, justa e democrática, ecoambientalmente equilibrada.”*

Todavia,

*“Esses anseios da sociedade do Nordeste muito provavelmente não poderão ser inteiramente realizados no horizonte dos próximos 25 anos”.*

Por conseguinte, o ÁRIDAS tenta mostrar que a imagem do cenário por ele apresentado, e que representaria os “anseios da sociedade do Nordeste”, poderá, “em futuro mais longínquo” perder sua condição de simples representação mental, adquirindo uma existência real.

Evidentemente, “os intelectuais institucionais” que conceberam essa nova estratégia de desenvolvimento regional não podem acreditar em uma só de suas palavras, porque a retórica usada pelo Áridas não reflete a realidade objetiva, mas àquela partilhada por todos aqueles que decidiram transformar a internacionalização neoliberal no seu “horizonte intransponível” tornando-se porta-vozes dessa nova versão de dominação do capital financeiro.

Em primeiro lugar, a estratégia de longo prazo definindo um horizonte de 25 anos para que os anseios da sociedade sejam finalmente realizados serve – como em qualquer construção ideológica, que se vale de um dado modelo futurível – de objeto de atração para o desejo. Como o caminho que conduz a esse futuro imaginário jamais completará seu trânsito, adia-se – em nome

desse caminho – a promessa de sua realização para os próximos 25 anos. Excluem, desse modo o debate, entrando numa linha de argumentação cada vez mais defensiva, apresentando esse caminho – a rota neoliberal – como inevitável e não como uma opção que precisa ser defendida. E mais ainda, tenta-se passar uma imagem de “*continuidade*” numa época em que se torna cada vez mais difícil manter qualquer sentido de permanência ou conservação. E nesse domínio o “simulacro” vai desempenhar um papel significativo. Fabricam-se imagens de “*sustentabilidade*”, “*continuidade*”, “*participação*” e “*cidadania*” – modelos portadores de conteúdos profundamente enraizados nos desejos humanos – para se vender à população o sistema de exploração econômica tipicamente de mercado (no Áridas, o conceito de “*sustentabilidade*” encontra-se associado a competitividade, produtividade, eficiência, privatização e descentralização econômica e política). A concorrência aparece como uma coisa favorável ao progresso, como se os homens precisassem ser instigados pela competitividade para não caírem na acomodação e no atraso. Adotar esse ponto de vista sobre a competição é pura abstração. É claro que faz parte do devenir humano sentir necessidades e buscar satisfazê-las, enquanto outras necessidades vão surgindo, e novas buscas por satisfazê-las se sucedem em um processo infinito. Todavia, a concorrência não é esse sentimento comum, essa necessidade da alma humana que incita o homem a igualar ou superar outrem. Muito pelo contrário, o verdadeiro caráter da concorrência é a febre de obter lucros, mesmo sem produzir (especulação), não sendo de forma alguma um atributo natural do homem, mas algo historicamente explicável. Mas esses palavreados sem sentido lógico vão servir de invólucro, embalagem, que

envolve esteticamente qualquer mercadoria, cuja função é seduzir o potencial comprador.

Do mesmo modo, em relação aos pressupostos que vão servir de condição prévia para o pleno sucesso do Projeto ÁRIDAS nos próximos 25 anos. Esses condicionantes vão se basear em duas hipóteses: i) a retomada do ritmo de crescimento do país com seu PIB evoluindo a 6% ao ano até 2020 ii) e o equilíbrio das contas públicas. Essa afirmação categórica vai fundamentar-se na excitada convicção do êxito do programa de estabilização representado pelo Plano Real; do aumento da competitividade com a incorporação produtiva dos conhecimentos conquistados pela Terceira Revolução Tecnológica; da ampla inserção do país na economia internacional; e do equilíbrio das contas públicas. Assim, o Projeto ÁRIDAS, argumentando a partir dos interesses do atual modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, assegura trazer consigo as sementes de todo o progresso humano.

Sem querer fixar a análise no malogro dessas previsões, totalmente perceptível – pois o que se verifica, na nova realidade, nas proximidades do ano 2000, é uma perspectiva de substancial recessão econômica, escalada nos índices de desemprego e intensificação de todas as catástrofes que vem ocorrendo há dois anos – mas, nos seus pressupostos, vale salientar que os autores do ÁRIDAS esqueceram que a análise econômica não é um exercício de adivinhações. A famosa globalização, por exemplo, tão celebrada pelo Projeto, não expressa, como ele tenta apresentar, uma fase de união e exploração em comum do universo pelo capital, unido em escala mundial, rumo a “eficiência global”. Esta visão sobre a globalização a define como “globalização da concorrência”, produto da abertura das fronteiras do

intercâmbio de bens e serviços e dos fluxos de capitais, que havia colocado os agentes econômicos em condições de igualdade para concorrer e, nesse caso, o grande vencedor seria o consumidor.<sup>75</sup> Esta maneira de definir a internacionalização do capital financeiro de “globalização” está imbuída de cunho ideológico, constituindo-se, como analisa François Chesnais, no verdadeiro slogan das organizações econômicas internacionais, que a apresenta como um processo inevitável, frente ao qual, *“a sociedade mundial contemporânea em seus diversos componentes – os países e, dentre esses, as classes sociais – não teria opção a não ser se se adapta”*.<sup>76</sup> O interessante é que a Tânia Bacelar adota as idéias desse autor – como já foi visto anteriormente – acolhendo de maneira afirmativa o que ele contesta. Isto vai ter grandes conseqüências para a natureza da comunicação, para o significado e o conteúdo da mensagem.<sup>77</sup>

Ao contrário, a famosa globalização significa uma crise de super acumulação que se transformou na força motriz da internacionalização do capital financeiro. Uma grande parcela do capital, não conseguindo mais ser investida produtivamente nas condições da rentabilidade esperada, é cada vez mais canalizada para as atividades especulativas. Os capitais são atraídos da produção para a esfera da valorização financeira criando uma desproporção entre o tamanho da acumulação aí realizada e o tamanho da base produtiva real. É nesse contexto – surgimento de capacidade de produção excedente em

<sup>75</sup> CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. Economia e Sociedade: Campinas: UNICAMP, nº 5, dez. 1995

<sup>76</sup> Ibid.

<sup>77</sup> Harvey identifica esta forma de pensar e ler textos originária do “destrucionismo” (Derrida) como uma reação ao pensamento modernista que pressupõe uma relação rígida entre o significado (conteúdo da mensagem) e o significante (o modo de dizer). De acordo com essa visão “destrucionista” o que quer que se escreva poderá levar a direções, sentidos que provavelmente não representavam as intenções de quem escreveu. Isso significa que, para os destrucionistas o texto adquire vida própria e ninguém é dono dele. Para Harvey o que ocorre “é uma minimização da autoridade do produtor cultural. Quebra o poder do autor de impor significados ou de oferecer uma narrativa contínua. Quebra a continuidade do discurso e leva a uma dupla leitura fragmentada”. Op. Cit.

número crescente de setores industriais importantes e o caráter cada vez mais especulativo da acumulação – que o mercado mundial transforma-se em um centro extraterritorial de depósito para os capitais ociosos, como analisa Mandel.<sup>78</sup> A produção é mais e mais organizada em escala internacional impondo a necessidade de manter abertas as fronteiras tanto ao fluxo de capitais dinheiro como ao fluxo de mercadorias. “A economia aberta ao dinheiro e aos proprietários de dinheiro ao dinheiro que transforma-se em capital”, torna-se uma tendência que emerge.<sup>79</sup> Mas,

*“preservar abertas as fronteiras ao fluxo e refluxo de capitais-dinheiro, de acordo com a lógica própria do capital (...) não é possível exceto se todos se submetessem a certas ‘regras do jogo’, objetivas, que permite justamente à lei do valor – isto é, à lógica do capital – arbitrar estes conflitos e ‘resolver essas crises.’<sup>80</sup>*

Desse modo, o sistema de regulamentação econômica do pós-guerra, baseado no controle político das relações econômicas através de organismos dos Estados nacionais é minado pela própria expansão econômica. A mobilidade do capital elimina finalmente o controle que as autoridades monetária-nacionais poderiam exercer sobre suas economias.

Por conseguinte, considerar a “globalização”, isto é, a internacionalização do capital financeiro, como expressão das contradições econômicas mundiais não representa uma hipótese abstrata, ao contrário, é uma hipótese importante para entender o momento atual. Por exemplo, a política de desregulamentação das economias nacionais, acabando com as determinações governamentais, que criam dificuldades à plena mobilidade dos

<sup>78</sup> MANDEL, Ernest. A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1990.

<sup>79</sup> Ibid.

<sup>80</sup> Ibid.

capitais, não cria mais investimentos, mais empregos, mais crescimento econômico e modernização tecnológica. Ao contrário, ajusta, cada vez mais, a economia desses países à absorção de capitais, só que desta vez, sem condições de dirigir a maior parte desses capitais para os investimentos produtivos, como ocorreu no pós-guerra, época em que o processo histórico de industrialização expandia-se por todo mundo. Atualmente, esses ajustes, determinados por fatores externos, sobre os quais, não se tem controle, impossibilitam a adoção de qualquer projeto de longo prazo para o país. Esse tipo de análise leva a outras conclusões, como por exemplo, que o êxito no controle da inflação, nesses últimos anos, não se tornou possível devido, a iniciativas locais na elaboração de um novo plano econômico: o Real. Mas, que é produto de uma mudança nas condições do sistema financeiro internacional, que ingressou numa nova fase de liquidez abundante e de busca de mercados não saturados. Nesse sentido, o Real pertence, nada mais do que, a uma família de planos preparada em novas condições e aplicada sucessivamente em muitos países com patrocínio explícito de instituições internacionais. Nela o controle da inflação é norma.<sup>81</sup>

Na verdade, garantir um “futuro promissor” para o Brasil e especificamente para a Região não passa de um devaneio, a não ser, que a verdadeira função do Projeto ARIDAS seja vender uma imagem de “sustentabilidade” numa sociedade “do descarte”, em que as pessoas são cada vez mais forçadas a lidar com a instabilidade, instantaneidade e descartabilidade. Exatamente por isso torna-se extremamente difícil qualquer planejamento de “longo prazo”, firmado numa proposta de “sustentabilidade”.

---

<sup>81</sup> BENJAMIN, César...[et. al.] A opção brasileira. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

Mas, quando o objetivo volta-se, cada vez mais, para a manipulação dos desejos, a imagem não precisa ter relação com o conteúdo do produto a ser vendido. Nesse caso, o que se torna de suma importância é o convencimento coletivo, o consenso em torno das "*propostas inovadoras*" de transformação da sociedade nordestina. E de acordo com esse Programa, é na crença consensual em torno dessas "*propostas inovadoras*" – da idéia de que o mercado, a competição, a eficiência técnica e a descentralização econômica e política estariam a caminho de resolver gradualmente (no decurso dos próximos 25 anos) os problemas econômicos e sociais do nordeste – que encontrar-se-ia assentada as "*bases mais sólidas da própria sustentabilidade do desenvolvimento*". Com esse consenso alcançado estaria superado "*um dos principais obstáculos para que [o nordeste] venha a percorrer um novo caminho de progresso*".

Observa-se que, quando faia em consenso, o ÁRIDAS estabelece a primazia da linguagem sobre a existência. A linguagem em si parece ter valores explicativos, superiores a realidade, porque não existe nenhuma evidência de que os antagonismos sociais estejam extintos, muito pelo contrário, eles se aprofundam cada vez mais nessa fase atual de desemprego, miséria e concentração de riqueza. Assim, os "intelectuais institucionais", que elaboraram o Projeto ÁRIDAS, dissimulam os antagonismos existentes numa sociedade dividida entre exploradores e explorados, repetindo o receituário da moda, mesmo que não reproduza os atributos essenciais daquilo que tentam explicar.

Em relação à “*descentralização e participação da sociedade*” – elemento que se baseia numa reciclagem do papel do Estado, que passaria a ser o catalisador das iniciativas da sociedade – observa-se que essa questão da “descentralização” ou da “gestão participativa” representa a ordem do dia no mundo político-administrativo, principalmente nessa última década. Defende-se uma nova visão do Estado, dos seus papéis e suas relações com a sociedade, pressupondo, assim, um novo modelo de “gestão integrada”. Essa gestão integradora parte do princípio de que, nos regimes democráticos, deve ser dado à sociedade o direito de participar das decisões, acompanhamento e controle dos programas e projetos de desenvolvimento. Nesse sentido, ao conceito de “descentralização” político-administrativa identifica-se o conceito de “participação”, “democracia” e “cidadania”. A descentralização seria um instrumento democrático, na medida em que, ampliaria as instâncias de negociação e, conseqüentemente, de conciliação.

No ARIDAS, por exemplo, o conceito de “descentralização” está envolvido com democratização das instituições e “*ampla participação da sociedade em seus processos decisórios e na gestão das estratégias, programas e projetos de desenvolvimento*”. Também é entendido como processo de distribuição de poder no nível de espaço (União, Estados e municípios), tanto no plano da divisão de trabalho entre essas três esferas do governo, como dos meios para exercer o poder. Posto de outra forma, a “descentralização” é apresentada como forma de redefinir as responsabilidades públicas entre a União, Estado e municípios, promovendo maior flexibilidade de



ação dos processos decisórios, "de forma mais eficaz, eficiente e efetiva, pelas instâncias mais próximas da realidade do cidadão".<sup>82</sup>

Por conseguinte, a utilização desse conceito de "descentralização" encontra-se vinculado ao fortalecimento da esfera "local", em oposição à tendência inversa de centralização do Estado. Faz supor que na redistribuição de poder residiria o surgimento de novas autonomias, principalmente a autonomia municipal, com uma diminuição dos órgãos centrais do Estado que passariam a possuir apenas o poder indispensável para desenvolver suas próprias atividades.

Todavia, na prática, essa redistribuição atua apenas no plano físico territorial sem haver deslocamento de poder, como se procura mostrar, analisa Stein. Segundo a autora esta diferença entre o que se defende e o que se pratica "consiste numa articulação consciente, como meio para atingir fins precisos e manifestos".<sup>83</sup> Ela diz concordar com a interpretação que considera a "descentralização" um "meio", "método" ou "tática" para conseguir determinados fins. E chama atenção para o contexto histórico em que a descentralização adquire maior relevância, no final dos anos 70 e início dos anos 80, momento de crise econômica mundial e de ascendência político-ideológica da "Nova Direita".<sup>84</sup> Stein procura identificar o contexto social em que essas reformas institucionais – orientadas para a "descentralização" do Estado e reorganização das estruturas locais e regionais dos processos econômicos, socio-políticos e administrativos – foram desenvolvidas. Segundo a autora, essas reformas surgem nos anos 70, em muitos países da Europa,

<sup>82</sup> PROJETO ÁRDIS, Op. cit.

<sup>83</sup> STEIN, Rosa Helena. A descentralização como instrumento de ação política e sua controvérsias: revisão teórico-conceitual. In Serviço social & sociedade. São Paulo: Cortez, Ano XVIII, nº 54, Julho de 1997.

<sup>84</sup> Ibid.

como instrumento de contratendência à crise do Estado de Bem-Estar, período marcado pela readequação do uso capitalista do território e, ao mesmo tempo, tumultuado por conflitos, reivindicações e lutas por parte de vários segmentos da sociedade. Na América Latina, da mesma forma, a “descentralização” do Estado teria se apresentado, no final da década de 70, como resposta às crises, tanto de legitimidade política, quanto econômica, ainda em vigor.

A “descentralização” político-administrativa, por conseguinte, teria se constituído em um forte instrumento de liberação da rigidez do poder político do “pacto fordista”, que parecia cada vez mais solapar em vez de garantir o capital em sua nova escalada de acumulação. Todavia, foi como objeto de legitimação política, na condição de situação indispensável para a democracia e participação popular, em oposição à centralização e autoritarismo – pensamento que passa a ser defendido por setores tanto da direita como da esquerda – que ela teria se estabelecido como consenso na América Latina.

Não é à-toa, que o conceito de “descentralização” caminhe ao lado das estratégias de redução dos gastos públicos, juntamente com a política do “Estado mínimo”, na qual o mercado aparece como o mais eficiente mecanismo de alocação de recurso. Argumenta-se, assim, sobre a escassez de recursos do Estado para justificar modelos que dão prioridade ao crescimento econômico em prejuízo das políticas públicas. Contraditoriamente ao que se defende, estas medidas são as que mais tem afetado às políticas sociais e, por conseguinte, aos setores miseráveis, eliminando cada vez mais sua capacidade de negociação.

Nesse sentido, a estratégia de “descentralização” político-administrativa representa um instrumento político utilizado para neutralizar os conflitos sociais, desconcentrando-os de forma a empurrar as regiões a procurar suas próprias saídas. As forças locais passam a buscar soluções para seus próprios problemas e a assumir a responsabilidade sobre o seu próprio destino. A questão social deixa de ser considerada um campo, que legitimamente reclama e merece a intervenção da ação estatal, e as críticas passam a centrarem-se, agora, no plano ambiental. A luta pelo poder político e até mesmo pela eliminação da injustiça social, deixa de existir e o assunto relevante reduz-se “em saber se a humanidade conseguirá assegurar as condições de sua sobrevivência em um mundo que ela própria transformou (...)”.<sup>85</sup>

Stein, no final, considera que existem duas posturas sobre a “descentralização” do Estado: aquela apresentada pelas forças hegemônicas neoliberais que parte do postulado de que o mercado é o melhor coordenador das atividades econômicas e das necessidades dos indivíduos – em oposição ao princípio que defende a planificação das atividades econômicas pelo Estado – e a corrente “comunitária”, que apresenta propostas que *envolvem “paritariamente Estado e sociedade”*. Na primeira corrente, considera-se que qualquer interferência no livre jogo das forças do mercado traria efeitos negativos sobre o bem-estar e a liberdade dos indivíduos. A “descentralização” representaria, nesse caso, uma estratégia para subtrair os gastos do Estado, servindo-se da supressão das responsabilidades da esfera pública com a garantia do bem estar social. A segunda versão sobre a “descentralização”, por sua vez, também defenderia uma reforma do Estado de Bem-Estar do pós-

<sup>85</sup> MÉSZÁROS, István. A necessidade do controle social. São Paulo: Ensaio, 1987 (Cadernos ensaio. Pequeno formato: 2)

guerra, porém sem desobrigá-lo de suas funções sociais. Essa corrente reivindica *“políticas sociais mais localizadas, não hierarquizadas e desburocratizadas”*.<sup>86</sup>

Para a autora a grande questão da “descentralização” estaria localizada *“em como o poder é utilizado”*, porquanto, a “descentralização” tanto poderia não eliminar a centralização do poder, como o deslocamento do poder poderia continuar incentivando sistemas clientelistas. Do mesmo modo, os locais menos desenvolvidos poderiam ficar prejudicados e dependentes do poder central, o que intensificaria as desigualdades regionais. Todavia, analisa a autora, os acontecimentos seriam diferentes, caso a “descentralização” representasse uma maior articulação do Estado com a sociedade civil, por meio de organizações comunitárias e sindicatos, desde que, no nível local as instituições fossem representativas e a participação da comunidade fosse uma realidade. Caso contrário, o que se conseguiria seria apenas uma simples transferência das responsabilidades do Estado para a sociedade civil.

Stein, enfim, diz concordar com o processo de descentralização defendida pela corrente “comunitária”, que pressupõe a existência da “democracia”, da “autonomia” e da “participação”, pois estas categorias são entendidas pela autora

*“como medidas políticas que passam pela redefinição das relações de poder que implica a existência de um pluralismo, entendido como a ação compartilhada do Estado, do mercado e da sociedade na provisão de bens e serviços que atendam as necessidades humanas*

<sup>86</sup> STEIN, Rosa Helena. Op. cit.

*básicas, onde o papel do Estado não seja minimizado em seu dever de garantir os direitos do cidadão.*<sup>87</sup>

Na opinião da autora, parece que as relações de poder no sistema capitalista resultam de simples deliberações políticas. Seria suficiente decretar palavras mágicas, tais como, “*democracia*”, “*autonomia*” e “*participação*”, sem colocar em discussão as bases que sustentam os poderes existentes, para resolver “*como o poder será utilizado*”.

É interessante como igualmente ao passado, com o GTDN, os paradigmas dessas propostas sejam estruturados tomando como princípio a suposição de que é possível no sistema capitalista a existência de um Estado capaz de cumprir naturalmente o papel de realizar, ou deixar que realizem, propostas evidentemente vantajosas para a sociedade como um todo. Para eles, seria suficiente traçar novos caminhos, agora mais factíveis, como resposta às estratégias inoperantes do passado, como propõe o ARIDAS. Essa forma de considerar o problema apoia-se em uma posição de corte voluntarista, como analisa Mattos, porquanto deixa de lado a imprescindível natureza e função do Estado na sociedade capitalista, limitando-se, apenas, a determinar o que o Estado deve ou não deve fazer para a melhor condução das estratégias de desenvolvimento.<sup>88</sup>

*“Em geral, se tem a impressão de que os distintos autores envolvidos tendem a aceitar o suposto de que, dadas as evidentes vantagens que eles encontram nas novas propostas em relação aos caminhos*

<sup>87</sup> Ibid.

<sup>88</sup> MATTOS, Carlos A. Op. cit.

*utilizados anteriormente, não deveriam encontrar-se maiores obstáculos para que o Estado adotasse o caminho indicado”.*<sup>89</sup>

Desse modo, o Estado aparece como representante dos interesses de toda a sociedade, como uma instituição encarregada do bem comum e árbitro dos conflitos sociais ou, mesmo, como um servidor de todos os indivíduos organizados. Esse tipo de argumento extingue o caráter essencialmente classista do Estado, (des)conhecendo ou (des)considerando a essencialidade que a dominação de classe assume na sociedade do capital. Katz mostra como esse tipo de pressuposto é usado como justificativa para a atual política de derrubada das lutas coletivas e das conquistas sociais.<sup>90</sup> De acordo com essa lógica existiria uma “*politização do social*” e [um] “*descentramento da política*”, que ensejariam uma pluralidade de sujeitos sociais’ com igual capacidade de protagonizar os processos de transformação social, observa Evangelista.<sup>91</sup>

Tonet, por sua vez, fala sobre os limites do “intelecto político”, referindo-se a um artigo pouco conhecido, de Marx, “Glosas Críticas”, no qual, Marx teria mostrado que o “intelecto político” é incapaz de identificar as raízes dos males sociais. E a origem desta incapacidade estaria na sua própria natureza, ou seja, no fato de pensar dentro dos limites da política. Segundo Tonet, Marx teria acrescentado:

*“O princípio da política é a vontade. Quanto mais unilateral, isto é, quanto mais perfeito é o intelecto político, tanto mais ele crê na onipotência da vontade e tanto mais é cego frente aos limites naturais e espirituais da vontade e, conseqüentemente, tanto mais incapaz de descobrir a fonte dos males sociais”.*<sup>92</sup>

<sup>89</sup> Ibid.

<sup>90</sup> KATZ, Claudio. Op. cit.

<sup>91</sup> EVANGELISTA, João E. Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno. São Paulo: Cortez, 1992. (Questões da nossa época: 7)

<sup>92</sup> TONET, Ivo. Democracia ou liberdade? Maceió: EDUFAL, 1997.

A crítica de Marx ao “intelecto político” refere-se à ciência social burguesa em seu conjunto, mas *“pode ser estendida à ciência social burguesa até hoje”*, como analisa Tonet. O equívoco metodológico estaria em tomar a esfera política, que representa momento de uma totalidade, como princípio explicativo para a compreensão dos fenômenos sociais. Isso permite diferentes tipos de mistificação ideológica, como esse sugerido pela estratégia de “descentralização política”, que baseia-se na crença de que é possível realizar uma maior articulação do Estado com a sociedade civil, ignorando que o Estado não é o resultado de um pacto social, ao contrário, existe uma separação entre a sociedade e o Estado, que tem sua raiz

*“na propriedade privada, no antagonismo das classes sociais e no conseqüente desenvolvimento de um aparelho especial de dominação que vai confirmar na esfera pública os privilégios materiais existentes na esfera privada.”<sup>93</sup>*

Quanto mais o Estado se converte em um instrumento de poder dos grandes capitalistas, analisa Katz, mais autônomo ele se torna em relação ao conjunto da sociedade.

Paulo Netto, por sua vez, observa que na era monopolista o Estado teria se transformado no vetor da política econômica, para o uso e serventia do monopólio, tomando para si, desde então, a responsabilidade de garantir as condições necessárias à reprodução ampliada do capital. Entretanto, para exercer o jogo econômico da burguesia precisaria legitimar-se politicamente perante as classes subalternas, elemento indispensável para se obter uma aceitação serena das regras do jogo estabelecidas pelos monopólios. Se não

---

<sup>93</sup> KATZ, Claudio. Op. cit.

se tomam esses princípios básicos como ponto de partida não se pode compreender a essência do Estado burguês, continuando-se a procurar as causas para as seqüelas sociais deixadas por cada plano de desenvolvimento, nas ocorrências externas e contingências, ignorando a lógica inerente do sistema que as gerou. Desse modo, o sistema continua livremente a funcionar com a causa de sua disfunção situada na "culpa" do sujeito responsável.<sup>94</sup>

Assim, o caráter do Estado na era monopolista é custodiar e garantir as condições necessárias à reprodução ampliada do capital e para exercer o jogo econômico da burguesia monopolista precisa legitimar-se politicamente perante as classes subalternas. Com base nessa concepção, o Estado tem necessariamente que aparecer como social, como uma instituição servidora desinteressada de todos os indivíduos, a fim de dilatar a sua base de sustentação. E se, no pós-guerra, no período desenvolvimentista, o fez institucionalizando os direitos e garantias cívicas e sociais mediante suas políticas sociais públicas, hoje se vale de suas políticas de "descentralização" ou "planificação participativa", apresentadas, agora, como uma responsabilidade compartilhada por vários "atores sociais": o Estado, a comunidade e o mercado.

<sup>94</sup> ZIZEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In Um Mapa da Ideologia. AIXORNO, Theodor...[et. al.], organização. Slavoj Zizek. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.



## CONCLUSÃO

A tarefa imediata desse trabalho foi, portanto, esboçar uma interpretação sobre a “racionalidade” das conceituações, que dominou a estrutura do conjunto do pensamento sobre a “questão regional” no período “estatal desenvolvimentista” – quando se sustentou controvérsias sobre a eficácia da ação planificadora do Estado no controle dos desequilíbrios e das desigualdades sociais e regionais, advindas do sistema de mercado – e no momento atual, marcado pelo domínio do “liberalismo de mercado”, no qual, responsabiliza-se cada indivíduo e cada lugar pela continuidade de suas seqüelas.

Não satisfazia por termo à discussão, respondendo simplesmente, que as interpretações haviam se renovado, adaptando-se a novos contextos históricos, porquanto estava exatamente aí o ponto fulcral do debate.

Essa explicação não respondia, por exemplo, porque determinado discurso passa a definir, em uma determinada época, o padrão do debate e os parâmetros para a crítica intelectual, política e cultural. Também não respondia onde estava o limite dessa consensualidade, em torno de um sistema de idéias e das conseqüências práticas nele contidas.

Como, por exemplo, porque em uma outra época, ainda recente, as análises sobre desenvolvimento giraram em torno da "vulnerabilidade externa", como componente histórico da situação de subdesenvolvimento, enquanto, hoje, abraça-se o conceito de "globalização", apresentando-o como uma fase de superação pelo capital da contradição entre a economia mundial e as economias nacionais, ou como um processo inevitável, frente ao qual, não se teria opção a não ser adaptar-se.

Por conseguinte, já não se tratava mais de desmascarar, opor-se ou transcender as desigualdades sociais, regionais ou internacionais, mas, como diz Harvey, *"espojar-se nas fragmentárias e caóticas correntes da mudança"*

Ficou claro, que o desaparecimento de determinados conceitos e a legitimidade de outros se ligam às dificuldades encontradas pelo sistema capitalista na sua busca incessante de superlucros em cada período de sua história. No período que se denominou de "Revolução Keynesiana", por exemplo, as transformações sociais que ocorriam na época – o choque traumático da Grande Depressão e a causa socialista ganhando cada vez mais adeptos no mundo – incapacitam o domínio da burguesia na organização da sociedade em conformidade com seus interesses, levando-a a redefinir estrategicamente um projeto "alternativo e concorrente", conciliando "conservantismo" e "reformismo", que vai representar o "máximo de consciência possível das classes".

Surge, assim, um novo estilo de filosofia positivista, que viria a ter posição central no pensamento social pós-segunda guerra, passando a circunscrever os modos alternativos de conceituação de todos os problemas mais importantes da época, inclusive da problemática regional. A crença no progresso e no planejamento racional sob condições padronizadas de conhecimento e de

produção se estabelece com todo vigor. Com as forças sociais controladas, o poder do Estado capitalista torna-se relativamente estável, organizado e seguro ao longo do modelo fordista-keynesiano, mostrando que era possível inventar mitos com poderes de controlar as lutas de classe. Na América Latina esse mito vai se chamar o estatal-desenvolvimentismo, cujo receituário vai influir fortemente na maneira de visualizar a problemática regional. A ausência de "integração", considerada como um obstáculo à transmissão dos impulsos do desenvolvimento através do espaço, transforma-se no eixo da ação planificadora do Estado.

Desse modo, evidenciou-se que as preocupações com as desigualdades regionais e sociais, que integraram as concepções sobre o desenvolvimento regional, em um determinado período histórico, expressaram a reação burguesa às tendências objetivas e subjetivas que se delinearam na época. Esses conceitos e orientações metodológicas desempenharam um papel importante, nesse período, atuando no sentido de oferecer argumentos científicos para as estratégias políticas estatal-desenvolvimentistas, legitimando, assim, a ordem estabelecida, ao mesmo tempo em que negavam a necessidade de construção de uma nova ordem. Ou seja, eram compatíveis com as estratégias ideológicas das classes dominantes, razão pela qual, foram aclamados pelos meios culturais como critério legítimo de avaliação e como exemplo de objetividade científica. Todavia, o tipo de racionalidade, que perpassou nesse pensamento mesmo encerrando um potencial legitimador da ordem burguesa monopolista na sua fase tardia – por isso idealizada (fetichizada) – foi construído no confronto de força entre as classes, representando "o máximo de consciência possível" das classes em presença.

Nesse sentido, quando as estratégias keynesianas encontraram seus limites, como mecanismos para atender às necessidades do capital (considerado por alguns como limites teóricos), quando as tendências contraditórias do sistema capitalista – o descompasso entre produção e realização da mais-valia, que leva à crise de superprodução e superacumulação – não conseguiram mais serem contidas, mediante a intervenção estatal (instância onde se inserem as políticas públicas), assiste-se a uma nova etapa do capital, cuja resposta à queda na taxa de lucro (crise) vai ser dada por meio da reestruturação da produção e do mercado. Aqui, é importante chamar atenção para o fato de que a derrocada do socialismo real contribuiu para dar fôlego ao sistema capitalista, não só sob o ponto de vista da abertura de novos mercados, mas pela própria ausência de um modelo alternativo concorrente ao capital, o que vai contribuir para legitimar a retórica do mercado em oposição ao planejamento.

Surge, assim, uma nova forma de subordinação do trabalho ao capital para fazer frente à crise que rompeu nos anos 70 e 80 e às lutas cotidianas do trabalho contra o capital, só que agora sem o receio de uma expansão da alternativa soviética no “imaginário” dos trabalhadores.

Nesse sentido, as condições de domínio do capital sobre o trabalho liberam-se de qualquer compromisso com o social, eliminando um dos principais obstáculos à continuidade do capital. A idéia de liberdade de mercado vai ser lavada a extremos e o pacto fordista-keynesiano, que representou o elemento vital para a sobrevivência do capital no pós-guerra, passa a ser agora considerado o responsável pela crise, ao mesmo tempo em que a idéia de intervenção do Estado e de planejamento passam a ser associadas à idéia de prejuízo à liberdade individual, e a noção de “igualdade” é deplorada por corrigir

os mecanismos de mercado e intervir em outros tipos de valores e prioridades. Deslegitima-se, desse modo, a ideologia do Estado assistencialista, naturalizando-se o mercado e as desigualdades, e dá-se relevo às estratégias "privadas" de legitimação política, nas quais, responsabiliza-se cada indivíduo e cada lugar pela continuidade de suas seqüelas.

A problemática regional passa, então, a ser concebida construindo-se teorias coerentes com essa nova realidade. A "descentralização", por exemplo, converte-se numa exigência do desenvolvimento substituindo a "integração", que marcou o período das políticas estatal-desenvolvimentistas. Não se trata mais de eliminar as formas consideradas atrasadas, tradicionalistas de produção, em várias áreas do país, a fim de vencer as barreiras, que se erguiam em direção oposta à integração nacional, concebidas como obstáculo ao progresso humano – tema que moveu as grandes discussões da época – mas, ao contrário, essas estruturas complementam, agora, a tendência do capitalismo em sua fase "global", razão pela qual, passa a existir uma grande sensibilidade às "diferenças" e às "desigualdades" e tolerância ao "incomensurável", ao mesmo tempo que dissemina-se a consciência ecológica.

Cabe, então, inferir desse raciocínio o grande peso, que teve a Revolução Soviética e a sua desintegração, nas formas de "contestação burguesa" para a saída das crises, que se instalaram em cada época, interferindo na formação da "estrutura do sentimento", ou seja, no processo vivido de dominação política burguesa. Realmente, sem a ameaça do socialismo real e eliminada a existência de uma possível alternativa ao capitalismo, cai por terra um certo papel civilizatório do capital. Os métodos de legitimação burguesa, usados no período do pós-guerra, para integrar o operário na sociedade capitalista tardia como

consumidor, aliado social, cidadão, etc., a fim de garantir a dinâmica de valorização do capital monopolista, não vão mais se basear na ampliação das fronteiras da proteção social, mediante as políticas públicas, mas em estratégias privadas, segundo as quais, as políticas sociais devem ser acessadas via mercado. Trata-se das políticas de "descentralização" ou "planificação participativa", apresentadas como uma responsabilidade compartilhada por vários "atores sociais" (empresários, entidades financeiras, centros de consultorias e investigação científica, trabalhadores, organizações não governamentais, etc.), enquanto o Estado aparece como representante dos interesses de toda a sociedade. Esses argumentos mistificadores, eliminando a essencialidade que a dominação de classe assume na sociedade capitalista, vão ser de grande valia como justificativas para as estratégias "privadas" de legitimação política, nas quais, responsabiliza-se cada indivíduo e cada lugar pela continuidade de suas seqüelas.

Também se constata, que esse redimensionamento dos métodos de legitimação burguesa, a fim de assegurar seus objetivos econômicos, é propiciado por mecanismos intrínsecos à ordem monopolista na sua fase madura, que vão possibilitando, cada vez mais, ao capital, instrumentos de manipulação ideológica para integrar os trabalhadores na sociedade capitalista. Nesse sentido, o poder da mistificação ideológica sobre o mercado, como um sistema de idéias, que se estabelece na totalidade da sociedade, é proporcionado pela própria tendência à supercapitalização do capital monopolista – movida pela intensificação da concorrência – que acaba transformando todos os domínios da existência humana, inclusive o universo "simbólico" e "afetivo", em serviços. Esse processo possibilita o controle, cada vez maior sobre a consciência superando, assim, os

instrumentos repressivos. A manipulação da consciência ocorre através da coordenação de toda a existência humana, privada e pública, e de todas as reações humanas. Hoje, a espantosa concentração do poder econômico encontra-se em todos os meios de comunicação de massa, como também, na edição de livros e em todos os setores da produção do conhecimento (agências de financiamento estrangeiras, centros de investigação, etc.). Com todos esses instrumentos de controle, os intelectuais tornam-se *“prisioneiros de seus próprios laços profissionais”*, nas suas estratégias de sustento material, sendo levados à total aceitação à ordem do capital e do mercado – questionando apenas seus aspectos fenomênicos – com o total desaparecimento do “pensamento crítico” e a consolidação da ditadura do “pensamento único”.

## BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez ; Campinas, SP: UNICAMP, 1995.
- BACELAR, Tânia. Ação Local e desenvolvimento sustentável. In: Centro de Estudos Konrad Adenauer Stiftung. Debates nº 11. Ano 1996.
- \_\_\_\_\_. Industrialização do nordeste: intenções e resultados. In Seminário Internacional sobre Disparidade Regional, 1 Recife, 31.08 a 04.09, 1981. Anais. Recife: FORUM NORDESTE/SUDENE, 1982.
- BARQUEIRO, Antonio Vásquez. Desarrollo Local: uma estratégia de creación de empleo. Madrid: El Pirámide, 1988.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Política social no capitalismo tardio. São Paulo: Cortez, 1998.
- BENJAMIN, César...[ et. al.] A opção brasileira. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. "Evolucion de las ideas de la CEPAL". In: Revista de la CEPAL. Santiago do Chile: número extraordinário, Octubre, 1998.



- BOISIER, Sérgio. "Las transformaciones en el pensamiento regionalista latinoamericano": escenas, discursos y actores. In Série Ensayos Direccion de Politicas y Planificacion Regional. Santiago do Chile: ILPES, 1993.
- BORON, Atilio A. Estado, capitalismo e democracia na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BOUDEVILLE, J. Os espaços econômicos. São Paulo: Difusão, Européia do Livro, 1973. (coleção "saber atual").
- CHESNAIS, François. A Globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. In: Economia e Sociedade. Campinas: UNICAMP, nº 5. dez. 1995.
- COGGIOLA, Osvaldo. Globalização e Socialismo. In Universidade e Sociedade. Brasília: ANDES, ano VII, nº 12, fevereiro de 1997.
- CORREIA DE ANDRADE, Manuel. Espaço, polarização e desenvolvimento: a teoria dos pólos de desenvolvimento e a realidade nordestina. São Paulo: Grijaldo, 1977.
- DIAS, Edmundo Fernandes. "Reestruturação produtiva": forma atual da luta de classes. In: Outubro – Revista do Instituto de Estudos Socialistas. São Paulo: Xamã, Nº 1, Maio de 1998.
- DUARTE, Rodrigo. O mundo "globalizado" e estetização da vida. In: Universidade e Sociedade. Brasília: ANDES, ano IX, nº 18, março de 1999.
- EVANGELISTA, João E. Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno. São Paulo: Cortez, 1992. (Questões da nossa época: 7).
- FREIRE, Gilberto. Manifesto regionalista. 6ª ed. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Sociais, 1976. (série documentos, 6)
- FURTADO, Celso. A fantasia organizada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- GALBRAITH, John Kenneth. A Sociedade afluyente. São Paulo: Pioneira, 1987.

- GOLDMANN, Lucien. Ciências Humanas e Filosofia: o que é sociologia? São Paulo: Difel, 1984.
- \_\_\_\_\_. Dialética e cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GORENDER, Jacob. Globalização, revolução tecnológica e relações de trabalho. Coleção Documentos. Série Assuntos Internacionais – 7. São Paulo: USP-Instituto de Estudos Avançados, Setembro de 1996.
- GRAMSCI, Antonio. Obras Escolhidas. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- GTDN. "Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste". 2ª ed., Recife: SUDENE, 1967.
- HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HOBBSBAWN, Eric J. A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-991. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.
- HUNT & SHERMAN. História do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.
- JAMESON, Fredric. O pós-modernismo. In: Um mapa da ideologia. ADORNO, Theodor... [et. al.]; organização: Slavoj Zizek. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- KATZ, CLÁUDIO. O pós-marxismo: uma crítica. In: Marxismo Hoje. PETRAS, James... [et. al.]; organização: Osvaldo Coggiola. São Paulo: Xamã, 1994.
- KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda; Inflação e deflação. São Paulo: Nova Cultura, 1985. (os economistas).
- KUMAR, Krishan. Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

- LLORENS, Francisco Albuquerque. Factores decisivos y rasgos diferenciadores del desarrollo economico local. In: Série Ensayos Direccion de Políticas y Proyetos Sociales. Santiago do Chile: ILPES, 1995.
- \_\_\_\_\_. Espaço, território y desarrollo economico local. In: Série Ensayos Direccion de Políticas y Proyetos Sociales. Santiago do Chile: ILPES, 1995.
- LÖWI, Michael. Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1985.
- LUKÁCS, G. História e consciência de classe: estudos de dialética marxista. Lisboa: Publicações Escorpião, 1974.
- MANDEL, Ernest. Tratado de Economia Marxista. Tomo II. México: Ediciones Era, 1969.
- \_\_\_\_\_. El capitalismo tardio. México: Ediciones Era, 1979.
- \_\_\_\_\_. A crise do capital: Os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1990.
- \_\_\_\_\_. Marxismo revolucionário atual. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MANTEGA, Guido. Economia política brasileira. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- MARCUSE, Herbert. Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. São Paulo: Círculo do Livro.
- MARTINS FILHO, João R. "Os Estados Unidos e a guerrilha". In: Crítica Marxista. São Paulo: Xamã, nº 5, 1997.
- MATTOS, Carlos A. de. Paradigmas, modelos y estratégias en la practica latinoamericana de planificacion regional. In: Série Ensayos Direccion de Políticas y Planificacion Regionales. Santiago do Chile: ILPES.
- MÉSZÁROS, István. O poder da ideologia. São Paulo: Ensaio, 1996.

\_\_\_\_. Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Ensaio, 1993.

\_\_\_\_. Produção destrutiva e estado capitalista, São Paulo: Ensaio, 1996 (Série pequeno formato).

\_\_\_\_. A necessidade do controle social. São Paulo: Ensaio, 1997 (Série Pequeno Formato).

MOREIRA, Raimundo. O nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. São Paulo: Cortez, 1993.

PERRUCCI, Gadiel. A formação histórica do nordeste e a questão regional. In: A Questão Nordeste: estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. MARANHÃO, Sílvio... [et. al.]; organização: Sílvio Maranhão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PETRAS, James. Os intelectuais em retirada. In: Marxismo Hoje. PETRAS, James...[et. al.]; organização: Osvaldo Coggiola. São Paulo: Xamã, 1994.

PROJETO ÁRIDAS. NORDESTE: uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento, 1995.

Seminário Internacional sobre Disparidade Regional, 1. Recife, 31.08 a 04.09, 1981. Anais. Recife: FORUM NORDESTE/SUDENE, 1982.

STEIN, Rosa Helena. A descentralização como instrumento de ação política e suas controvérsias: revisão teórico-conceitual. In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, Ano XVIII, nº 54, Julho de 1997.

TONET, Ivo. Democracia ou liberdade? Maceió: Edufal, 1997.

XAVIER, Jurandir Antonio. O ideário industrial desenvolvimentista no Brasil. João Pessoa: UFPB, 1995.

\_\_\_\_. Os ideais na cultura técnica. In RAÍZES. Campina Grande-PB: UFPB-Campus II, Ano XIII, nº 10, Dez. 1994.

ZIZEK, Slavoj. O Espectro da ideologia. In: Um mapa da ideologia. ADORNO, Theodor... [et. al.]; organização: Slavoj Zizek. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.